

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Agostinho Patrús - **PSDB**
1º-Vice-Presidente: Wanderley Ávila - **PSDB**
2º-Vice-Presidente: Sebastião Navarro Vieira - **PFL**
3º-Vice-Presidente: (licenciado)
1º-Secretário: Rêmoló Aloise - **PMDB**
2º-Secretário: Maria José Haueisen - **PT**
3º-Secretário: Ibrahim Jacob - **PDT**
4º-Secretário: Ermano Batista - **PL**
5º-Secretário: Antônio Júlio - **PMDB**

1 - ATAS

- 1.1 - Reunião Ordinária de Debates
- 1.2 - Parte da 90ª Reunião Ordinária Deliberativa da
Assembléia Legislativa, em 24 de Outubro de 1995,
..... Destinada ao Prosseguimento do Seminário

Turismo:

- Caminho das Minas - A Política e a Legislação Estadual
de Turismo
- 1.3 - Parte da 91ª Reunião Ordinária Deliberativa da
Assembléia Legislativa, em 25 de Outubro de 1995,
Destinada ao Prosseguimento do Seminário Turismo:
Caminho das Minas - A Organização Institucional e a
Gestão da Política Estadual de Turismo
- 1.4 - 17ª Reunião Especial da Assembléia Legislativa, em 26
de Setembro de 1995, Destinada à Plenária Final do
Seminário Legislativo Turismo: Caminho das Minas
- 1.5 - 18ª Reunião Especial da Assembléia Legislativa, em 26
de Outubro de 1995, Destinada a Homenagear
a Escola Agrotécnica Federal de Rio Pomba, pelo seu 33º
Aniversário de Inauguração
- 1.6 - Reuniões de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

- 2.1 - Plenário
- 2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 - Plenário
- 3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE DEBATES DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA, EM 10 DE NOVEMBRO DE 1995**

Presidência do Deputado Wanderley Ávila

SUMÁRIO: COMPARECIMENTO - Falta de "quorum".

COMPARECIMENTO

- Às 9h15min, comparecem os Deputados:

Agostinho Patrús - Wanderley Ávila - Paulo Pettersen - Ibrahim Jacob - Ermano
Batista - Almir Cardoso - Anivaldo Coelho - Bonifácio Mourão - Clêuber Carneiro -
Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Geraldo Nascimento - Gil Pereira - Gilmar Machado
- Jorge Hannas - José Braga - José Henrique - Luiz Antônio Zanto - Miguel Barbosa -
Olinto Godinho - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Sebastião Helvécio - Simão
Pedro Toledo.

Falta de "Quorum"

O Sr. Presidente (Deputado Wanderley Ávila) - A lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de "quorum", e convoca os Deputados para a ordinária de debates de segunda-feira, dia 13, às 20 horas.

ATA DA PARTE DA 90ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 24 DE OUTUBRO DE 1995, DESTINADA AO PROSSEGUIMENTO DO SEMINÁRIO "TURISMO: CAMINHO DAS MINAS - A POLÍTICA E A LEGISLAÇÃO ESTADUAL DE TURISMO"

Presidência dos Deputados Agostinho Patrús e
Sebastião Navarro Vieira

SUMÁRIO: Composição da Mesa - Destinação da reunião - Designação do coordenador dos debates - Palavras do coordenador dos debates - Palavras dos coordenadores dos Grupos de Trabalho n°s 1, 2 e 3 - Palavras da Sra. Márcia Kubitschek e do Secretário Ademir Lucas - Esclarecimentos sobre os debates - Debates.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente (Deputado Agostinho Patrús) - Convido a tomar assento à Mesa a Exma. Sra. Márcia Kubitschek, Secretária Adjunta de Turismo e Serviços do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, representando o Presidente da EMBRATUR, Dr. Caio Luiz de Carvalho; os Exmos. Srs. Deputado Federal Ademir Lucas, Secretário de Estado de Esportes, Lazer e Turismo; Deputado Wanderley Ávila, 1º- Vice-Presidente da Assembléia Legislativa; Ângelo Oswaldo, Prefeito de Ouro Preto e coordenador do Grupo de Trabalho n° 1; George Norman Kutova, coordenador do Grupo de Trabalho n° 2; e Moisés Pereira de Barros, coordenador do Grupo de Trabalho n° 3.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente (Deputado Sebastião Navarro Vieira) - Destina-se esta parte da reunião a dar continuação aos trabalhos do seminário "Turismo: Caminho das Minas - A Política e a Legislação Estadual de Turismo".

Designação do Coordenador dos Debates

O Sr. Presidente - Esta Presidência designa coordenador dos trabalhos o Deputado Wanderley Ávila, a quem passa a palavra.

Palavras do Coordenador dos Debates

O Sr. Coordenador (Deputado Wanderley Ávila) - A Coordenação informa ao Plenário que esta fase da reunião se destina à apresentação, pelos coordenadores dos Grupos de Trabalho n°s 1, 2 e 3, das sínteses das reuniões realizadas hoje pela manhã, bem como à exposição dos conferencistas. Esta Coordenação vai passar a palavra ao Sr. Ângelo Oswaldo, Prefeito de Ouro Preto, coordenador do Grupo de Trabalho n° 1, que discorrerá sobre o subtema Patrimônio Histórico, Cultural e Natural. Com a palavra, o Sr. Ângelo Oswaldo, que disporá de até 15 minutos para sua exposição.

Palavras do Coordenador do Grupo de Trabalho n° 1

O Sr. Ângelo Oswaldo - Exmo. Sr. Deputado Agostinho Patrús, ilustre Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Deputado Federal Ademir Lucas, Secretário de Estado de Esportes, Lazer e Turismo; Sra. Márcia Kubitschek que, com grande alegria para nós, representa o Ministério da Indústria, Comércio e Turismo e a EMBRATUR neste seminário sobre o turismo em Minas Gerais; Deputado Wanderley Ávila; colegas relatores dos grupos de trabalhos; representantes dos setores do turismo mineiro; Sras. e Srs. Deputados Estaduais; senhoras e senhores, aqui presentes, hoje pela manhã tivemos uma importante reunião do nosso grupo de trabalho, quando definimos algumas diretrizes de trabalho com sugestões e propostas à Assembléia Legislativa sobre a questão do desenvolvimento do turismo, na perspectiva do patrimônio histórico, cultural, natural e ambiental.

Entendemos que não se pode desenvolver o turismo num local onde a atração turística esteja deteriorada. Portanto, não se pode falar em turismo em Minas Gerais, se não dedicarmos um empenho todo especial ao desafio da preservação do patrimônio cultural, da proteção e valorização do patrimônio natural e ambiental.

Por isso, uma política estadual de turismo, começando já da legislação que deverá regê-la e orientá-la, passa por uma reflexão profunda e abrangente sobre as políticas públicas para a área do patrimônio natural e para a área do patrimônio cultural, que se encontram tão carentes em Minas Gerais quanto o setor de turismo. Se encontramos deficiências no setor de turismo é porque as encontramos, também, na questão da proteção, da conservação e da valorização do patrimônio cultural, sobretudo do patrimônio edificado, do patrimônio urbano, marca singular de Minas Gerais, herança do ciclo do ouro do século XVIII e, também, na questão do patrimônio ecológico, do patrimônio natural e ambiental. Dentro da perspectiva de que temos de valorizar o grande acervo de atrações que existe na área de nosso patrimônio natural e cultural, para desenvolvermos a indústria turística, o Grupo n° 1, composto de representantes do setor das cidades históricas, da hotelaria, de órgãos governamentais como o IEPHA, a Secretaria de Cultura, o IGA, a Secretaria de Meio Ambiente, a Secretaria de Ciência e Tecnologia, o IEF e outros importantes setores públicos de Minas Gerais, decide sugerir, no contexto do seminário sobre o turismo mineiro, o seguinte:

1 - a implantação de programas capazes de promover a formação de uma consciência

favorável à preservação do acervo histórico, cultural e natural do Estado, que promova uma mentalidade nova, um comportamento novo da própria comunidade mineira, quanto aos valores culturais e ecológicos como força do desenvolvimento de uma resposta sócio-econômica, através do turismo. Nós valorizamos o nosso patrimônio, porque teremos uma resposta sócio-econômica que nos é conferida pelo turismo, que criará empregos e, conseqüentemente, melhorará a nossa qualidade de vida e até o nosso sentimento de mineiridade.

2 - a ampliação dos níveis de participação nos orçamentos anuais do Estado, dos organismos oficiais voltados de forma direta ou indireta para a pesquisa, a preservação ou a difusão do patrimônio turístico mineiro, que, evidentemente, é o nosso patrimônio cultural e natural. Se nós continuarmos a ter orçamentos tão mínguaos para o setor da cultura e do meio ambiente, não adianta pretendermos ter investimentos na área de turismo, porque em pouco tempo não teremos o que mostrar como atrativo turístico, fundamentalmente se considerarmos que o nosso patrimônio está amplamente fundado nas cidades históricas, nos parques, nos rios e na região dos lagos.

3 - a valorização e a qualificação dos quadros profissionais e a modernização dos recursos tecnológicos das instituições oficiais direta ou indiretamente relacionadas à pesquisa, à preservação ou à difusão do patrimônio turístico do Estado. Temos que lembrar que a profissão de guia de turismo foi regulamentada por lei federal há pouco tempo.

4 - a alteração do conjunto de leis relativas às atividades do setor. Com isso, cuidamos aqui quase que da revisão, da reelaboração da Lei nº 11.483. A Constituição Estadual de 1989 dispôs sobre uma lei para o turismo mineiro, a chamada Lei do PLANITUR, do Plano Integral do Turismo. Essa lei não correspondeu às expectativas porque acabou sendo um obstáculo, por ser de difícil exeqüibilidade. Então, o que se propõe, neste contexto, diretamente à Assembléia Legislativa, é a reelaboração dessa lei para que ela se torne um instrumento efetivo e, sobretudo, permanente de incremento ao turismo em Minas Gerais. Consignamos, também, uma referência ao planejamento estratégico para a exploração econômica do patrimônio turístico, por meio da elaboração de planos diretores que definam responsabilidades, mecanismos e critérios dos agentes governamentais e não-governamentais nos planos municipal e regional.

Com vistas à preservação do patrimônio natural, em face de um turismo predatório, desenvolveram-se esforços para o aprimoramento da educação ambiental.

5 - a inclusão, no planejamento estratégico do turismo, da definição e do mapeamento de áreas e circuitos com vocação turística, prevendo e organizando a aplicação de investimentos para a melhoria da infra-estrutura, para a qualificação de recursos humanos e para a sua difusão como atrativo.

6 - a criação de uma secretaria de Estado específica para o turismo e de um conselho estadual de turismo paritário entre as entidades públicas e privadas do setor.

7 - a interligação dos conselhos municipais com o estadual.

8 - a representação paritária, com entidades não-governamentais podendo escolher seus representantes num fórum a ser convocado pela Secretaria de Turismo. A diretoria do conselho deverá ser eleita na primeira reunião.

9 - a valorização profissional do guia de turismo, exigindo-se, sempre que, na autorização para saída de ônibus emitida pelo DER-MG, conste o nome do guia com o respectivo número de seu crachá, registrado na EMBRATUR.

10 - a criação de mecanismos que permitam a restauração efetiva, interna e externa, do bem tombado que possam ser elementos importantes no desenvolvimento do turismo, ou seja, mecanismos para o desenvolvimento de políticas públicas do patrimônio histórico e da participação da iniciativa privada nesse esforço de restauração. Finalmente, chegamos a uma proposta sintética desses anteprojetos de lei referentes à criação do PLANITUR, que são leis de diretrizes e bases para o turismo mineiro e uma lei que cria o Conselho Estadual de Turismo, com referências à TURMINAS como órgão executivo do sistema e à PROMINAS como órgão gerencial do setor de congressos e convenções.

Essas, Sr. Presidente, são as conclusões do nosso grupo de trabalho na manhã de hoje, depois do desenvolvimento de atividades que, desde o início da planificação das nossas ações, visavam a levantar esses subsídios que consideramos muito importantes. A idéia fundamental do nosso grupo é a de que não se pode falar em turismo sem suscitar, ao mesmo tempo, um comprometimento do poder público, da iniciativa privada e da sociedade mineira como um todo quanto à questão da preservação do patrimônio cultural e da proteção do patrimônio natural. Muito obrigado.

O Sr. Coordenador - O coordenador vai passar a palavra ao Sr. George Norman Kutova, Presidente da União Brasileira de Promotores de Feiras - UBRAFE -, e coordenador do Grupo de Trabalho nº 2, que discorrerá sobre o subtema Facilidades, Equipamentos e Serviços. Com a palavra, o Sr. George Norman Kutova, que disporá de até 15 minutos para sua exposição.

Palavras do Coordenador do Grupo de Trabalho nº 2

O Sr. George Norman Kutova - Sr. Deputado Sebastião Navarro Vieira; Sra. Secretária Adjunta de Turismo e Serviços, Dra. Márcia Kubitschek; Srs. Deputados Ademir Lucas e Wanderley Ávila; meus companheiros de coordenação de grupos, Srs. Ângelo Oswaldo, Prefeito de Ouro Preto, e Moisés Barros, da UTRAMIG; minhas senhoras, meus senhores, o Grupo de Trabalho nº 2, que abordou, no subtema Política e Legislação Estadual de Turismo, os aspectos referentes a facilidades, equipamentos e serviços, partiu de um relatório da análise para sua proposição, de um relatório elaborado pela comissão técnica institucional que o antecedeu, que fez uma abordagem ampla sobre os aspectos relativos à problemática do turismo em Minas Gerais e que identificou, nessa abordagem, que o Estado perdeu o compasso da sua posição precursora e pioneira no desenvolvimento do turismo brasileiro no início dos anos 70, e algumas tentativas de reconquista dessa posição não foram bem sucedidas, houve uma certa desimportância atribuída ao setor no planejamento público e no orçamento público, como também um certo grau de passividade de certos segmentos da chamada sociedade civil organizada, que nos trouxeram uma posição até 1989, quando o constituinte mineiro inseriu, ineditamente, em nível nacional, no capítulo da ordem econômica da Constituição do Estado, a atividade de turismo como prioritária, do ponto de vista de opção de desenvolvimento econômico e social. E instituiu, por via constitucional, a obrigação de que o Poder Executivo formulasse um programa permanente através de um plano integrado de desenvolvimento turístico, para cumprir esse mesmo imperativo constitucional. Daí surgiu a elaboração do PLANITUR, que, no entender das entidades que participaram deste grupo de trabalho e da comissão que o antecedeu, constituiu, a exemplo da conclusão a que chegou o Grupo de Trabalho nº 1, um equívoco, embora bem intencionado, na medida em que ele constitui, preponderantemente, um arrolamento de programas, subprogramas e projetos a serem desenvolvidos, repetindo pressupostos já consagrados na visão da responsabilidade do poder público, mas pulverizou a ação do Estado, atomizando-a com a atribuição da definição desse governo, lançando 18 diferentes órgãos, incompatibilizando-se com a política federal e gerando, no entendimento dessas entidades, um autêntico impasse operacional.

Entendeu este grupo, portanto, que essas eram questões magnas a partir da redefinição da política e da legislação estadual de turismo, relacionadas não só com os subtemas objetos da sua atenção, mas com todos os outros segmentos de atividade ou aspectos temáticos que envolvem este seminário.

O grupo definiu algumas propostas. Sugerimos a redefinição da estrutura institucional do Estado, criando-se, a exemplo também da proposição do Grupo de Trabalho nº 1, uma secretaria de Estado específica para o setor de turismo.

Sugerimos também, a modificação do Conselho Estadual de Turismo, com a redução do atual número de seus componentes, de 33 para 10 membros - lembra aqui o coordenador do Grupo nº 1 que é exatamente esta a proposta da equipe -, sendo cinco componentes representativos do poder público executivo e cinco componentes representativos dos segmentos da iniciativa privada, vinculados ao setor de turismo. Instituir-se-iam, de acordo com a proposta do Grupo nº 2, câmaras setoriais representativas dos diversos segmentos relativos ao setor turístico. Tais câmaras setoriais elegeriam seus cinco representantes. O Conselho, ainda de acordo com o Grupo nº 2, seria presidido na alternância entre os representantes do poder público e da iniciativa privada, por eleição dos seus membros componentes. As câmaras setoriais não teriam número limitado. O legislador iria definir a quais câmaras correspondem os maiores segmentos de representatividade da iniciativa privada. A figura das câmaras setoriais já existe em alguns outros setores de atividade do País e em alguns Estados integrantes do setor turístico. Na questão referente à legislação básica sobre turismo, especificamente o PLANITUR, decorrente da Lei nº 11.483 e do imperativo constitucional já citado, a intenção é que seja totalmente reformulado, substituindo-se sua extensa formulação por um documento legal sintético que defina apenas as linhas essenciais, as diretrizes e os objetivos da estrutura operacional, as fontes de recursos e as políticas básicas, que se consubstanciaria através desse conjunto de definições na definição básica da legislação de turismo do Estado, que implementaria a redefinição política do Estado a partir da sua classificação em outro estágio de importância que não o atual. O Grupo nº 2, ratificando, mais uma vez, as conclusões da comissão técnica que o antecedeu, reconhece a extraordinária tendência de reversão de expectativa acentuada pela atuação do Poder Executivo, através do Sistema Operacional de Esporte, Lazer e Turismo, principalmente, através da SELT e da TURMINAS, no sentido de equacionar, em poucos meses de atuação, problemas que se consubstanciaram em questões do setor durante mais uma geração, como, por exemplo, o equacionamento referente ao Centro de Exposições e Feiras de Belo Horizonte, o equacionamento referente ao Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico do Lago de Furnas, o equacionamento do problema relativo à malha viária de interesse turístico e o relativo ao PRODETUR. O desempenho, no entender das entidades participantes do grupo - SELT, TURMINAS -, na revalorização da promoção do produto turístico mineiro, em nível mercadológico, são exemplos eloqüentes de uma tendência de reversão da

expectativa. Entretanto, ainda não foi contagiado em termos dos órgãos oficiais responsáveis pela formulação dos planos de desenvolvimento, como o Plano Plurianual de Desenvolvimento Integrado e o Plano Plurianual de Investimento, que atribuíam pouca importância ao setor. Também reconheceu-se, neste grupo, a importância da atuação, em particular do Legislativo mineiro, que, pela primeira vez, adota uma postura de enfrentar a questão turística, saindo dos efeitos retóricos para a prática de um tipo de análise que poderá contribuir substancialmente para que a sociedade se integre de maneira realmente prática e efetiva na discussão, no equacionamento e na formulação de novos rumos para a problemática turística. Dentro desse espírito, propõe-se que o PLANITUR fique restrito, na formulação de ações, à definição de políticas básicas. Essas políticas, aprovadas pelo grupo de trabalho, seriam as seguintes: política de preservação do patrimônio histórico, artístico, cultural e documental; política de proteção e utilização sustentada do patrimônio natural; política de informação, estatística e "marketing" do produto turístico; política de desenvolvimento de infra-estrutura turística; política de apoio aos agentes da indústria turística; política de incentivo ao turismo receptivo do País e do exterior; política de estímulo ao turismo social e ao turismo interno do Estado; política de incentivo ao turismo de negócios e de eventos; política de conscientização turística e, finalmente, política de formação e aprimoramento de recursos humanos. São essas as conclusões básicas do Grupo de Trabalho nº 2. Além disso, há as indicações acessórias a que me referi e que, por serem muito extensas, iriam ultrapassar o tempo permitido para exposição.

O Sr. Coordenador - Passarei a palavra, em seguida, ao Sr. Moisés Pereira de Barros, da Fundação Educação para o Trabalho de Minas Gerais - UTRAMIG -, coordenador do Grupo de Trabalho nº 3, que discorrerá sobre o subtema Formação de Recursos Humanos. Com a palavra, o Sr. Moisés Pereira de Barros, que disporá de 15 minutos para sua exposição.

Palavras do Coordenador do Grupo de Trabalho nº 3

O Sr. Moisés Pereira de Barros - Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, 2º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa; senhores componentes da Mesa, senhoras e senhores, o grupo de trabalho que precedeu a Comissão Técnica Interinstitucional, que tratou do tema Formação de Recursos Humanos, cuidou de discutir o pré-relatório oriundo dos trabalhos daquela CTI, com a aprovação dos seus tópicos propositivos.

Em princípio, vale ressaltar que a nossa preocupação fundamental foi de tratar tópicos ou assuntos da forma mais abrangente possível, de forma a propiciar uma política e uma legislação possíveis a respeito do turismo, no que concerne à formação de recursos humanos.

Em todo o trabalho realizado, não vimos necessidade de descer ao nível de alguma orientação programática, uma vez que isso é exatamente o que se combate no presente momento. Todos os detalhamentos ficarão a cargo de resolução específica na ocasião oportuna.

Resultaram como tópicos propositivos do trabalho de hoje:

1 - Criação e execução pelo Governo do Estado, em parceria com as Prefeituras Municipais e a iniciativa privada, de um programa institucional de conscientização turística, abrangendo, entre outros, os seguintes segmentos: escolas, sindicatos, clubes de serviço, entidades comunitárias e prestadores de serviços de atendimento ao turista (taxistas, policiais, garçons e outros).

2 - Introdução da atividade turística, em abordagem interdisciplinar, no ensino básico, observando-se as especificidades regionais.

3 - Incentivos aos agentes públicos e privados que atuam em treinamento, para ampliação de programas de qualificação e requalificação profissional, expandindo-os por todos os pólos turísticos do Estado.

4 - Implantação, na Capital e no interior, de cursos técnicos de 2º grau na área de turismo, com prioridade para as regiões que se constituem em pólos turísticos e levando-se em conta os perfis profissionais requeridos pelo mercado de trabalho.

5 - Proposta à União de reorganização estrutural do ensino superior de turismo, de forma a atender à real demanda profissional, à pesquisa e à extensão.

6 - Criação, no âmbito do Estado e dos municípios, de mecanismos de incentivo às empresas que investirem na preparação de recursos humanos e na valorização profissional.

7 - Os órgãos públicos da administração direta e indireta que tenham como objetivos o planejamento, a organização e o desenvolvimento da atividade turística deverão ter em seus quadros de pessoal profissionais com formação de nível superior em turismo, responsáveis pela elaboração e coordenação dos projetos.

8 - Incentivar a criação de cursos de pós-graduação na área de turismo.

Essas são as medidas, os itens propositivos que o Grupo de Trabalho nº 3, que trata do subtema Formação de Recursos Humanos, deverá encaminhar à plenária de quinta-feira, para a votação.

O Sr. Coordenador - Esta Coordenação vai passar a palavra à Sra. Márcia Kubitschek,

Secretária Adjunta de Turismo e Serviços do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo e representante do Presidente da EMBRATUR, Sr. Caio Luiz de Carvalho. Com a palavra, a Secretária Márcia Kubitschek, que disporá de até 30 minutos para a sua exposição.

Palavras da Sra. Márcia Kubitschek

Muito obrigada. Exmo. Sr. Deputado Sebastião Navarro Vieira, 2º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais; Exmo. Sr. Deputado Ademir Lucas, Secretário de Esportes; Exmo. Sr. Deputado Wanderley Ávila, 1º- Vice-Presidente da Assembléia Legislativa e Coordenador do debate; Exmo. Sr. Ângelo Oswaldo Santos, Prefeito Municipal de Ouro Preto e coordenador do Grupo de Trabalho nº 1; Exmo. Sr. George Norman Kutova, coordenador do Grupo de Trabalho nº 2; Exmo. Sr. Moisés Pereira de Barros, coordenador do Grupo de Trabalho nº 3; Sras. e Srs. Deputados; autoridades presentes; minhas senhoras e meus senhores, o tema sobre o qual me pediram para discorrer hoje, à tarde, foi A Política do Turismo e a sua Legislação Estadual Específica.

A atividade do turismo envolve um complexo quadro de elementos interligados, abarcando as esferas de poder federal, estadual e municipal, além de apresentar uma estreita parceria com a iniciativa privada, a quem cabe explorar essa atividade. Turismo é parceria. Sem parceria não pode haver uma política coordenada, efetiva e sensata do turismo. Tendo como finalidade promover e incrementar o turismo como fonte de renda, de geração de emprego e de desenvolvimento sócio-econômico do País, o Estado formula e executa a política nacional de turismo, por meio do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. Essa política é aplicada dentro de um espaço determinado como o sistema nacional de turismo, que congrega todos os agentes intervenientes no processo de desenvolvimento da atividade turística.

Os principais objetivos a serem alcançados são a ordenação das ações do setor público, orientando o esforço do Estado e a utilização dos recursos públicos para o bem-estar social; a definição de parâmetros para o planejamento e a execução das ações dos Governos estaduais e municipais, além da orientação referencial para o setor privado. O ordenamento dessas diretrizes, estratégias e objetivos é de suma importância para a coordenação de ações segmentadas e para a eliminação de ações paralelas ao desenvolvimento do setor, permitindo ao turismo colaborar na obtenção de um desenvolvimento regional sustentável. Os resultados que podemos alcançar com esse desenvolvimento regional sustentável não se limitam a sua área de atuação, extrapolando os limites do regional, pois em decorrência do mesmo podemos obter, além de uma melhoria da qualidade de vida da população residente nos municípios com potencial turístico e a redução das desigualdades regionais, maior aporte de divisas ao balanço de pagamentos e a inserção do Brasil no cenário internacional, construindo-se uma imagem externa positiva.

Tal qual num efeito dominó, o turismo municipal influi sobre o desempenho do turismo estadual, que por sua vez determina a eficácia do turismo nacional. Com esse enfoque, buscamos a competitividade internacional do produto turístico brasileiro por meio da busca da qualidade na prestação de serviços e no correto gerenciamento dos recursos naturais e culturais por parte de todos os atores envolvidos nesse processo, sejam eles públicos ou privados.

Para a obtenção da qualidade desejada temos, entre outros recursos, a busca da descentralização na gestão turística por meio do fortalecimento dos órgãos delegados estaduais, a municipalização do turismo e a terceirização de atividades por intermédio do setor privado. Como podemos observar, o sistema nacional de turismo apresenta um dualismo, caracterizando-se como centralizado - no nível político, de forma a preservar os objetivos nacionais permanentes -; e ao mesmo tempo como descentralizado - no nível da execução, de maneira a resguardar os programas específicos e a capacidade de iniciativa das comunidades, respeitando as peculiaridades regionais, estaduais e municipais. A EMBRATUR vem reestruturando o projeto de fortalecimento de seus órgãos delegados, buscando a reconversão da ação fiscalizadora do instituto em uma atividade orientadora aos empresários e preventiva de infrações. A relação turística entre União e Estados dá-se, principalmente, mediante essa delegação de competências da EMBRATUR aos órgãos oficiais de turismo, para a execução de atribuições no âmbito de cada unidade da Federação, exigindo o incremento na assistência técnica a esses organismos. Para possibilitar maior eficácia a essa ação, necessitamos do empenho da União, dos Estados e da iniciativa privada. A integração entre União, Estados, municípios e setor privado é uma das formas mais seguras de desenvolver a indústria de turismo e viagens. O papel do Estado junto aos municípios é semelhante ao desenvolvido pela EMBRATUR junto aos Estados, ou seja, é importante que o Estado apresente uma política sólida que demonstre o seu reconhecimento da importância do turismo enquanto atividade econômica e possa dotar os municípios de condições técnicas e organizacionais para promover o desenvolvimento da atividade turística. A descentralização da execução é novamente enfatizada. É necessário descentralizar a gestão estadual da atividade turística,

pois por meio dela obteremos uma melhoria da qualidade de vida a partir da base, que é o município. O turismo é, sem sombra de dúvida, uma atividade municipal, pois utiliza os serviços do município, gera impostos diretos e, portanto, deve ser implementado como resultado de uma decisão local, com o envolvimento da comunidade.

Entretanto, o desconhecimento de seu potencial econômico e social muitas vezes dificulta a melhoria da qualidade do produto turístico. O programa nacional de municipalização do turismo iniciou trabalho nesse sentido com os 1.480 municípios cadastrados pela EMBRATUR como municípios de potencial turístico. Por meio de um trabalho de conscientização junto aos municípios potencialmente turísticos brasileiros, procura-se adequar as ações de planejamento, operacionalização e gerenciamento com a capacitação de técnicos municipais para o desempenho da atividade, garantindo dessa forma sua continuidade. Incentivar as atividades do conselho municipal de turismo para a viabilização de novos projetos, difundir os modelos de conselhos, fundos e outros instrumentos de municipalização são alguns dos objetivos específicos daquele programa. O Estado deve propiciar oportunidades aos municípios, incentivando-os a adotar políticas próprias, adequando a política estadual às potencialidades locais. O engajamento dos municípios no programa nacional de municipalização do turismo é uma dessas oportunidades. Entretanto, o Estado pode e deve viabilizar outras formas de incentivo, como a redução de impostos para novos empreendimentos no setor, a isenção temporária de obrigações fiscais e o empenho de um percentual da arrecadação para investimentos no setor turístico, entre outros. A consolidação de uma legislação estadual específica para o setor, com base em sua política de turismo, deve ser a manifestação primeira de uma conscientização governamental quanto à importância do turismo como instrumento de crescimento econômico, geração de empregos, melhoria da qualidade de vida da população e preservação de seu patrimônio natural e cultural. Sendo o turismo uma atividade multifacetada, quaisquer ações do Governo Estadual correlatas à atividade podem significar formas indiretas de viabilizar o estabelecimento e o desenvolvimento de atividades turísticas no Estado. As melhorias efetuadas nas condições estruturais do Estado possibilitam a eliminação das deficiências de infra-estrutura que dificultam o desenvolvimento do turismo, e o incremento deste produz resultados econômicos e sociais. Concluimos, assim, que os trabalhos que forem desenvolvidos para a melhoria das condições de acesso rodoviário e aéreo, para o saneamento básico, a capacitação profissional e a oferta de um suporte institucional afetarão, direta ou indiretamente, o desempenho do turismo no Estado. A obtenção de um desenvolvimento integrado do turismo, no âmbito estadual, deve ser matéria de responsabilidade dos administradores, dos políticos e de toda a sociedade.

Senhores, meu objetivo maior com esta apresentação é demonstrar que o turismo, na administração do Presidente Fernando Henrique Cardoso, é tema de grande importância. Constante no documento "Mãos à Obra, Brasil" e concretizado na implantação do programa de trabalho, o turismo é uma atividade contemplada no plano plurianual, o que lhe assegura recursos financeiros, garantidos até o final deste milênio.

Gostaria de dizer a V. Exas., às senhoras e aos senhores aqui presentes que um dos trabalhos mais importantes que o MICT, por meio da Secretaria Nacional de Turismo e da EMBRATUR, está desenvolvendo neste momento é a viabilização externa daquilo que chamamos imagem Brasil. Esse trabalho está sendo feito utilizando alguns recursos muito importantes, sendo que o mais importante deles, já que vivemos na época da informática, é a inclusão da EMBRATUR na INTERNET. Com isso, a EMBRATUR estará gerando imagens com os resultados e, sobretudo, com informações de todos os Estados e de todos os municípios turísticos brasileiros para o mundo inteiro, por meio da INTERNET. É um grande passo para viabilizar a imagem Brasil nos quatro cantos do mundo.

Além do programa INTERNET, estamos fazendo com que, não somente nos Estados Unidos como na Europa, sejam institucionalizados comitês de divulgação da imagem Brasil, o que será feito também, posteriormente, na Ásia. Qual é a diferença entre esses comitês e os escritórios de representação? Já ficou provado no passado que escritórios de representação no exterior não dão bons resultados; acabam se tornando cabides de empregos. O que estamos fazendo é criar, junto com o "trade" turístico local, com empresários, com a iniciativa privada e com todos os que se preocupam e querem vender a imagem Brasil, comitês de informação que, em conjunto com o MICT e com o Ministério das Relações Exteriores, constituam núcleos de informação, porque muita gente, no estrangeiro, tanto na Europa como nos Estados Unidos e na Ásia, não manda turistas para o Brasil porque sofre do problema da falta de informações. Esses comitês, iniciativa dessa parceria a que me referi, já foram instalados em Nova Iorque, Londres e Buenos Aires; serão instalados, até o fim do ano, em Milão, Frankfurt, Bruxelas e Paris; e, no ano que vem, na Ásia, haverá centros de informação para todos aqueles que se interessam pelo Brasil, pelo produto Brasil.

O terceiro plano da EMBRATUR e do MICT, que gostaria de mencionar por considerá-lo da maior importância, é o PRODETUR. Pela primeira vez conseguimos negociar, com uma

entidade financeira internacional, um programa que viabiliza financiamentos para dotar de infra-estrutura os municípios brasileiros, com potencialidade turística. O PRODETUR não tem por objetivo a obtenção de financiamento para hotelaria, restaurantes ou parques temáticos. Visa a infra-estrutura, isto é, aeroportos, esgotos, águas pluviais, estradas vicinais, pontes, enfim, tudo que é necessário para viabilizar o turismo, sobretudo nas regiões mais precárias do nosso País. Tenho a grande satisfação de dizer que o PRODETUR-Nordeste já se encontra implantado. Tive a oportunidade de presenciar a assinatura do primeiro contrato, na semana passada, em Aracaju. Tenho a felicidade de dizer que o PRODETUR-Nordeste estará, também, beneficiando a região Norte de Minas Gerais, assim como o vale do Jequitinhonha.

O Governo Federal empenha-se para concretizar as outras propostas de desenvolvimento do turismo no Brasil, além, evidentemente, daquelas que aqui acabei de mencionar.

Solicito e conclamo os senhores e as senhoras para que façam o mesmo para o nosso Estado de Minas Gerais, que não pode ficar fora dessa revolução sócio-econômica do final do século que é a indústria sem chaminé, isto é, o turismo.

Muito obrigada a todos e, mais uma vez, parabênzo a Assembléia Legislativa de Minas Gerais por essa iniciativa tão importante para o nosso ramo de atividades.

O Sr. Coordenador - Esta coordenadoria passará a palavra ao Deputado Federal Ademir Lucas, Secretário de Esportes. Com a palavra, o Sr. Secretário, que disporá de 30 minutos para sua exposição.

Palavras do Secretário Ademir Lucas

Exmo. Sr. Deputado Sebastião Navarro Vieira, Presidente desta sessão e 2º-Vice-Presidente desta Assembléia; Secretária Nacional de Turismo, mineira ilustre, Márcia Kubitschek, que nos honra com sua presença, representando a Ministra Dorothea Werneck; 1º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa e coordenador dos debates, Deputado Wanderley Ávila; representante das comissões temáticas deste seminário, Prefeito de Ouro Preto, Ângelo Oswald; empresário George Norman Kutova; Prof. Moisés Pereira de Barros, coordenador do Grupo nº 3; Presidente do seminário e representante da FIEMG, Daltro Nogueira; senhores participantes do seminário; meus senhores, minhas senhoras, o Estado sempre teve uma forte presença no turismo em Minas Gerais. Não se sabe se à míngua de recursos privados naquela oportunidade, se por uma decisão política da época, o fato evidente é que sempre a presença do Estado foi marcante nessa área. Seja construindo hotéis, termas, implantando cassinos nas estâncias hidrominerais, preservando as cidades históricas, sempre o Estado esteve à frente de todas as iniciativas do turismo em Minas Gerais. Com o tempo, houve uma pressão muito grande da opinião pública e, sobretudo, dos empresários da iniciativa privada, pela desoneração do Estado. Sempre se falou, e isto é real, que o Estado deveria se afastar dos hotéis, que não é sua função ser hoteleiro, que ele deveria se afastar da industrialização da água mineral, pois não é sua função vender água mineral. O que aconteceu foi que, com o tempo, o Estado, por pressão legítima da sociedade, se afastou, privatizou os hotéis. Recentemente privatizou o último, o de Araxá. As termas de Poços de Caldas, terra do nosso querido Presidente Sebastião Navarro Vieira, foi entregue à Prefeitura e, hoje, está num estado extraordinário de funcionamento. As termas de Araxá estão sendo recuperadas pela COMIG, não se sabe, ainda, se serão privatizadas. O fato é que ocorreu, realmente, essa desoneração do Estado, devido à intervenção na indústria do turismo. Com o tempo, a falta de novos investimentos gerou, pelo que o coordenador do segundo grupo, George Norman Kutova, disse, um certo desânimo de alocar novos recursos, desenvolver programas e atividades, quer seja por parte do poder público, quer seja por parte da iniciativa privada. Houve um vácuo, de repente, nesse período em que o Estado se afastou de suas funções na área do turismo. E não houve nenhum fato novo. Por isso, acho que deveríamos iniciar essa breve exposição parabenizando a Deputada Elbe Brandão, pela iniciativa de propor à Assembléia a realização desse seminário. Deve-se reconhecer esse esforço. A jovem Deputada, em seu primeiro mandato, viu que aqui na Assembléia havia um vazio na discussão da questão do turismo. Fui Deputado durante 10 anos e nunca vi ninguém levantando a bandeira do turismo durante esse tempo. A Deputada Elbe Brandão sentiu isso e iniciou, há alguns meses, a preparação deste seminário. Gostaria de registrar, também, a sabedoria do Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Agostinho Patrús, dos nossos colegas Deputados, que pegaram o "gancho" da Deputada Elbe e o transformaram neste grande seminário que hoje está se realizando. É importante esta parceria do Governo do Estado, da Assembléia Legislativa e da iniciativa privada. Sem esse apoio dificilmente poderíamos reconduzir o turismo ao seu devido lugar na história de Minas Gerais. As riquezas naturais, as cidades históricas e os novos pólos que a mão do homem construiu devem estar no lugar devido. Vemos hoje novos pólos, como Furnas, Nova Ponte, Jaíba, etc., que podem ser bem explorados. Temos ainda as grutas, os parques nacionais. Foi preciso que se tomasse essa medida para que pudéssemos sensibilizar todos os setores. Não podemos ficar nos encostando no Estado. Ele não pode ficar com a responsabilidade de fazer tudo. Seria incoerente essa postura, porque a sociedade exige que ele saia dos hotéis. O Estado

não pode ficar com a responsabilidade de reconstruir o turismo sozinho. Temos que ser sinceros, práticos e objetivos. A responsabilidade de reconstruir o turismo, em Minas, é de todos nós, é do Governo Federal, sobretudo no que se refere às tarifas aéreas, é do Governo do Estado, da Assembléia, na reformulação e rediscussão da legislação, que está deixando muito a desejar, que está engessando o turismo em Minas.

O PLANITUR e a lei que definiu o Conselho Estadual de Turismo são fatores de engessamento do turismo. Um conselho com 33 membros não funciona em nenhum lugar do mundo. Até hoje, ele não foi implantado, apesar de ter sido criado há mais de um ano. O PLANITUR tem problemas graves e que devem ser corrigidos.

A Assembléia tem um papel muito importante na questão da legislação.

O Governo do Estado vai também cumprir o seu papel. Ele é indutor do desenvolvimento, não mais intervencionista. Desde a campanha eleitoral, o Governador Eduardo Azeredo tem um programa. Ele não se elegeu no escuro, não enganou a sociedade mineira e nem o setor de turismo. No Capítulo 21 do "Minas para Todos", há uma passagem dedicada ao turismo em Minas Gerais, com propostas concretas do candidato Eduardo Azeredo. Isso foi levado às praças públicas, às entidades organizadas. Isso quer dizer que temos uma proposta para o turismo em Minas. O Governo tem sua parcela de compromisso. Vou ler a seguir os objetivos a serem alcançados, que estão relacionados nesse manual.

Reorganização e planejamento integrado, como, por exemplo, a priorização da atuação dos órgãos estaduais de turismo.

Revisão e aprimoramento do plano integrado de turismo.

Reativação e dinamização dos conselhos municipais de turismo.

Criação de um sistema estadual de informações e isso foi mencionado pela Secretária Nacional de Turismo.

Estímulo à diversificação das classes de mercado de turismo, oferecendo opções acessíveis aos vários níveis de renda.

Estabelecimento de mecanismos de tarifas diferenciadas nos hotéis, com preços reduzidos na baixa estação.

É muito importante que isso seja discutido. Não podemos ter uma faixa horizontal de 1º/1 a 31/12. E a baixa estação, como fica? Por que os pacotes para o exterior são baratos em determinadas épocas do ano? Isso se explica pelo fato de que, na baixa estação, eles levam os brasileiros para lá, a preços baixos. Aqui, a indústria hoteleira mantém a mesma tarifa no período compreendido entre 1º/1 a 31/12. Não existem outras tarifas?

Como Secretário de Turismo fui inaugurar uma feira nacional de um produto, num determinado município, cujo nome não irei falar, porque senão será identificado, e fiquei hospedado em um hotel, cuja diária era de R\$260,00, mais cara que a diária cobrada pelo Hotel Kubitschek Plaza, de Brasília, cinco estrelas, cuja tarifa diária é de R\$150,00. Como iremos fazer turismo em Minas Gerais cobrando uma diária de R\$260,00? Portanto, temos de estudar mecanismos para a discussão das questões sobre os preços na baixa estação.

Criação do Fundo de Apoio ao Turismo.

Na área da infra-estrutura, o objetivo é ampliar os investimentos na conservação de rodovias, no seu policiamento e segurança.

Reestudo da malha viária estadual, buscando incentivar as transportadoras nacionais a interligar as principais cidades do interior à Capital do Estado.

Gostaria de fazer nova intervenção: estamos falando, constantemente, sobre a internacionalização do Aeroporto de Confins, mas isso é só para mandar mineiro embora? Só para turismo emissivo? Onde estão os pacotes das agências operadoras do turismo receptivo? Querem apenas levar dólar de mineiro? É essa a internacionalização de Confins? As companhias American Airlines, United Airlines estão aí. Isso é muito bonito! Mas existem para levar o mineiro embora, para levar o dólar embora, para levar embora as nossas divisas! E o emprego? Será gerado lá fora? É essa a internacionalização? Não irá trazer de lá para cá não? Temos a obrigação de discutir isso. Fornecimento de policiamento e segurança adequados às cidades detentoras de grandes acervos culturais, como Ouro Preto, Mariana, Sabará, Tiradentes, São João del-Rei e tantas outras.

Formação, capacitação profissional, divulgação e incentivo à profissionalização do setor através da realização de cursos de formação de mão-de-obra especializada. Nesse ponto, o Estado tem sua parcela de contribuição, quer seja pela UTRAMIG, quer seja pela UEMG, e já estão oferecendo cursos para os níveis médio e superior, além de convênios com o SENAC e o SEBRAE.

Desenvolver o ecoturismo associado à educação ambiental, um dos compromissos do Governo Federal, que está dando preferência ao ecoturismo e à Amazônia, nessa primeira fase do seu Governo.

Apoiar a criação de centros de formação turística, devidamente equipados, nas principais cidades que têm atrativos turísticos.

Investir na divulgação do potencial turístico do Estado, tanto em nível nacional como internacional. Na oportunidade, discorreremos sobre os programas que Minas Gerais já está implantando no atual Governo Eduardo Azeredo, além de um calendário mensal de eventos que contempla, além do acervo permanente nas regiões, as festas tradicionais, os festivais, exposições agropecuárias e diversas manifestações culturais em curso.

Atrair para Minas, tendo em vista seus atributos turísticos, suas vantagens locacionais, o movimento de feiras e convenções do País. Nesse ponto, falaremos sobre a construção do tão decantado pavilhão de feiras e exposições do Estado de Minas Gerais.

A Assembléia Legislativa recebeu recentemente o PMDI, em que consta o tema Políticas Públicas e Desenvolvimento do Turismo. O Governo Eduardo Azeredo não está se omitindo. O PMDI possui um capítulo que contempla os compromissos do Governo do Estado com o desenvolvimento do turismo em Minas Gerais.

Entretanto, gostaria de discorrer um pouquinho mais a respeito disso. A Secretária Márcia Kubitschek já falou sobre a importância da municipalização do turismo. Estamos apoiando o plano da EMBRATUR sobre a municipalização do turismo, que consiste na implantação do Plano Diretor de Turismo, do Fundo Municipal de Turismo e do Conselho Municipal de Turismo. Por ter sido convidado, já estive na cidade de Araxá e não tenho conhecimento de outra cidade que já tenha implantado toda a municipalização do turismo com os três itens: o plano diretor aprovado pela Câmara Municipal, o Fundo Municipal de Turismo e o Conselho Municipal de Turismo.

Gostaria de dizer que está na hora da reconstrução do turismo de Minas Gerais, além de chamar a atenção para um detalhe: a Assembléia Legislativa acaba de realizar audiências públicas regionais. No relatório final das audiências públicas, estão selecionadas, nas páginas 17 a 22, as propostas priorizadas nessas audiências por região de planejamento em Minas Gerais. Este ano, toda a sociedade mineira foi chamada, em cada região, para discutir suas prioridades. Aqui estão as sínteses das audiências públicas feitas pelas regionais. Sabem quantas propostas para o turismo existem, vindas das bases, dos municípios, para serem implementadas? Nenhuma. O turismo não foi prioridade de nenhuma região de Minas Gerais. Asfalto, hospital, tudo isso é muito importante também. Mas estamos discutindo turismo. E, nas audiências públicas regionais que a Assembléia fez, nenhuma região contemplou o turismo como prioridade. Em discussões locais, vez por outra até se abordava o desenvolvimento do turismo, mas era tudo muito vago. Mas quando se precisou definir preto no branco, prioridade, ninguém se manifestou. Tive até a oportunidade de participar da regional de São João del-Rei, que foi sede de uma das regionais. Lá, nem na local se falou em turismo, muito menos nas regionais. Imaginem os senhores que Minas Gerais inteira foi convocada. Foi um seminário de resultados, mas, na hora de se definir qual a obra que queriam, houve de tudo, menos turismo. Isso mostra que o descompasso com o compromisso turístico vem também da sociedade.

Não sei se foi a pressão para o Estado sair, em conjunto com a falta de investimento público, mas o Estado não mais investiu. A iniciativa privada também não ocupou seu espaço. Mas o fato é que agora este seminário veio muito a propósito. É compromisso de todos nós fazer uma grande parceria - o Governo Federal, o Governo Estadual, os Governos Municipais e a iniciativa privada - e assumir os compromissos com o turismo como um todo. Esse negócio de encostar um no outro não vai dar resultado. Ou assumimos cada um a nossa parcela de responsabilidade ou não vamos reconstruir o turismo em Minas Gerais. Vamos, mais uma vez, fazer um seminário sem resultados. É por isso que temos que chegar à conclusão de que, realmente, queremos uma política de resultados.

Aí, pergunta-se o que o Estado está fazendo, qual a sua parte para induzir o turismo em Minas Gerais, o que o Governo Eduardo Azeredo já fez além de ter boas intenções? Contratamos uma empresa espanhola da Catalunha, que já está executando o Plano Diretor de Furnas, em parceria com as Prefeituras e com o Movimento Pró-Furnas, do qual participa o George Norman Kutova.

O PRODETUR, a que a Secretária de Turismo, Sra. Márcia Kubitschek, se referiu, é para nove Estados da Federação. O PRODETUR do Nordeste foi o primeiro feito no Governo Itamar Franco. Todos eles se habilitaram, mas Minas não se habilitou. Nós, do Governo Eduardo Azeredo, recuperamos esse tempo perdido e estamos com a licitação sendo feita, para que possamos definir as prioridades dos 50 municípios que compõem a área mineira da SUDENE. Para se ter uma idéia, são US\$400.000.000,00 do Banco Interamericano de Desenvolvimento, com a mesma obrigação de contrapartida dos Estados. Os municípios não são penalizados, não entram com nada. São apenas os Estados, o Governo Federal e o BID. O mais interessante é que vamos ganhar tempo porque, apesar de alguns Estados da Federação terem-se habilitado, a não ser esse contrato ao qual a Secretária Nacional Márcia Kubitschek se referiu, de Aracaju, somente a Bahia e o Ceará estão avançados na aprovação de seus planos. Os outros Estados estão na mesma fase de elaboração de seus planos diretores.

Minas está recuperando o tempo perdido: estamos com a licitação. O Governador Eduardo Azeredo já esteve duas vezes no BID, inclusive acompanhado da nossa mineira ilustre Márcia Kubitschek. Na primeira fase, com a responsável Miss Helen Edward, que morou aqui, em Barbacena, e isso foi muito bom para nós. Ela abriu o seu coração e permitiu que Minas Gerais fosse inserido no programa. Fomos readmitidos com sinal verde no Banco. Posteriormente, lá voltamos, juntamente com o Governador Eduardo Azeredo, o nosso Vice-Governador, Walfrido Mares Guia, e com a Secretária Márcia Kubitschek. Conversamos com o Presidente do BID, e ele, mais uma vez, reafirmou e abriu as portas para Minas Gerais entrar no PRODETUR - Nordeste.

Também o centro de feiras e exposições, num grande trabalho de parceria, envolveu as forças produtoras de Minas, a Federação das Indústrias, a Associação Comercial, e, de forma mais destacada, queremos lembrar não só os seus Presidentes como o trabalho do Dalton Nogueira e do Geraldo Linhares, juntamente com a COBRAFE, a ABAFE e outras entidades do meio turístico. Trabalhamos muito, e o Governador já definiu o Parque da Gameleira como o local para edificarmos o pavilhão de feiras e exposições de Minas. Minas não tem esse espaço. Hoje, se quisermos expor produtos de Minas Gerais, temos que ir para o Anhembi, em São Paulo, ou para o Riocentro, no Rio de Janeiro. Isso para nós é uma vergonha.

O turismo em Minas ainda não decolou, porque não temos um lugar para mostrar os nossos produtos. E mais do que definir esse futuro espaço, já temos um estudo preliminar pronto. O Governador mandou um projeto orçamentário que está nesta Casa, já alocou R\$5.000.000,00, como contrapartida, na PROMINAS, que é uma empresa mineira de promoções, para a implantação do centro de feiras e exposições. Isso não é discurso; é concreto. Quero dizer mais: queremos, na verdade, que esse centro seja privado. Uma parceria do Estado, entrando com o terreno, e da iniciativa privada, entrando com a concessão do direito de uso. Essa é a nossa vontade. Mas, se por acaso, não conseguirmos neste ano viabilizar essa idéia, embora já estejamos procurando esta parceria junto à Prefeitura de Belo Horizonte, à Federação das Indústrias e a outras forças, se não conseguirmos (mas sou otimista), o Estado já tem R\$5.000.000,00 para o centro de feiras e exposições.

O que significa isso? Significa que o projeto integral é da ordem de R\$15.000.000,00: R\$6.600.000,00 para o centro de feiras e exposições; R\$6.000.000,00 para a modernização do parque agropecuário e R\$2.400.000,00 para a construção do centro de leilões. Mas para o centro de convenções são R\$6.600.000,00. O Estado, colocando R\$5.000.000,00, seguramente garante a construção do centro de feiras, exposições e convenções de Minas Gerais. O Governador garante e disse mais: ele irá inaugurar o centro de convenções e de feiras e exposições de Minas Gerais no centenário de Belo Horizonte, em 1997. Não tenho dúvidas disso, porque basta ter vontade política para as coisas acontecerem.

Além disso, temos promovido uma política agressiva, de captação de eventos, através do Minascentro. Para se ter uma idéia, estamos trabalhando com a qualidade, investindo muito mais no turismo de eventos e convenções. Não queremos ser meros locadores do Minascentro. Queremos, realmente, induzir o turismo no Minascentro. Neste ano de 1995, aquele espaço já está totalmente comercializado. Em 1997, já temos 80% de sua capacidade esgotada com eventos de porte. Quero citar alguns: a Bienal do Livro, que nunca se realizou fora de São Paulo, e que agora acontecerá em Minas Gerais; a IV Feira Nacional - IV Minas Calçados; o III Congresso Internacional de Cirurgia Retrativa; o III Congresso Internacional de Ortodontia; a III Jornada de Dermatologia e o IV Simpósio Internacional sobre HPLV. Esses são os eventos nacionais e internacionais.

Como eventos brasileiros e mineiros, temos o IV Congresso de Farmácia e Bioquímica; o III Congresso Brasileiro de Ação Pedagógica; a XIII UNILAR, do companheiro George Norman, uma das poucas feiras permanentes de Minas Gerais, e a I Feira da Malha do Sul de Minas. Estamos com uma agressiva política de captação de eventos que trará o turismo de eventos e congressos para Minas Gerais. Mudamos a filosofia do Minascentro. Não queremos o Minascentro apenas como espaço locado para fazer dinheiro, até porque não é função do Estado ser locador. Mas é função do Estado induzir o desenvolvimento do turismo. Para isso, estamos fazendo uma ação seletiva de cessão do espaço do Minascentro. Na área de promoções temos fatos concretos. O programa "Minas Além das Gerais" levou as artes, o artesanato, a culinária de Minas para o Rio de Janeiro. Já está programado evento semelhante para São Paulo, Buenos Aires e Lisboa, numa demonstração concreta de que o Governo de Minas está fazendo a sua parte. Mais ainda, estamos investindo na capacitação profissional, com um trabalho que vem sendo realizado pela UTRAMIG, UEMG, SENAC e SEBRAE. Devo destacar a participação do SEBRAE na solução da questão do encaminhamento do plano preliminar do projeto do centro de feiras e exposições de Minas Gerais, através do empenho do Presidente Gilman Viana. São todos investimentos concretos. Não se faz turismo sem investimento, como já disse Márcia Kubitschek. E isso é função do Estado. É o que o nosso está fazendo. Não se pode contar apenas com o orçamento da SELT, da TURMINAS e

do PROMINAS. Não se pode fazer turismo sem estradas. Para isso, temos pronto o Plano Viário Turístico de Minas Gerais. Nós o elaboramos consultando todas as associações microrregionais. O Governo Eduardo Azeredo não vai promover asfaltamento com fins eleitoreiros, para agradar, mas para induzir o desenvolvimento do turismo em Minas Gerais. Está aqui um trabalho para ser entregue ao Governador Eduardo Azeredo, com o Plano Viário Turístico de Minas Gerais, que facilitará o acesso às áreas de enorme potencial turístico do Estado, como, por exemplo, o Balneário Bico da Pedra, em Janaúba e Montezuma, que tem águas quentes, como Caldas Novas. Ao invés de o mineiro procurar Caldas Novas, ele poderá ir a Montezuma. Só que ainda não temos estradas para chegar até lá. Vamos incentivar o turismo esotérico de São Tomé das Letras, mas está faltando a ligação para Três Corações e Cruzília. Estamos necessitando de uma série de estradas, como a ligação entre Ouro Preto e Ouro Branco, que unirá a parte norte do turismo histórico a Congonhas, São João del-Rei e Tiradentes. Então, esse Plano Viário Turístico de Minas Gerais está para ser entregue ao Governador Eduardo Azeredo. Ainda ontem à noite, S. Exa. me cobrou sua entrega. Faremos isso amanhã, para encaminharmos o projeto ao DER-MG. Ainda não tivemos oportunidade de nos encontrar. O turismo em Minas não pode ser olhado com essa visão míope do orçamento da SELT, da TURMINAS e do PROMINAS. Se calcularmos os gastos em estradas, os senhores verão que serão milhões de dólares. O Estado está investindo em turismo, sim. Sem estradas não há turismo, repito. E ainda temos o Programa SOMA. Várias prefeituras estão se beneficiando dele. São US\$312.000.000,00 do BDMG, numa parceria com o Governo Federal. US\$312.000.000,00. Isso é dinheiro para turismo. Cambuquira, por exemplo, buscou dinheiro para fazer saneamento e urbanização da cidade. Ora, então é dinheiro para turismo. São US\$312.000.000,00, que não foram computados. Mais do que isso, há o projeto FUJETUR, também do BDMG, em parceria com a iniciativa privada. Serão gastos US\$5.000.000,00 em convênios com a EMBRATUR. Inclusive parte desse dinheiro já foi alocada para a iniciativa privada. Há, também, a reforma e ampliação do Hotel Fernandão, em Pouso Alegre. Em tudo isso será gasto dinheiro do Estado, do BDMG, e isso não é turismo? É turismo sim. É dinheiro do BDMG, é dinheiro do Estado. Devemos ter uma visão mais ampla, mais larga da ação do Governo, da ação do Estado de Minas Gerais, e não uma visão míope com relação ao estreito orçamento da SELT, porque esse não é um Governo unitário, solitário, mas um Governo solidário. Trabalhamos todos em conjunto: o BDMG, a SELT, a PROMINAS, a TURMINAS, a ID, a COMIG, a UTRAMIG, a UEMG. O Governo não é um sistema isolado. A COMIG está colocando alguns milhões de reais para recuperar as termas de Araxá.

O meu tempo se esgota e gostaria de finalizar dizendo que a tarefa de construir e reconstruir o turismo no Estado de Minas Gerais é de todos nós. É hora de parceria. Isoladamente podemos pouco, mas, em conjunto, podemos tudo. O Governo Federal, o Governo do Estado, as Prefeituras e a iniciativa privada, juntos, podem tudo, e estamos querendo participar desse grande desafio mineiro de colocar Minas Gerais no foco do turismo nacional.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Coordenador - A Coordenação esclarece ao Plenário que esta parte da reunião se destina ao debate. Os Srs. Coordenadores dos Grupos de Trabalho n°s 1, 2 e 3 poderão fazer intervenções durante a fala dos conferencistas por até 5 minutos, se assim o desejarem. Em seguida, os demais participantes aqui presentes poderão formular perguntas. As questões poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente, solicitando-se, contudo, que as inscrições sejam feitas previamente. Para que possamos agilizar o debate, solicitamos aos inscritos que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Cada um dos inscritos disporá de até 2 minutos, para apresentar sua intervenção. Com a palavra, o Prefeito Ângelo Oswaldo, coordenador do Grupo de Trabalho n° 1.

Debates

O Sr. Ângelo Oswaldo - Quero cumprimentar a Secretária Márcia Kubitschek e o Secretário Ademir Lucas pelas colocações que fizeram, indicando um compromisso do Governo Federal, que já havia sido anunciado pelo candidato Fernando Henrique Cardoso, e um empenho do Governo Estadual, anunciado pelo candidato Eduardo Azeredo, com relação à prioridade para o turismo. Sabemos como o turismo é importante para o desenvolvimento social e econômico de um Estado. A argumentação do Sr. Ademir Lucas, Secretário de Estado de Esportes, Lazer e Turismo, foi muito competente, quando confrontou o capital público e a iniciativa privada no campo do turismo, porque realmente coube ao Estado, seja na esfera municipal, estadual ou federal, em Minas Gerais, a iniciativa original, genuína, o exemplo, o empenho na implantação do turismo, seja nas cidades históricas e estão aí o Grande Hotel de Ouro Preto e o Grande Hotel de Diamantina - seja nas estâncias hidrominerais, como é o caso dos hotéis de Poços de Caldas e de Araxá. Além de demais iniciativas que continuam até hoje projetadas. Agora, recentemente, na implantação do Parque Estadual do Rio Doce e da Serra de Ibitipoca, na região de Juiz de Fora. Mas, se o Estado deve se afastar de

algumas iniciativas hoteleiras, acho que ele deve fazê-lo com muito critério porque, muitas vezes, jogou fora, pela janela, esses hotéis que vinha gerindo mal nos últimos anos. Entretanto, se ele deve se afastar de algumas iniciativas, não podemos abrir mão de sua presença em outras. Nesse caso, o envolvimento, como bem salientou o nosso Secretário, não se consubstanciará apenas pelo que estiver consignado nas rubricas da Secretaria de Turismo e de seus órgãos, mas, como observamos, também na Secretaria de Estado da Cultura, no Instituto Estadual do Patrimônio Histórico, na Secretaria de Estado do Meio Ambiente, recentemente criada; na Secretaria de Ciência e Tecnologia, na Secretaria de Educação e na Secretaria da Indústria e Comércio. Portanto, o compromisso da Secretaria de Estado de Turismo - SELT - é, também, de coordenação das diversas facetas do Estado. Como bem observou o Secretário, o Plano Rodoviário Turístico deve ter lugar privilegiado no mapa rodoviário do Governo Eduardo Azeredo, porque precisamos de estradas, que são fundamentais para o turismo. Com a ligação Ouro Preto-Ouro Branco e Ouro Preto-Mariana-Santa Bárbara estaremos fechando o circuito rodoviário na área do circuito do ouro.

Gostaria de abordar, ainda, mais dois aspectos: o primeiro está relacionado com os seminários realizados pela Assembléia Legislativa, lembrados pelo nosso Secretário. Ouro Preto, por exemplo, foi inserida na região de São João del-Rei e não tivemos voz nem vez no encontro realizado no Teatro Municipal de São João del-Rei, que deu preferência a verbas para a Santa Casa, porque estávamos na Santa Casa local, na casa santa da cidade-sede da região, não tendo sido consignada a estrada Ouro Preto-Ouro Branco ou a estrada Ouro Preto-Mariana-Santa Bárbara. Então, se não houve maior ênfase em determinados pontos fundamentais para a questão turística, foi porque houve certa atrofia na divisão das regiões e na polarização dos municípios que apresentaram sugestões à Assembléia Legislativa.

Por último, gostaria, apenas, de lembrar ao nosso Secretário e a todos que temos um projeto, com o aval muito importante do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, do Governador Eduardo Azeredo e do nosso caro Secretário Ademir Lucas, que, em tão pouco tempo, já despertou uma área adormecida do Governo Estadual: é o Centro de Artes e Convenções de Ouro Preto, sem acréscimo de nenhuma arquitetura nova, de nenhum volume novo na paisagem urbana tombada pelo Patrimônio Histórico Nacional e pela UNESCO. Em Ouro Preto, estaremos transformando o antigo Parque Metalúrgico da Escola de Minas, construção da década de 40, no Centro de Artes e Convenções, que será vital para as cidades históricas e para o Circuito do Ouro, em Minas Gerais. Já contamos com recursos do Governo Federal, da ordem de R\$2.000.000,00, liberados para a UFMG pelo Presidente Itamar Franco e pelo Ministro Ciro Gomes. E devemos receber, agora, mais R\$2.000.000,00 do Governo do Presidente Fernando Henrique, por via do Ministro Francisco Weffort, porque esse é um projeto que foi considerado na sua importância, na sua dimensão turística, mas foi encaminhado no âmbito do Ministério da Cultura, porque está viabilizando, numa cidade cultural, tanto a preservação quanto o desenvolvimento social e econômico.

O Sr. Coordenador - Com a palavra, o Secretário Ademir Lucas.

O Secretário Ademir Lucas - Aproveitando a observação do Prefeito Ângelo Oswaldo, quero lembrar mais duas iniciativas de que o Estado está participando. Estamos promovendo, desde o dia 17, e termina no dia 28, um Campeonato Mundial de Xadrez para a Juventude, em São Lourenço, no Circuito das Águas. Lá estão representantes de 68 países. Nunca, em nenhuma modalidade esportiva, nem no futebol, que é o mais festejado esporte brasileiro, conseguiu-se reunir tantos países numa promoção como nós fizemos no Campeonato Mundial de Xadrez para a Juventude, em São Lourenço. São seis jovens por país, com idade entre 10 e 14 anos, o que dá um total de mais de 400 jogadores, fora os acompanhantes, fazendo circular, na região do Circuito das Águas, especialmente em São Lourenço, entre US\$700.000,00 e US\$1.000.000,00, num evento que contou com investimentos do Governo do Estado, em parceria com a Prefeitura Municipal e a Federação Mineira de Xadrez.

Depois de amanhã, para minha satisfação, estarei em Ouro Preto abrindo, com o Ministro Édson Arantes do Nascimento, o Pelé, o Seminário Nacional de Marketing Esportivo, em que estarão representantes como D. Smith, do Garrets, um grupo americano; Brunolli, da Parmalat, e outros grandes patrocinadores do esporte mundial. Levaremos para lá dezenas de empresários e clubes de esportes. Isso é sinal de que o nosso Governo está trabalhando.

O Sr. Coordenador - Esta Coordenadoria passa a palavra ao Sr. George Norman Kutova.

O Sr. George Norman Kutova - Muito bem. Em primeiro lugar, de acordo com as conclusões que o nosso grupo apresentou, relativamente às intervenções dos nossos ilustres conferencistas, queria aproveitar a oportunidade para, em nome das entidades que pessoalmente represento, parabenizar o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, a sua secretaria específica de turismo e o Instituto Brasileiro de Turismo por essa visão clara e funcional, essa nova posição do Governo brasileiro, superando entraves e empecilhos que persistiram até recentemente, no equacionamento da política brasileira de turismo, do ponto de vista prático, e abrindo um novo rol de

possibilidades, para que, também no plano nacional, o turismo possa ser resgatado de uma posição relativa, transformando-se o Brasil em potência turística não apenas emergente, mas de fato, com o desempenho, a contribuição e a dedicação de titulares tão competentes quanto a nossa Ministra, o nosso Presidente da EMBRATUR, Caio Luiz de Carvalho, e a nossa Secretária Adjunta Márcia Kubitschek. Estamos certos de que isso vai acontecer.

Quanto ao ilustre Secretário de Esportes, o Prefeito de Ouro Preto citou a sua competência, o que não é novidade nenhuma, porque o Secretário é, reconhecidamente, um homem público extremamente competente, não apenas na retórica, mas na ação, e que se dedica de tal modo à atividade sob sua responsabilidade hoje que, de cristão novo, passou a ser "expert" na matéria em poucos meses - como aponta o nosso relatório -, equacionando problemas que foram crônicos na vida do turismo no Estado durante mais de uma geração. O registro dessa competência nos deixa muito contentes, pelo fato de ter partido de outro "expert" em turismo em nível nacional, que é o Prefeito Ângelo Oswaldo, porque essa competência avaliza o relatório do Grupo de Trabalho nº 2, na medida em que o Secretário, embora podendo discordar de alguns tópicos do diagnóstico, está, aparentemente, de inteiro acordo com a terapia.

Citamos, até agora, propostas dos grupos que apresentaram conclusões neste seminário. Na comissão técnica que antecedeu o grupo, dizíamos que as entidades e os órgãos integrantes daquela comissão interpretavam a realização deste seminário como uma oportunidade estratégica que se abria ao setor para um profundo e amplo reposicionamento da atividade turística em Minas, que nós continuamos considerando como absolutamente essencial. E que ele era, ainda, uma oportunidade extremamente produtiva, para a discussão dos problemas que envolvem a atividade turística, mobilizando todos os segmentos públicos e privados para uma avaliação não apenas crítica, mas autocrítica.

Durante as reuniões das comissões técnicas e dos grupos de trabalho que as sucederam na primeira fase destes primeiros trabalhos, vimos uma profunda afinidade conceitual e um consenso, do ponto de vista da participação dos órgãos públicos, não só do setor de turismo, mas também de outras áreas sintonizadas com as mesmas aflições, com as mesmas expectativas e com o mesmo empenho dos segmentos da iniciativa privada.

Hoje, ninguém discute o tamanho da ação do Estado, mas nós discutimos a profundidade dos resultados. Depois dessa revisão crítica, tendo como palco e cenário este seminário, iremos partir, sob a liderança do nosso ilustre Secretário, para esse posicionamento tão ambicioso para todos os segmentos públicos e privados da nossa atividade.

O Sr. Coordenador - Vem à mesa pergunta de Celso Morandi, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis-Minas Gerais, dirigida ao nosso Secretário, Deputado Federal Ademir Lucas: "Com que base o senhor afirma que a hotelaria mineira não pratica preços baixos em baixa estação?"

O Secretário Ademir Lucas - Não falei hotelaria mineira, falei hotelaria brasileira. Agora no almoço que tivemos com o Presidente da Assembléia, Deputado Agostinho Patrús, com a Secretária Nacional de Turismo e com o George Norman, eles falaram, - eu não, porque conheço só até Igarapé - que no exterior há duas tarifas diferenciadas: uma para a alta e outra para a baixa estação. Foi isso o que ouvi e reproduzo. E aqui, via de regra, há uma horizontalidade, e duas tarifas facilitam o turismo emissor. Reproduzi porque acredito nas pessoas. O Prefeito Ângelo Oswaldo está confirmando que é uma tarifa só.

O Sr. Celso Morandi - Secretário Ademir Lucas, existem várias tarifas diferenciadas para a hotelaria mineira. Se analisarmos a Região Metropolitana de Belo Horizonte, por exemplo, que é uma região chamada de turismo de negócios - e isso foi divulgado amplamente pela imprensa algum tempo atrás, quando foi criada a Frente Minas de Turismo -, veremos que praticamente todos os hotéis de Minas Gerais, principalmente os de Belo Horizonte, dão descontos de até 50% nos fins de semana, que são períodos fracos. Existem aqui vários agentes de viagem que sabem disso e podem contestar ou concordar comigo, se for o caso.

Temos na região metropolitana três dias de movimento forte, que são terça, quarta e quinta. Sexta-feira o executivo está voltando; segunda ele está pensando na sua viagem. Conseqüentemente, sexta, sábado e domingo são períodos diferenciados, com tarifas de até 50%. Nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro, por ser verão e porque os turistas preferem regiões litorâneas, também essas tarifas são praticadas. Nas cidades históricas, elas não são praticadas no período de férias, porque é alta estação, mas são praticadas fora do período de férias, principalmente no primeiro semestre, quando não se consegue canalizar grandes congressos para Minas Gerais, porque todos os congressistas são também turistas. No verão, naturalmente, esses congressos se dirigem para as regiões litorâneas. Conseqüentemente, conseguimos trazê-los para Minas no segundo semestre. Então, pratica-se também no primeiro semestre, que é considerado verão, dezembro, janeiro e fevereiro, tarifas mais baixas que as normais. Só aqui já exemplifiquei três tarifas. Obrigado.

O Secretário Ademir Lucas - Só para complementar, a Secretária Márcia Kubitschek nos dá mais um subsídio. Disse que lá fora existe a terceira tarifa, chamada "blue day". São tarifas de fim de semana, que têm pacotes mais baixos ainda. O Ângelo Oswaldo me confirma que em Ouro Preto há horizontalidade, sem querer polemizar, e que, de 1º de janeiro a 31 de dezembro, a tarifa é a mesma.

O Sr. Celso Morandi - Ouro Preto tem uma tarifa diferenciada para as operadoras do Nordeste, do Rio e de São Paulo, principalmente, e outra tarifa para o mercado individual. O Prefeito sabe disso. Existem várias tarifas. Cada mercado é uma situação.

O Sr. Coordenador - Temos uma pergunta dirigida à Secretária Márcia Kubitschek. Vamos formular a pergunta, e outras perguntas dirigidas a ela serão respondidas posteriormente. A Secretária responderá a esta pergunta e se despedirá, porque tem compromisso em São Paulo, com horário de voo marcado. A pergunta, dirigida à Secretária Márcia Kubitschek, é de Ana Paula Chaib Lisboa, aluna do 2º período de Turismo das Faculdades Integradas Newton de Paiva: "Quais as medidas tomadas pelo Ministério, no que se refere à regulamentação profissional dos bacharéis em Turismo, uma vez reconhecida a importância da atividade turística no Brasil e em Minas Gerais?".

A Secretária Márcia Kubitschek - Essa regulamentação profissional de bacharéis de Turismo é uma das coisas que, realmente, nos preocupa. Estamos tentando fazer com que a profissão seja regulamentada o mais rápido possível pelo Ministério da Educação e por outros órgãos competentes. Conseguimos, na semana passada, passar, na comissão financeira do Congresso Nacional, a atividade de agente de viagem. Vocês sabem que eles também não têm sua profissão regularizada. Pela primeira vez, conseguimos fazer com que a Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados aprovasse a regulamentação da profissão de agente de viagem. Evidentemente, isso ainda vai passar na Comissão de Constituição e Justiça e, depois, no Plenário. Mas o primeiro passo já foi dado. Precisamos, entretanto, de fazer a mesma coisa para outras profissões que estejam intrinsecamente ligadas ao turismo. Essa é uma preocupação não apenas do MICT, mas de todos os ministérios correlatos.

Gostaria, ainda, de dizer que os profissionais e bacharéis em turismo no Brasil, infelizmente, ainda são poucos, porque ainda existem muito poucas faculdades. Por exemplo, em Minas Gerais, a única universidade de turismo, se não me engano, é a Newton de Paiva. Temos muito poucas faculdades de turismo pelo Brasil afora. Deveríamos ter escolas de hotelaria muito maiores e em maior quantidade do que temos. No princípio do ano, houve um rumor de que entidades profissionais como o SESC e o SENAI iriam ter suas atividades interrompidas. Fizemos uma grande movimentação dentro da Secretaria Nacional de Turismo para que isso não ocorresse, porque uma das coisas que mais precisamos no Brasil, além do patrimônio material para o desenvolvimento do turismo, é o patrimônio humano. Precisamos de ter não somente belos hotéis, belas pousadas, bons ônibus, bons parques temáticos. Precisamos também de pessoas especializadas em receber bem o turista. O turista não deve vir apenas uma vez. Ele deve vir, gostar e voltar. Para isso, ele tem que ser bem tratado. E uma das coisas que estamos tentando, e vamos implantar agora, em 1996, é uma idéia revolucionária em termos de agilizar essa preparação do elemento humano para receber e tratar o turista. Vamos fazer uma coisa chamada brigadas de qualidade total. Evidentemente, gostaríamos de ter escolas de hotelaria no Brasil inteiro, mas o Brasil é um País continental e não há a possibilidade de fazer isso, inclusive porque não há recursos financeiros para tal. Vamos formar, por intermédio de convênios do MICT com o SEBRAE e com os outros "s", brigadas de professores, de treinadores, que irão, a convite dos Prefeitos dos municípios - e para qualquer município, seja de Minas, do Rio Grande do Norte ou do Rio Grande do Sul -, até as cidades e lá permanecerão treinando o pessoal local. Quando falo em pessoal local, quero referir-me a todos: cozinheiro, garçom, guia turístico, chofer de táxi. Isso que denominamos brigadas de qualidade total será um programa implantado pelo MICT em convênio com outros organismos e estará à disposição das Prefeituras dos municípios brasileiros a partir do ano que vem.

Eu gostaria de pedir licença ao Plenário da Assembléia Legislativa, aos senhores e senhoras aqui presentes, ao Secretário Ademir Lucas, ao Presidente da reunião, enfim, a todos os que fazem parte da Mesa para me retirar, infelizmente, neste momento. Tenho de ir para o aeroporto, porque embarco ainda hoje para São Paulo, onde, amanhã, estarei inaugurando, às 9 horas da manhã, um outro seminário, que será sobre investimentos. A EMBRATUR, junto com a "Gazeta Mercantil", estará apresentando, a empresários do setor turístico brasileiro e estrangeiro, dez projetos de grande importância para o turismo brasileiro, porque são projetos de hotelaria, "resorts" e parques temáticos. Estaremos na sede da "Gazeta Mercantil", abrindo esse seminário, com a esperança de podermos captar investimentos estrangeiros para beneficiar a implantação de projetos turísticos em nosso País.

Agradeço, mais uma vez, a acolhida que aqui me deram e parabênz, novamente, o Estado de Minas Gerais, por meio da Assembléia Legislativa, dos representantes do

povo, e posso somente lhes dizer que, por intermédio do Governo Federal e do MICT, estamos inteiramente à disposição de nosso querido Estado de Minas Gerais, para podermos, em parceria, fazer com que o turismo seja, não somente ressuscitado - como foi dito aqui na Mesa -, mas seja, sobretudo, uma das maiores fontes de renda - como ele merece ser - nos próximos anos, para o bem-estar do povo mineiro. Muito obrigada a todos.

O Sr. Coordenador - Pergunta de Antônio Claret Guerra: "A proposta da ABRAJET neste seminário é a colocação do produto turístico mineiro na INTERNET. A EMBRATUR tem o programa Imagem Brasil. Quais as facilidades que terá Minas para chegar à INTERNET, via EMBRATUR?"

A Secretária Márcia Kubitschek - Vou responder à sua pergunta com apenas uma palavra: todas. Absolutamente todas. A INTERNET está aberta para Minas Gerais.

O Sr. Coordenador - Gostaria de saber se algum dos presentes deseja fazer alguma pergunta. Pergunta de Levison, da FAST-TUR: "Todos falaram em turismo e não falaram nada sobre nossos peixes. Peixe também é turismo! Este ano minha firma fez ao pantanal 22 viagens de pescadores, deixando divisas mineiras no Mato Grosso do Sul. O que se pode falar sobre isso?"

O Secretário Ademir Lucas - Este seminário não tem por objetivo individualizar um setor turístico. Falamos de forma global sobre as cidades históricas, o Circuito das Águas, os parques, as grutas, mas não individualizamos piscicultura que é, realmente, importante. Ontem mesmo um Prefeito me procurou para desenvolver um programa de piscicultura. Além disso, há um trabalho muito grande, não só do Estado, de entidades ambientalistas, mas da própria Assembléia, que promoveu seminário a esse respeito, com relação à preservação da fauna ictiológica dos rios Paraopeba e São Francisco. Não se falou na fauna ictiológica por não ter sido este um seminário individualizado, para tratar apenas de um setor. Existem políticas nessa área de piscicultura e de preservação ambiental.

O Sr. Coordenador - Outra pergunta para o Deputado Ademir Lucas feita por Jailson, do Hotel Financial: "Secretário, em suas assertivas sobre o turismo - ressalte-se, muito bem embasadas -, V. Exa. em nenhum momento mencionou números quantitativos do setor. Nota-se, também, que não temos uma memória numérica no turismo de Minas Gerais. Não será oportuno criarmos esse acervo e/ou banco de dados de fluxo turístico para identificarmos nichos de mercado?"

O Secretário Ademir Lucas - Concordo plenamente. Uma das dificuldades que o Governo Eduardo Azeredo teve para definir uma política turística em Minas Gerais foi a falta de memória. A Fundação João Pinheiro, trabalhando juntamente com a UIDI, BDMG, cada um no seu setor, faz levantamento dessa memória turística, de números, de quantitativos, que nós, efetivamente, não temos. É verdade isso, o Estado não dispõe desses dados, mas a Fundação está trabalhando nesse sentido para que possamos ter, até para definir programas, números realmente confiáveis.

O Sr. Coordenador - Aqui um comentário do SINDIPAS, na pessoa do Helvécio Dias Leite. (- Lê:)

"A inclusão, como prioridade, do asfaltamento de pequenos trechos de estradas, eliminando pontos de estrangulamento na ligação entre os vários pontos dos circuitos turísticos não pode deixar de fora o asfaltamento da antiga Estrada Real no seu trecho entre Alto Maranhão e Congonhas e a nova ligação de Congonhas à BR-040.

Tal proposta foi incluída à última hora, pela Superintendência de Turismo da SELT, mas nem por isso é menos importante que a ligação Ouro Branco-Ouro Preto-Mariana. Pelo contrário, apenas dá maior valor ao plano, como um todo. Só merece elogios. Congonhas e seu conjunto barroco merecem! Parabéns!"

O Secretário Ademir Lucas - Individualizar-se, sobretudo em debates, é problemático. Ele citou como exemplo essa interligação da parte norte do circuito do ouro histórico, de Mariana-Santa Bárbara, Ouro Preto-Ouro Branco. Foi só uma citação de referência, como citei também o turismo exotérico de São Tomé das Letras. Mas isso não quer dizer que não exista todo um plano turístico. Ao contrário, temos todo um plano viável turístico para contemplar todas as regiões que nos encaminharemos suas propostas, através das associações microrregionais dos municípios.

O Sr. Coordenador - Esta Coordenadoria volta a palavra ao ilustre Deputado Sebastião Navarro Vieira.

O Sr. Presidente - Esta Presidência manifesta, novamente, os seus agradecimentos ao Deputado Federal Ademir Lucas, Secretário de Esportes, Lazer e Turismo, ao Sr. Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, Prefeito de Ouro Preto, ao Sr. George Norman Kutova e ao Sr. Moisés Pereira de Barros, bem como às demais autoridades e público em geral pela presença.

ATA DA PARTE DA 91ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 25 DE OUTUBRO DE 1995, DESTINADA AO PROSSEGUIMENTO DO SEMINÁRIO TURISMO: CAMINHO DAS MINAS - A ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL E A GESTÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE TURISMO

Presidência dos Deputados Agostinho Patrús, Wanderley Ávila e Ibrahim Jacob

SUMÁRIO: Composição da Mesa - Destinação da reunião - Designação do Coordenador dos

debates - Palavras do Coordenador dos debates e dos Coordenadores dos Grupos de Trabalho n°s 4, 5 e 6 - Palavras da Deputada Maria Elvira e do Sr. Sérgio Nogueira - Esclarecimentos sobre os debates - Debates.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente (Deputado Ibrahim Jacob) - Convido a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Sérgio Nogueira, Presidente da Associação Brasileira das Agências de Viagem - ABAV -; Deputado Ermano Batista, 4°-Secretário da Assembléia Legislativa; Deputada Federal Maria Elvira, representante da Câmara dos Deputados; Geraldo Paulo de Magalhães Filho, Coordenador do Grupo de Trabalho n° 4; Fábio Borém, Coordenador do Grupo de Trabalho n° 5; Celso Morandi, Coordenador do Grupo de Trabalho n° 6.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente (Deputado Agostinho Patrús) - Destina-se esta reunião a dar prosseguimento ao Seminário Turismo: Caminho das Minas, sobre o tema "A Organização Institucional e a Gestão da Política Estadual de Turismo".

Designação do Coordenador dos Debates

O Sr. Presidente - A Presidência designa o Deputado Ermano Batista para atuar como Coordenador dos Debates e lhe passa a palavra.

Palavras do Coordenador dos Debates

Os meus agradecimentos ao ilustre Presidente desta Casa pela distinção que me fez convidando-me para coordenar encontro de tamanha envergadura.

Informo ao Plenário que esta fase da reunião se destina a dar a todos os participantes conhecimento dos resultados e das dinâmicas vividas pelos três grupos de trabalho que se reuniram hoje, pela manhã. Cada Coordenador de Grupo de Trabalho fará um relato sucinto, que possibilitará o enriquecimento dos debates posteriores.

Esta coordenadoria passará a palavra ao Sr. Geraldo Paulo de Magalhães Filho, da Associação de Albergues da Juventude de Minas Gerais - ALBERMIG -, que discorrerá sobre o subtema "Organização". Com a palavra, o Sr. Geraldo Paulo de Magalhães Filho, que disporá de 15 minutos para sua exposição.

Palavras do Coordenador do Grupo de Trabalho n° 4

Nossas saudações ao Sr. Presidente, aos membros da Mesa, às senhoras e aos senhores presentes. Em primeiro lugar, devo agradecer a confiança em mim depositada pelos membros da CPI n° 4, por me escolherem para representá-los e, naturalmente, conduzir os trabalhos na manhã de hoje.

É claro que devemos salientar, também, a importância deste seminário, que, de fato, como já foi dito, é de suma importância não só para a atividade turística em Minas Gerais, mas também para o Brasil. Tem sido preocupação da Assembléia Legislativa o consultar diversos segmentos da sociedade; pela primeira vez, ela consulta o nosso segmento, o do turismo.

A CPI n° 4 e, também, o Grupo de Trabalho n° 4, com o subtema "Organização", preocuparam-se, desde o início dos trabalhos, com o que, talvez, possamos considerar a fase mais importante da discussão. É a nossa base, a nossa organização, os nossos aspectos organizacionais, porque, se formos verificar, temos, na organização, a base legislativa, a da formação de recursos humanos, temos os incentivos e os recursos necessários ao desenvolvimento da atividade turística. Assim, num processo que é a dinâmica do turismo, temos equipamentos e serviços para poder aproveitar - e bem - tudo aquilo que o Estado de Minas Gerais nos proporciona em termos de patrimônio natural e cultural.

Introduzimos, no nosso relatório inicial, uma citação de Albert Einstein: "O mundo não vai superar sua crise atual usando o mesmo pensamento que criou esta situação". (- Lê:)

"Introdução

Organização implica objetivos definidos. O ato ou efeito de organizar-se leva-nos a constituir organismo, estabelecer bases, ordenar e, sobretudo, dar às partes de um todo a disposição necessária para as funções a que ele se destina.

A tarefa de pensar e agir no sentido da reestruturação do turismo e da redefinição de sua trajetória é um desafio de todo o "trade", mas é responsabilidade especial daqueles que se sentem direta ou indiretamente envolvidos com a atividade turística.

Os fundamentos da prática democrática estão na representatividade e na participação de todos. E, efetivamente, neste momento, o que temos no turismo? Em contrapartida, o que queremos para o turismo? Façamos uma análise e uma reflexão críticas de nossas fraquezas e de nossas virtudes, para que juntos possamos almejar um projeto de turismo que o torne maior e melhor.

Considerando nossos anseios e nossas expectativas que visam a mudanças e buscam princípios norteadores da organização e da gestão da política de turismo - e a dinâmica da atividade no processo global de desenvolvimento de Minas Gerais -, é que propomos e convidamos todo o segmento turístico, governamental e não governamental a repensar nossos conceitos e práticas. Não há limitação no horizonte. Existem novos horizontes. Permitam-nos mais uma citação: "Nunca ande pelo caminho traçado, pois ele conduz somente até onde os outros já foram" (Alexander Graham Bell). Assim, busquemos

novas trilhas, em perfil e postura de dignidade e reconhecimento para o Seminário Turismo: Caminho das Minas."

Procuramos, na CPI e no nosso grupo de trabalho, alguns aspectos gerais e nos questionamos. Dessa forma, colocamos: (- Lê:)

"Aspectos Gerais

Qual importância o Governo Estadual atribui ao turismo como atividade econômica e socialmente significativa?

Qual a importância da função do turismo para o setor governamental?

Qual o nível de eficiência dos mecanismos operacionais do Governo para o setor?

De que forma se articulam as diversas ações setoriais específicas, previstas no anexo da Lei nº 11.483, para o desenvolvimento de uma atuação governamental integrada para o turismo?

Como se dá, na realidade, a participação dos setores não governamentais na formulação de planos, programas e projetos para a política estadual de turismo? Qual a eficiência do Conselho Estadual de Turismo no desenvolvimento dos propósitos citados?"

Assim é que o Grupo de Trabalho nº 4, na manhã de hoje, colocou as seguintes propostas. Antes, é preciso que se diga que existem propostas que obtiveram maioria de votos, e outras que serão levadas amanhã, na sessão plenária, devendo obter o mínimo necessário, ou seja, 25%.

Proposições

Em nível da organização básica da política estadual de turismo:

No que diz respeito ao perfil institucional, poder-se-ia pensar na criação de uma estrutura administrativa específica para o setor, por exemplo, uma secretaria de Estado de turismo, com a responsabilidade de cuidar do planejamento e da coordenação dos objetivos estabelecidos, dos planos, programas e projetos governamentais, a qual teria uma empresa pública como braço operacional.

Em nível do Conselho Estadual de Turismo:

Propomos alterações na legislação específica, com o objetivo de estabelecer mecanismos capazes de tornar mais democrática e eficiente a participação tanto do setor governamental quanto do não governamental no Conselho, além da sua reorganização em câmaras setoriais específicas para produzir subsídios técnicos capazes de torná-lo efetivo e atuante.

É recomendável reduzir o número de membros natos do Conselho para 14 (quatorze), agrupados de forma paritária entre representantes do Governo (seis), além de um representante do Poder Legislativo, e dos setores não governamentais (sete), e de um observador externo, este último sem direito a voto e que seria indicado pelo conjunto dos integrantes do Conselho e das Câmaras Setoriais.

A Organização Institucional e a Gestão da Política Estadual de Turismo.

1 - Criação da Secretaria de Estado de Turismo.

2 - Manutenção das empresas de turismo do Estado: Turminas e Prominas (25% dos votantes).

3 - Fusão das duas empresas de turismo do Estado: Turminas e Prominas.

4 - O Conselho Estadual de Turismo - CET -, órgão integrante da estrutura orgânica da Secretaria de Esportes, Lazer e Turismo - ou órgão que vier a sucedê-la - instituído pela Lei nº 8.502, de 19/12/83, é órgão deliberativo e controlador da política estadual de turismo e das ações dela decorrentes, em todos os níveis.

5 - O Conselho Estadual de Turismo deverá ter 14 membros, com composição paritária (25% dos votantes). Essa proposta também obteve o mínimo necessário.

6 - O Conselho Estadual de Turismo deverá contar com 10 membros, com composição paritária. Esta proposta foi aprovada por maioria.

7 - Nomeação dos representantes do Conselho Estadual de Turismo na lei que o instituirá.

8 - A representação do Poder Executivo no Conselho Estadual de Turismo estará a cargo das seguintes secretarias de Estado:

I - Esporte, Lazer e Turismo;

II - Planejamento e Coordenação Geral;

III - Indústria e Comércio;

IV - Cultura.

9 - As entidades não governamentais devem escolher os seus representantes (cinco) no Conselho Estadual de Turismo, em assembléia convocada pela Secretaria de Estado de Turismo e fiscalizada por um representante do Ministério Público Estadual.

10 - O presidente do Conselho Estadual de Turismo será eleito por voto secreto.

11 - A presidência do Conselho Estadual de Turismo terá alternância de mandatos, ora da iniciativa privada, ora de representantes do governo.

12 - Privatização da gestão do Minascentro e do futuro Centro de Exposições (25% dos votantes). Proposta aprovada por maioria simples.

13 - Os órgãos públicos das administrações direta e indireta, que tenham como objetivos e/ou atividades, planejamento, organização e desenvolvimento da atividade

turística, deverão ter preferencialmente em seus quadros de pessoal, profissionais com formação em nível superior de turismo, responsáveis pela elaboração e pela coordenação dos projetos.

14 - O Conselho Estadual de Turismo deverá ser assessorado por câmaras sociais que serão regulamentadas pelo regimento do conselho.

15 - Recomenda-se modificar o que dispõe o texto da Lei nº 11.483, de 7/6/94, que trata do Plano Integrado para o Desenvolvimento do Turismo - PLANITUR, de tal forma que esta seja uma lei que disponha sobre as diretrizes, os objetivos e a organização da política estadual de turismo em Minas Gerais e não apenas sobre um plano.

A proposição acima implica, automaticamente, a alteração da redação dos arts. 1º, 2º e 5º desta lei.

16 - A diretoria do Conselho Estadual de Turismo deverá ser eleita na primeira reunião dos membros nomeados e empossados.

17 - Modifica a redação do art. 4º, que deverá ter o seguinte teor:

"Art. 4º - Com vistas a ampliar, no âmbito do Estado, o fluxo de turistas, seu tempo de permanência e seu gasto médio, deverão ser desenvolvidas as seguintes políticas básicas:

I - Preservação do patrimônio histórico, artístico, cultural e documental.

II - Proteção e utilização sustentada do patrimônio natural.

III - Informação, estatística e marketing do produto turístico.

IV - Desenvolvimento da infra-estrutura turística.

V - Apoio aos agentes da indústria turística.

VI - Incentivo ao turismo receptivo do País e do exterior.

VII - Estímulo ao turismo social e ao turismo interno estadual.

VIII - Incentivo ao turismo de negócios e de eventos.

IX - Conscientização turística.

X - Formação e aprimoramento de recursos humanos.

Parágrafo único - A implantação dessas políticas será feita de forma regionalizada, com participação dos diversos órgãos e entidades da administração pública estadual, em parceria com os municípios e com a iniciativa privada."

18 - Modificar a redação do art. 6º, que deverá ter o seguinte teor:

"Art. 6º - O poder executivo deverá elaborar bem como apoiar planos regionais voltados para o desenvolvimento e a viabilização da exploração econômica do turismo."

19 - O art. 7º da Lei nº 11.483, de 7/6/94, deverá ser suprimido na íntegra. (Diretrizes para elaboração dos programas regionais voltadas para a exploração econômica do Turismo.)

20 - O art. 8º da Lei nº 11.483, de 7/6/94, deverá ter a seguinte redação:

"Art. 8º - Caberá à Secretaria de Estado de Esportes, Lazer e Turismo, em sintonia com o Conselho Estadual de Turismo, a coordenação de todos os programas e atividades voltadas para o desenvolvimento do turismo em Minas Gerais.

§ 1º - Caberá à Empresa Mineira de Turismo - TURMINAS -, a execução dos programas e ações voltadas para o desenvolvimento do turismo em Minas Gerais.

§ 2º - Caberá à Companhia Mineira de Promoções - PROMINAS -, a execução da política de incentivo ao turismo de negócios e de eventos. (25% dos votantes)."

21 - O Conselho Estadual de Turismo contará com um representante do poder público municipal."

Era o que tínhamos a apresentar. Muito obrigado.

O Sr. Coordenador - Esta coordenação vai passar a palavra ao Sr. Fábio Borém, do BDMG, que discorrerá sobre o subtema "Recursos". Com a palavra, o Sr. Fábio Borém, que disporá de até 15 minutos para sua exposição.

Palavras do Coordenador do Grupo de Trabalho nº 5

O Sr. Fábio Borém - Sr. Presidente desta sessão plenária, Sr. Coordenador, Deputados Estaduais presentes, Deputada Federal, Maria Elvira, conferencista, Presidente da ABAV, colegas Coordenadores dos Grupos de Trabalho, companheiros componentes das diversas entidades participantes dos nossos grupos de trabalho, senhores e senhoras, inicialmente, cabe um esclarecimento para este Plenário. Trata-se de uma decisão tomada pelos grupos de trabalho 1 e 2 pela similaridade dos subtemas - Recursos e Incentivos. Achemos por bem levar avante um trabalho em conjunto, justamente em face dessa similaridade. O assunto foi discutido e acordado pelas partes e assim conduzimos nosso trabalho até hoje, quando atingimos os nossos objetivos.

Neste momento, gostaria de aproveitar nossa presença neste Plenário, para deixar registrados alguns fatos que julguei da maior relevância. O primeiro diz respeito à forma democrática, transparente e participativa com que, até agora, foi conduzido este seminário, sob a liderança desta Casa, em virtude de experiências em iniciativas desse tipo. Desde os primeiros momentos me senti muito à vontade entre os colegas participantes, o que vem ocorrendo desde o início dos trabalhos até hoje, nas reuniões quase que semanais, em que tivemos a oportunidade de trocar idéias e experiências, que desaguaram, exatamente, nessa conclusão dos trabalhos dos nossos

grupos, que se fez pela manhã. Digo contente, porque sou oriundo de uma entidade pública governamental e senti uma sinergia muito forte com a participação do setor privado, por meio de suas diversas entidades, componentes deste seminário. Temos conseguido nos manter sempre dentro do objetivo comum e do foco principal, que era exatamente identificar segmentos do turismo e sugerir medidas para o seu desenvolvimento, as quais podem se efetivar com a participação desta Casa, do Executivo e da área privada. Isso, para mim, foi bastante relevante. Senti uma participação muito intensa e gostaria de aproveitar este momento para deixar isso aqui registrado.

Outra consideração que eu não poderia deixar de fazer se refere à importância que foi dada exatamente a estes dois grupos, por suas próprias características, de serem destinados a sugerir idéias - algumas delas inovadoras - exatamente na linha de identificar recursos não só creditícios, mas, também, de incentivos, que possam impulsionar a atividade. Dizíamos, pela manhã, que não adianta simplesmente idealizarmos projetos e iniciativas brilhantes e oportunas, se não dispusermos dos instrumentos para consolidá-los. Parte desses instrumentos diz respeito aos recursos e incentivos que venham, realmente, dar suporte a essas atividades.

Como já disse, o nosso grupo era formado inicialmente por dois blocos que se uniram e se transformaram em apenas um, com o subtema Recursos e Incentivos. Daí porque reafirmo que senti uma participação muito intensa e muito diversificada, mas que, no meu entender, proporcionou uma sinergia muito grande entre todos nós.

Gostaria de encerrar estas palavras agradecendo a todos os que conosco estiveram neste período, a todas as entidades que participaram. Deixarei para o Celso Morandi, nosso companheiro de coordenação, falar especificamente sobre as conclusões a que chegamos, que, certamente, serão apreciadas pela comissão plenária final, amanhã, fazendo votos de que tragam, com todo interesse e todo apoio, perspectivas para o segmento do turismo. Não vou ressaltar aqui a sua importância, porque isso já foi dito pelos palestrantes anteriores e, provavelmente, pelo nosso caríssimo palestrante de hoje. Porém, gostaria de ressaltar que o turismo é realmente relevante, e sempre o foi, para Minas Gerais. Devemos reativá-lo intensamente, pois é uma atividade econômica geradora de empregos, de distribuição de renda significativa e envolve diversos agentes, principalmente do setor privado. Agradeço a atenção de todos os participantes que estiveram conosco neste período. Obrigado a todos.

O Sr. Coordenador - Esta coordenadoria vai passar a palavra, neste instante, ao Dr. Celso Morandi, da Associação Brasileira de Indústria de Hotéis - ABIH -, que discorrerá sobre o subtema Incentivos. Com a palavra, o Dr. Celso Morandi, que disporá de 15 minutos para a sua exposição.

Palavras do Coordenador do Grupo de Trabalho n° 6

O Sr. Celso Morandi - Sr. Presidente desta plenária, senhoras e senhores parlamentares, senhores colegas de grupo de trabalho, demais pessoas presentes, o segmento turístico, salvo algumas exceções, é composto de pequenas empresas. Essas exceções se baseiam, basicamente, em empresas aéreas e grandes cadeias hoteleiras. Apenas para que os senhores tenham uma noção, em Minas Gerais, temos cadastrados 826 hotéis, gerando algo em torno de 28 mil empregos diretos e 75 mil empregos indiretos, o que equivale, em termos de oferta de empregos, a praticamente duas FIATs.

Apenas o segmento de feiras, que é o chamado turismo de negócios, no ano passado movimentou no País US\$30.000.000.000,00. E Minas Gerais participou com 0,7% disso, ou seja, pouco mais de 0,5%, por não dispor de espaço. Então, se é um segmento individualmente fraco por ser de pequenas e médias empresas, no conjunto é extremamente significativo, tanto em termos de recursos como em termos de ofertas de emprego.

Dando seguimento aos trabalhos, feitos em conjunto porque não há como separar incentivos e recursos, já que, na maioria das vezes, até se confundem, vamos às conclusões dos grupos. (- Lê:)

"Grupos n°s 5 e 6

1 - Ampliação da participação do setor de turismo nos recursos orçamentários do Estado - hoje basicamente restritos ao custeio - de 0,005% (cinco milésimos por cento) para 1,2% (um vírgula dois por cento), gerando recursos para aplicação em investimentos.

2 - Inclusão no orçamento do Estado para 1996 de recursos destinados ao FASTUR, de pelo menos R\$5.000.000,00, dos R\$18.000.000,00 incluídos na proposta orçamentária para o Fundo, encaminhada pelo CBMG à SEPLAN.

3 - Alteração da legislação estadual relativa ao FIND-PROIM - ao abrigo do disposto na legislação federal (Lei n° 8.181, de 1991) que equipara o turismo às demais atividades industriais - para estender ao setor de turismo os financiamentos e benefícios desse fundo.

4 - Alocação de recursos do orçamento do Estado para o FUNDESE, no valor de R\$4.000.000,00, para o financiamento de pequenas e microempresas, incluindo pousada e outros meios de hospedagem, bem como equipamentos de transporte de grande e médio

porte (ônibus, microônibus, "vans", etc.) destinados ao turismo.

5 - Destinação dos recursos da renda e/ou arrendamento de hotéis do Estado (Grande Hotel de Araxá e Palace Hotel de Araxá e Palace Hotel de Poços de Caldas) para investimento no setor de turismo, obedecendo-se à seguinte distribuição dos mesmos: 40% para destinação ao FASTUR e 20% para aplicação em atividades turísticas nas cidades de Araxá e Poços de Caldas.

6 - Reivindicação junto ao Governo Federal para a ampliação, para R\$10.000.000,00, dos recursos aplicados pelo FUNGETUR em Minas, que foram da ordem de R\$4.700.000,00 em 1995.

7 - Destinação de parte dos recursos do ICMS gerados adicionalmente por projetos de implantação e expansão das empresas de prestação de serviços - tais como energia elétrica, telecomunicações, transporte, etc. - para a composição de um fundo de fortalecimento do FASTUR.

8 - Reivindicação junto aos municípios mineiros de potencial turístico e com potenciais ainda não explorados de adoção de mecanismo de incentivo equivalente ao PRÓ-INDÚSTRIA, visando à composição de fundos municipais de recursos destinados ao financiamento de projetos turísticos de seu interesse.

9 - Constituição pelo setor privado - por meio da contribuição da rede hoteleira e demais agentes de prestação de serviços - de um fundo de apoio ao desenvolvimento turístico para a implementação de iniciativas como o Minas Convention Bureau, execução de campanhas de "marketing", promoção turística por via da INTERNET, etc.

10 - Criação de mecanismo associativo dos diversos agentes privados do turismo, tal como a Fundação Rio Congressos e Eventos - Rio Convention Bureau, de forma a concretizar o potencial de suas ações em favor do setor.

11 - Apoio e aprovação das propostas apresentadas pelo Grupo 2.

12 - Criação de um fundo de apoio com recursos do Estado e da iniciativa privada para instalação de centros receptivos em localidades de reconhecida vocação para o ecoturismo. Esse fundo será destinado a garantir o uso sustentado do atrativo.

13 - Facilitação do acesso das entidades do interior à informação sobre os recursos e mecanismos de financiamento geridos pelos Bancos estatais por intermédio de suas agências nas diversas cidades mineiras.

14 - Destinação de recursos do orçamento da Secretaria de Estado de Comunicação Social - SECOM - à divulgação do produto turístico na INTERNET.

15 - Destinação de recursos da PRODEMGE para a instalação de BBS ("Bulletin Board System"), com vistas à integração técnica à INTERNET."

Senhoras e senhores, estas foram as propostas aprovadas pelos Grupos de trabalho nºs 5 e 6. Gostaria de acrescentar a princípio, talvez não tenha muito o que ver com o que se passa nesta Casa, mas no fundo tem. A oportunidade deste seminário legislativo talvez seja única por muitas décadas, pelo menos é a única até agora, para o nosso segmento.

Há algum tempo atrás estava lendo um livro sobre planejamento estratégico, e chamou muito minha atenção o seu prefácio, muito pequenininho, um prefácio que foi colhido na cultura anônima italiana em 1900. O prefácio diz o seguinte: "Toda manhã, na África, acorda um leão, esse leão acorda e corre muito porque sabe que, se não correr muito, vai morrer de fome. Toda manhã, na África, acorda uma gazela. Ela acorda e corre muito, porque sabe que se não correr mais do que o leão, vai ser comida. Toda manhã, em qualquer parte do mundo, o dia amanhece, não importa se é o leão ou a gazela, é melhor começar a correr".

Gostaria de chamar a atenção para as pessoas que vão votar amanhã. Não importa se essas pessoas pertencem ao segmento público ou privado, se elas pertencem à classe dos leões, do segmento turístico ou das gazelas. É melhor começar a correr, ou, então, assumimos de vez que somos retardatários e seremos engolidos de qualquer forma. Obrigado.

O Sr. Coordenador - A Deputada Maria Elvira, representante de Minas no Congresso e membro da Subcomissão de Turismo da Comissão Permanente de Economia, Indústria e Comércio, da Câmara Federal, terá que se retirar às 15h30min para uma gravação. Mas, antes, gostaria da aquiescência dos senhores para conceder a ela a palavra para que possa trazer sua mensagem.

Palavras da Deputada Federal Maria Elvira

A Deputada Maria Elvira - Boa tarde para todos. Vou ser bem breve porque, afinal, temos que ouvir muitas pessoas que trazem a sua participação, como é o caso do meu amigo Sérgio, que tem uma larga e importante experiência na área do turismo.

Eu queria, ao me dirigir a vocês, a todos os companheiros e companheiras aqui presentes, dar um testemunho em nível do que seria uma contribuição mais política do que técnica, embora seja uma pessoa extremamente ligada ao turismo. No início da minha vida, num momento de independência, trabalhei no turismo. Cheguei a ser guia e é uma das gratas satisfações que tenho da minha vida. Encontra-se presente o Daltro Assunção Nogueira, que foi meu chefe na falecida ICI Turismo, do Banco Comércio e Indústria. De lá para cá, muitas viagens, 12 anos trabalhando nas Faculdades

Integradas Newton de Paiva, que hoje mantêm o único curso de turismo em nível superior no Estado.

Além de tudo, nutro uma grande paixão pela atividade turística, não só em nível emocional, mas também em nível da própria compreensão do que o turismo representa como ferramenta de desenvolvimento de nosso País. Nós, políticos, estamos sempre defendendo - diria que muitos, talvez nem todos - uma série de valores, como a educação, a saúde, o direito à cidadania e a melhoria da qualidade de vida de nosso povo. Mas, quanto mais vivo na política, mais chego à conclusão de que nada disso chega de uma hora para outra ou num piscar de olhos. Isso demanda a melhoria da qualidade de vida de nosso povo, o desenvolvimento e o progresso de nosso País, que dependem da vontade política e das decisões que façam com que exista a produção - produção no sentido de bens ou serviços que gerem impostos, divisas, dinheiro, para que façamos tudo o que a gente pede e promete, ou pelo menos deseja fazer nos palanques.

No meu entendimento, essa é a oportunidade que Minas Gerais e o Brasil precisam para gerar os recursos, essa massa de divisas de fora para dentro, de Estados para Estados, para podermos promover o desenvolvimento de nosso País. Só não enxerga isso o que é cego, o que não quer ver. No mundo inteiro, o turismo já mostrou ser uma ferramenta poderosa de desenvolvimento. Não precisamos falar muito. Basta lembrarmos um pouco da Espanha e fazer uma rápida viagem pela Europa, que tem pouco para desenvolver-se, com o Velho Continente, e que vive hoje de serviços. Entre os serviços, o turismo é o nº 1.

Companheiros e companheiras, este evento é muito importante porque mostra que a Assembléia Legislativa, como a casa do povo mineiro, como uma instituição formadora de opinião, inclusive em nível das políticas de Governo, porque pressiona o Executivo para que faça as políticas. A Assembléia está reconhecendo, com este grande evento, que o turismo não pode estar fora da agenda de desenvolvimento de nosso Estado. O turismo não pode ser ignorado por nenhum candidato, por nenhum político, Prefeito, Governador, Ministro ou Presidente da República. Esse evento nos mostra que as coisas estão mudando. Fiquei nesta Casa por oito anos, por dois mandatos. Lembro-me de que, desde o início do meu primeiro mandato fui uma entusiasmada com o turismo, mas vi pouco eco na Assembléia no que se refere ao interesse pelo tema. Até para haver uma comissão de turismo, turismo puro, e não, ligado à indústria e ao comércio e aos serviços, o que a FIEMG, a Associação Comercial e outras instituições já têm, foi difícil.

Portanto, Deputado Ermano Batista, Deputado Wanderley Ávila, companheiros da Mesa, senhoras e senhores que participam deste seminário, não há dúvida de que estamos evoluindo. O quadro nacional e o mineiro estão melhorando no que se refere à consciência de nossa elite governante e à consciência dos empresários, que estão investindo mais. Vejam, há dez anos, quantas empresas de turismo havia em Minas Gerais e vejam quantas há hoje. Ao mesmo tempo em que essa situação cria alguns problemas de concorrência, não há como deixar de reconhecer que isso significa pujança e que se está detectando oportunidade de trabalho, de lucro, de arrecadação e de desenvolvimento.

Cumprimento a Assembléia Legislativa de Minas e a todos que aqui estão. Quero reforçar, Deputado Ermano Batista, porque sei que existe o desejo, por parte de alguns Deputados e da própria Deputada Elbe Brandão de que se dê independência à Comissão de Turismo desta Casa, quero reforçar esse conceito e gostaria também de dizer que precisamos aumentar os recursos do FUNGETUR, tema aqui bem desenvolvido pelo nosso companheiro do BDMG. Entretanto, é necessária a mobilização, não só da sociedade e dos Deputados Federais, mas também do Governo de Minas, pois o Nordeste - não estou criticando, porque é uma questão de correr atrás da bola - tem se beneficiado demasiadamente dos recursos do FUNGETUR. Portanto, o Governo tem de ficar esperto. Temos muita gente boa neste Governo, como o Secretário Ademir Lucas, que está muito interessado, além do Paulinho Simão e de outras pessoas - e peço que me perdoem por não me recordar dos nomes, neste momento - também muito interessadas em acelerar, dinamizar e oxigenar o processo. Para tanto, devemos procurar a EMBRATUR, procurar os órgãos competentes em Brasília e até no exterior, quem sabe, para trazer recursos para o desenvolvimento do turismo do nosso Estado, turismo como ferramenta de desenvolvimento.

Quero dizer que defendo o turismo, não como interessada - pois fui diretora de uma faculdade de turismo, e a minha família ainda está ligada a ela -, mas defendo o turismo em nome do povo mineiro, em nome do povo brasileiro que precisa de uma série de coisas, que só uma sociedade democrática, civilizada e desenvolvida pode oferecer. Para conseguirmos tais coisas, precisamos enriquecer, precisamos produzir, e o turismo é a ferramenta necessária para agilizar o processo em curto, médio e longo prazos, transformando, sem dúvida nenhuma, Minas Gerais num Estado - ele que já é o segundo Estado da Federação - que deve se firmar, cada vez mais, na sociedade brasileira, no cenário da confederação brasileira, como um Estado desenvolvido, mas,

também, como um Estado que sabe desenvolver seu potencial, que sabe usar seus recursos humanos - que estão aqui, neste Plenário - e transformar aquilo que Deus nos deu, ou seja, a natureza e mais uma série de coisas, em recursos, em divisas, em dinheiro para o bem de todos.

Muito obrigada, Deputado Ermano Batista, pela oportunidade de dizer, aqui, estas palavras. São palavras políticas, mas de coração, pois acredito no turismo, acho que ele é uma saída. É necessário estarmos todos juntos para mostrar aos governos que precisamos investir nessa atividade econômica, social, cultural, enfim, uma atividade das mais fascinantes da vida. Muito obrigada, parabéns e vamos tocar para a frente.

O Sr. Coordenador - Nossos agradecimentos à Deputada Maria Elvira pela sua participação. Esta coordenação vai passar a palavra ao Sr. Sérgio Nogueira, Presidente da Associação Brasileira de Agências de Viagem - ABAV -, que discorrerá sobre o tema Organização Institucional e a Gestão da Política Estadual de Turismo. Com a palavra, o Sr. Sérgio Nogueira, que disporá de 30 minutos para a sua exposição.

Palavras do Sr. Sérgio Nogueira

Sr. Presidente, Deputada Maria Elvira, que tem feito um trabalho muito importante em prol do turismo brasileiro, em Brasília, participando da Subcomissão de Turismo na Câmara Federal; demais autoridades; senhoras e senhores, em primeiro lugar, gostaria de agradecer o convite para participar, aqui, do futuro do turismo de Minas Gerais, porque dizem que o futuro começa quando começamos a pensar nele. Portanto, entendo que esses grupos de trabalho estão começando a pensar no assunto.

Evidentemente, quando se fala de uma atividade tão fascinante como o turismo, sempre julgamos que é muito fácil de se falar a respeito, pois todos nós sempre temos alguma coisa para acrescentar, que são as nossas experiências. Entretanto, deveríamos começar a refletir sobre o que é o turismo, o que é o turista, quando é que somos turistas. Aí, você começa a pensar em todo o mecanismo de desenvolvimento econômico e social desse processo: no momento em que você produz num município e gasta em outro, você é um turista no município seguinte, pois você está ajudando a gerar impostos e empregos. Como o turismo é uma coisa muito fascinante, a gente vai falando, se empolga, e não trata da parte mais importante do processo, que são os números. O que é discutir a atividade turística enquanto atividade de desenvolvimento sócio-econômico? Todo esse processo começa quando temos acesso aos números relativos à atividade. O turismo é uma atividade que tem um movimento internacional, e esse é um dado importante, para que vejamos o que estamos discutindo aqui, que números são esses. Quando começamos a observar que, mundialmente falando, a estimativa para o ano de 1995 é que o turismo movimentou US\$3.380.000.000,00, você pode começar a imaginar que está discutindo a principal atividade econômica do mundo moderno. Essa é a nossa discussão aqui; é o início da discussão sobre essa atividade, em que você, num país fantástico, grandioso como o Brasil, trabalhou, no ano de 1994, com US\$45.000.000,00 em nível de turismo internacional. Quando você começa a observar a balança comercial, quando você começa a observar o País, o continente como um todo, esse é um número muito pequeno, é um movimento que se dá em função de movimentos diretos e indiretos ligados ao turismo. Evidentemente, quando se fala em movimento econômico, estamos falando de geração, de arrecadação de impostos. Quanto virá, em impostos, através desse movimento internacional, desse movimento de locomoção de turistas de um lado para o outro do mundo? Você começa a observar que, no ano de 1995, a estimativa da WTTC é que o turismo mundial represente 11,1% de impostos arrecadados. No Brasil, esse número, de forma direta e indireta, representa 7,8% dos impostos arrecadados, o que é um número muito pequeno para um País com grande potencialidade turística, com tantos produtos a serem ofertados no mercado nacional e no internacional. Isso representa US\$7.860.000.000,00. É um número muito pequeno, com o qual não podemos conviver passivamente. Evidentemente, esses números vão levar a ingressos de divisa, porque, quando se fala do turismo internacional, fala-se da vinda de estrangeiros para o Brasil, para gerar a riqueza brasileira, a distribuição de renda, que é uma das outras grandes virtudes do turismo, que, socialmente, é a atividade que distribui melhor e mais democraticamente a renda, com uma velocidade muito superior a qualquer outra atividade econômica.

Dentro disso, na parte de ingresso de divisas, o mundo movimentou, em 1995, US\$304.000.000.000,00, o que também é muito superior às outras atividades econômicas. No Brasil, em 1994, trabalhamos com US\$1.400.000.000,00.

Parece maçante citar tantos números; é muito "queijo" nos gráficos, mas é para se ter uma idéia numérica da situação, porque dizem que hoje, lamentavelmente, a parte mais sensível do corpo humano é o bolso. Por isso temos que trabalhar com números. Dentro dessa linha, você começa a observar que, sendo o turismo uma atividade produtora de riqueza, evidentemente vamos ter que ligá-lo a um fato muito importante, que é a geração de emprego, o que tem sido muito discutido em nosso País. A Deputada colocou que isso faz parte do plano de vários governos, mas temos que discutir como viabilizar esse discurso governamental, como gerar os empregos que se prometem. O turismo, hoje, é o maior empregador mundial. Para que vocês tenham uma idéia, em

nível mundial, para cada pessoa empregada, de um a nove, uma trabalha, direta ou indiretamente, ligada ao turismo. Isso é um número muito grande. No Brasil, essa relação é de 1 para 11. Em 1995, temos 212 milhões de pessoas trabalhando e produzindo nessa atividade fascinante, que é o turismo, enquanto no Brasil, esse número está muito aquém do ideal. Trabalhamos com 5,8 milhões de pessoas, ligadas, direta ou indiretamente, ao turismo.

Então, quando vemos o País passar por mudanças, o que hoje é um fato, porque estamos crescendo, vemos que ele está indo para a frente. Ora, o turismo pode participar desse processo de crescimento, com a geração de empregos. Encontramos regiões com problemas seriíssimos, na área de empregos, e o Brasil não tem uma política definida voltada para o turismo, que é o setor que mais gera empregos no mundo. Isso demonstra uma incoerência entre o discurso e a realidade.

Dentro dessa linha, é importante colocar o que vai acontecer. O Brasil, em função de um passado cultural, sempre foi obrigado a trabalhar dentro do imediatismo. O brasileiro tem que sobreviver. Não é culturalmente colocado no Brasil o planejamento. Essa palavra só agora começa a ser pensada pelo brasileiro. Nem o planejamento familiar se fazia, imaginem outros! Pois bem, dentro dessa linha de planejamento, está a estimativa para a entrada do terceiro milênio. O mundo entraria no novo século com 338 milhões de empregos ligados ao turismo. Isso representa 11% de todo o contingente de trabalhadores do mundo, no setor de turismo. Os números da nossa atividade são fascinantes. Não estamos, ainda, tendo a capacidade de ver no que esses números podem atender ao cidadão brasileiro. Todo esse processo só vai acontecer quando começarmos a pensar não no turismo, mas no que ele pode oferecer ao cidadão, ao homem. Aí, nós estaremos pensando no turismo, porque o processo do turismo é o processo do bem-estar social. Não existe destino turístico consolidado, se não houver distribuição de renda e um povo sem qualidade de vida. Quem diz o contrário está indo na contramão da história. Temos milhares de exemplos que podem ser citados. Existem estudos que provam, de forma muito clara e transparente, esse conceito.

Para que vocês tenham uma idéia, em nível de produto bruto, em 1995, no mundo, o turismo está participando com 10,9%. Enquanto, com relação ao produto interno bruto brasileiro, em 1994, o Brasil participou com 7,8%, o que, volto a dizer, é uma participação muito pequena, dentro das potencialidades do setor.

Quando se fala em turismo, todas as discussões são feitas dentro do nosso fórum, do nosso negócio. Mas em momento algum, discute-se turismo como uma atividade onde se verifica o impacto que gera numa economia. Quando se fala em turismo, eu já mencionei anteriormente, estamos falando de bem-estar social, em produção. No Brasil, segundo dados levantados pela WTCC, 52 itens da nossa economia participam de forma direta e indireta da nossa atividade. Quando falamos em turismo, estamos também falando, por exemplo, do ABC Paulista. O que tem a ver uma coisa com a outra? A princípio, todos vão dizer: nada. Mas quando você começa a ver o número de leitos que são ofertados no País, entre hotéis, pousadas, seja lá de uma, duas, três, quatro ou cinco estrelas, e quando você observa que o frigobar é produzido no ABC Paulista, você começa a ver que, quando os hotéis do Brasil começam a ter dificuldades, o ABC também começa a ter dificuldades. Quando começamos a ver esse processo da hotelaria brasileira, que está sendo sucateada sem nenhuma política definida para protegê-la, vemos que estamos trabalhando dentro do ABC Paulista porque a geladeira vem de lá. A produção das locadoras é feita no interior de São Paulo. Eu participo de muitas reuniões e nunca vi ninguém, nenhum sindicalista, preocupado com o turismo como recurso de defesa de seus empregos no interior de São Paulo. Isso é falta de conhecimento. Falta de visão. Turismo, em princípio, é uma atividade elitista. É prazer. É o lado bom da vida. As pessoas, entretanto, não param para pensar naqueles que se dedicam àquela atividade e que dali retiram o sustento de suas famílias. Quando se fala em turismo, fala-se em prazer e não no outro lado do turismo. Nossa atividade tem dois pontos interessantes. É uma mão dupla, que vai e vem.

Para que o turismo se desenvolva, é de grande importância que haja o que denominamos turismo exportativo e turismo receptivo, ou seja, a saída dos cidadãos de sua origem, de sua casa, e a recepção dos que nos visitam, que é o que denominamos turismo receptivo. Esse processo se dá por um ato muito importante, que é o de viajar. Viajar é sentir que há algo maior que os limites do nosso mundo. Viajar é importante porque começamos a ver como se vive em outros lugares. Esse é o lado cultural do turismo exportativo.

É claro que nossa discussão aqui vai tratar mais do aspecto receptivo, da recepção do turismo no Brasil, principalmente no Estado de Minas Gerais. Essa atividade, por ser, como mencionei anteriormente, uma atividade de desenvolvimento social, só poderá sobreviver se tiver a participação do Estado, enquanto Estado, e da iniciativa privada. O problema do Brasil é que até hoje essa regra não está clara. Eu não sei o que eu, enquanto Estado, tenho que fazer. As ações não estão claras. A iniciativa privada, hoje, culpa o Estado porque é muito fácil fazer isso. Tudo começa na justificativa: "não deu certo, vamos buscar um culpado."

Então, vejo este fórum com muito interesse, porque ele faz com que comecemos a chegar no futuro, porque pensamos nele. É preciso deixar claro o que cada um faz nesse jogo, o que cada um de nós tem que pensar, agindo de forma profissional e bem objetiva, nesse negócio chamado viagem de turismo, que, hoje, é o maior negócio do mundo, o que mais movimenta recursos no mundo. Quando vemos o Estado participando, vemos que, primeiro, tem que haver a participação da sociedade civil. O turismo só vai se desenvolver quando aquele que não vive do turismo sentir que está tendo lucro com ele. O cidadão tem que ver que o turismo o está beneficiando, porque ele trabalha na portaria de um hotel ou com hortifrutigranjeiros que o hotel consome. Então, começa a ver, dentro dos 52 itens, aqueles que são diretamente ligados ao turismo e, assim, toda a sociedade começa a sentir a importância do setor. Aí começa a dar certo. Enquanto um grupo, como nós que temos trabalhado e lutado pelo turismo, sejam as entidades de classe, os hoteleiros, etc., viver no seu "mundinho", vamos fazer vários seminários como este e não conseguiremos mudar nada. Não conseguiremos aumentar o número de turistas como desejamos.

No momento em que falamos de turismo, vamos falar, exatamente, em decisão política. O mundo, hoje, funciona com decisão política. E a prioridade? Prioridade é prioridade. Se nos preocuparmos com isso, não chegaremos a lugar nenhum. Quando o Governo tem uma ação de Governo, como gerar empregos por meio do turismo, isso funciona, porque é uma ação de Governo, é uma ação política, é um desejo político. Assim funcionará.

Tenho exemplos para dar sobre diferença entre prioridade e ação. Um deles é o seguinte: Participei de um grupo de trabalho em 1978, na República Dominicana, que, naquele período, tinha um sistema em que o turismo era prioridade. Em função da decisão do Governo, por meio de um grupo de parlamentares, o turismo começou a ser ação de Governo. Sendo assim, quem conheceu a República Dominicana no final da década de 70 e voltou a visitá-la a partir da década de 80, achou que estava em outro país. Se analisarmos os números na área de desemprego, na área financeira, na área de qualidade de vida, veremos que, na República Dominicana, todo o povo tem consciência da importância do turismo enquanto atividade de desenvolvimento social e econômico. Temos que dar exemplos claros do que vem acontecendo. Deveríamos seguir esses exemplos, pois são exemplos de decisão política. É, também, o caso de Cuba. Em Cuba, não há incentivo para o turismo porque não se incentiva nada, mas só há isenção e abertura para qualquer investimento na área do turismo. Estão privatizando o aeroporto porque é uma decisão política. Viram que não iriam receber o número de passageiros pretendido sem um aeroporto adequado. E, se houver aeroporto, tem que haver hotéis; assim, começa-se a fazer a malha do turismo.

Observando esses pontos, começamos a ver que a situação começa a ter andamento. Cabe ao Estado fazer o que o cidadão quer. Posso dar um exemplo de situação negativa causada por essa visão de participação do Estado com o que ocorreu no Rio de Janeiro, há um tempo atrás, quando a proposta de solução para a sua retomada turística era criar, nas áreas de turismo, os bolsões de segurança. Essa atitude foi bastante infeliz, porque o carioca pensava: por que eu, cidadão carioca, que paga impostos, não vou ter bolsão de segurança, e o turista, que chegou, vai ter? Isso em uma cidade grande como a do Rio de Janeiro. Essa situação ocorre porque o conceito básico de desenvolvimento do turismo não está sendo aplicado. O turismo no Rio vai funcionar, independentemente de suas belezas, se o cidadão estiver participando desse processo de bem-estar social, e não só o turista. O bem-estar social cabe ao Estado, dentro da nossa visão de que o Estado deve fazer o que é sua função - educação, saneamento básico, estradas. Tudo aquilo que ele tem que organizar. No momento em que se começa o planejamento turístico, fazendo o Estado o que lhe compete, começa-se a fazer o turismo. Começa-se a desenvolver o pólo turístico.

O turista é algo muito interessante. Está-se mudando o seu conceito. Esse é um dado importante, porque não devemos trabalhar com o que está acontecendo hoje, mas com o que vai acontecer depois de amanhã. O turista mundial vem sofrendo modificações em seu comportamento. Estudos demonstram que o turismo, hoje, vive um conceito de viajar diferente do de há quatro, cinco anos atrás. Antigamente, o conceito de viagem, nos principais mercados internacionais, como Estados Unidos, Alemanha e Japão, era outro. O turista americano tinha um perfil interessantíssimo. Chegava ao Rio de Janeiro, depois do trajeto aeroporto-hotel, hospedando-se apenas em hotéis da cadeia americana. Como, no dia da chegada, ele não tinha nenhum atrativo, porque está cansado, ele vai para a piscina com um livro e uma toalha. Senta, lê o livro, levanta, todo dia vai para a piscina e lê livro. Esse era o comportamento do turista americano. O japonês tem outro tipo de comportamento. Hoje, com essa mudança de comportamento, o que o turismo proporciona, o que acontece é, exatamente, a ligação entre os povos, o conhecimento das pessoas: queremos saber o que o outro pensa, o que o outro vive. E o brasileiro é diferente, é curioso, quer logo saber qual é o salário mínimo naquele local, quer logo se meter na família do outro - não é assim? Hoje, enfim, o mundo todo está tendendo para esse conceito. Já começamos a ver o turista

americano não se hospedando só em cadeia americana. Ele, que não andava na rua, já anda; ele só andava em grupo e dentro de ônibus. Hoje, já vemos, nos grandes centros, o turista americano com mapa, querendo se comunicar. O mundo está precisando disso, as pessoas estão buscando isso. E há um dado interessante: a partir de uma pesquisa, feita em 1993, chegou-se à conclusão de que o principal produto brasileiro é o povo brasileiro. A pesquisa foi feita no mundo inteiro. Todos aqueles que vêm ao Brasil, o que levam de melhor, de mais glamouroso, de mais bonito, independentemente de suas belezas, de todo o encanto que existe aqui, é o povo. Porque o povo é caloroso; apesar de todas as dificuldades, de todas as suas carências, ele tem calor humano, o que os outros não têm. E nós não tivemos a capacidade de usar isso como argumento de "marketing", o que deveríamos fazer. Por quê? Porque o turista, hoje, quando ele pensa em viajar, pensa em pisar em terra onde só se pisava em sonho. Ele quer, hoje, pisar na terra, conhecer as pessoas, viver como aquele cidadão vive. Isso é o que vem acontecendo com o turismo mundial. Não podemos perder essa oportunidade, temos que enxergar e projetar essa evolução para preparar o nosso produto. Estamos discutindo, hoje, para nos preparar para as tendências do turismo. Todo esse processo é importante. Por quê? Já discutimos isso há muito tempo. Como é que funciona tudo isso? Quando discutimos, em Brasília, as projeções do turismo nacional, vemos que nada vai acontecer no Brasil que não esteja acontecendo no nosso município, na nossa casa. O que é o País? São vários municípios, que formam alguns Estados, que formam uma Nação. Uma das questões que coloco como questão política é que nós, no Brasil, de um modo geral, temos sido muito lentos. Em 1992, no congresso da ABAV, no Rio de Janeiro, foi discutido, aprovado e verificado, através de estudos, que o desenvolvimento do turismo brasileiro deveria começar através do projeto de municipalização do turismo, de municipalização das ações. Levamos três anos de muita luta para conseguir viabilizar algo que era óbvio. Hoje, no mundo, estamos falando de globalização da economia, de globalização da informação, de globalização do turismo. Um mês é demorado demais, um ano, você já morreu. Quando você consegue, hoje, fazer um projeto dessa natureza, simplesmente você está morto no seu tempo, porque já estão discutindo outras coisas. Ainda estamos, hoje, com 1.234 municípios adaptados ao processo de municipalização do turismo. São essas as ações que consideramos importantes. Essas ações têm que ser rápidas, elas têm que ser ágeis, porque são ações políticas. São ações que são desejos políticos. Dentro desse processo do nosso turismo, observamos outra esfera que é de fundamental importância: são as mudanças do sistema. Em 1991, iniciou-se um trabalho de liberação da costa brasileira para turismo de cabotagem, turismo marítimo. Em 1991. Pois bem, em 1995 brindamos à aprovação da lei. O Brasil, hoje, pode receber navios estrangeiros para fazer cabotagem. Esse é um grande segmento mundial, o segmento de cruzeiros marítimos, que cresce na faixa de 9,8% ao ano, o que é um número monstruoso para a economia internacional. O movimento de cruzeiros marítimos deve ser incrementado num país como o nosso, com a costa fascinante que temos, uma costa que pode receber qualquer tipo de embarcação, e não era permitido receber. Esse segmento recebia, internacionalmente, 5.300.000 passageiros. O Brasil, no ano de 1994, recebeu 1.976.000 passageiros internacionais. Esse é um número ridículo. O Uruguai recebe 3 milhões. Para se ter uma idéia, depois de 4 anos, conseguimos aprovar uma lei, indo a Brasília e discutindo o óbvio.

Estão caindo os muros. Todos os conceitos estão sendo remexidos. O Brasil, até 1995, não permitia que navios estrangeiros viessem para cá. Isso gera emprego.

O Sr. Coordenador - Lamentando a escassez de tempo, informamos ao ilustre conferencista que lhe restam dois minutos.

O Sr. Sérgio Nogueira - Gostaria de agradecer a vocês. É difícil falar sobre turismo, a maior atividade econômica do mundo. Acabo me empolgando. O negócio é complicado, mas acho que temos saída, acho que o Brasil tem muito campo a explorar.

A sugestão que dou a vocês - não sei se isso está previsto no seminário - é de ações simples. A nossa tendência é complicar o que é fácil. Criamos vários mecanismos, e, no fim, não se faz nada. As decisões são simples, são imediatas. O turismo retorna rápido, mas Minas perdeu muito.

Recordo-me que, na minha empresa, havia um tráfego muito grande de alemães e franceses para as cidades históricas. Infelizmente, isso não acontece mais. Mas isso também é um problema doméstico.

Portanto, acho que mais importante que conquistar é fazer um diagnóstico de sua situação; é ver porque se perdeu. Há muito que se fazer. Minas, em nível de turismo segmentado tem uma parte muito grande na área de eventos. Acho que Minas tem muito que captar no turismo de eventos, pois é um mercado que cresce além do crescimento médio de qualquer setor econômico do mundo. O setor de congressos e eventos cresce na faixa de 12,3% ao ano. Minas pode crescer bastante nisso.

Apenas como sugestão, estive conversando com o Presidente da Vale de Minas, Sr. Cícero, e acho que é preciso ficar atento para uma coisa. O normal é fazer um grande centro de convenções. Para o brasileiro, só serve o que for maior, a maior praça, a

maior igreja. Às vezes, ela não tem fiéis para freqüentá-la, mas é a maior.

Pois bem. Não façam o maior centro de convenções. Façam dois pequenos, porque apenas 12% dos eventos do mundo, contam mais de 5.000 participantes. Infeliz é aquele que monta o maior centro de convenções, querendo os grandes eventos internacionais, em que a competição, a luta, a captação é muito mais difícil. Além disso, o mundo está tendendo mais para micro e pequenos eventos.

A sugestão que lhes dou é essa. Muito obrigado a todos pela paciência. Espero que tirem bastante proveito deste seminário. Obrigado.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Coordenador - A Coordenação esclarece ao Plenário que esta parte da reunião se destina ao debate. Os senhores coordenadores dos Grupos de Trabalho n°s 4, 5 e 6 poderão fazer intervenções junto aos conferencistas por até 5 minutos, se assim o desejarem. Em seguida, os demais participantes poderão formular perguntas. As questões poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente. Solicito, porém, que as inscrições sejam feitas previamente. Para que possamos agilizar os trabalhos, solicitamos que os inscritos sejam objetivos e sucintos, dispensando as formalidades das citações pessoais. Cada um dos inscritos disporá de até 2 minutos para apresentar as suas intervenções. Dou a palavra, se assim o desejar, ao Dr. Geraldo Paulo de Magalhães, da ALBERMIG, Coordenador do Grupo 4.

Debates

O Sr. Geraldo Paulo de Magalhães Filho - Gostaria de me dirigir ao Dr. Sérgio Nogueira. Ao final da sua palestra, você citou uma passagem interessante. Disse que, através de sua empresa, encaminhava turistas alemães e de outras nacionalidades a Ouro Preto, não o fazendo mais. Dr. Sérgio, por quê?

O Sr. Sérgio Nogueira - Porque eles não me pedem. Minas Gerais não faz nenhuma ação de "marketing" para o desenvolvimento da região. Não basta ser bonito, a gente tem de ser conhecido. Minas Gerais não tem participado de nenhuma feira internacional, não tem folhetaria específica, não divulga. Então, os clientes não me procuram mais.

O Sr. Geraldo Paulo de Magalhães Filho - Gostaria de fazer mais uma pergunta, se o senhor me permite. A sua abordagem foi duplamente interessante quanto ao aspecto que diz respeito à promoção e divulgação de Minas Gerais. Aliás, temos plena consciência disso. Minas Gerais anda meio apagada nacionalmente, quiçá internacionalmente. Tivemos um exemplo no Rio de Janeiro, recentemente, da promoção Minas Além das Gerais. Gostaria que o senhor nos colocasse a sua opinião como profissional, não como Presidente da ABAV, mas como agente de viagem de turismo.

O Sr. Sérgio Nogueira - Não consigo ser dois. Posso ser Presidente de alguma coisa ou não ser Presidente, mas sou um só. A minha cabeça não é tão dividida assim. No momento em que você começa a fazer, você deu um grande passo.

Fumei durante muitos anos e comecei a parar de fumar quando quis. Levei três anos para parar de fumar, mas comecei a parar quando quis. Vejo o seguinte: são ações de "marketing", em cujo mérito não vou entrar. A idéia do trabalho foi muito bem feita. Particularmente, conheço a campanha, não digo que tenho restrições, mas algumas coisas eu faria de forma um pouco diferente.

Posso dizer que não é típico da cultura do Brasil trabalhar com pesquisa. Um cara lança um produto porque quer e, depois, ele vê que lançou no lugar errado, que não era bem assim.

De um modo geral, foi uma boa campanha. Sei que deu resultados, porque qualquer campanha, quando não se costuma fazer nada, dá resultados. Vocês não faziam nada, então está muito bom. Acho também que vocês deveriam trabalhar com pesquisas. Vocês tinham que fazer pesquisa no Brasil para ver o público alvo.

Só queria expor um dado importante, que é interessante observar. O turismo mundial tem duas fases. Há o turismo de massa, a massificação do turismo, para o qual você tem de ter uma estrutura grande, e o turismo segmentado. Por exemplo, o turismo nas cidades históricas é segmentado. Tem que se fazer pesquisa. Para você segmentar, tem de pesquisar. Você tem de agir segmentando o seu mercado e as suas ações. Você tem de entrelaçar esse jogo, para ter um bom resultado, para poder aumentar o volume de recursos, dando um maior retorno.

O Sr. Coordenador - O Dr. Fábio poderá usar da palavra por até 5 minutos, para fazer perguntas aos conferencistas.

O Sr. Fábio Borém - Quero parabenizar o Sr. Sérgio Nogueira pela sua brilhante exposição. O tema por ele tratado é cativante. Como profissional do turismo, deu muitas informações. Estou satisfeito.

O Sr. Coordenador - Pergunto ao Dr. Celso Morandi se deseja fazer uso da palavra para fazer perguntas ao ilustre conferencista.

O Sr. Celso Morandi - Sérgio, em primeiro lugar parabéns por sua explanação. Conheço sua capacidade há algum tempo. Você, como representante da Associação Brasileira de Agentes de Viagens - ABAV -, em nível nacional, vale frisar, tem um papel fundamental na divulgação do turismo brasileiro como um todo. O fomento, a divulgação, a captação do turismo é papel principalmente do Governo. Cabe ao Governo fomentar e não gerir.

Mas a ABAV também tem esse papel. Não sei se você concorda comigo. As agências de viagens estão crescendo muito, infelizmente. Há alguns anos, todas as grandes empresas tinham seu departamento de viagens. Com a regulamentação da profissão de agente de turismo, essas empresas, por uma questão econômica, inclusive, acabaram com esses departamentos, e entregaram as contas de turismo, negócios e passeios de seus executivos a profissionais do ramo, que são os agentes de viagens. Tanto que, hoje, na produção do chamado segmento executivo ou corporativo, segundo dados que tenho, pelo menos em Minas Gerais, toda a produção desse segmento, algo entre 60 ou 65%, vem através das agências de viagens. Então, eu te pergunto: você, como Presidente da ABAV, em nível nacional, pode nos dizer o que sua empresa faz para divulgar o turismo nacional, e se ela já fez alguma incursão, junto à TURMINAS e ao Governo mineiro, para divulgar o turismo? Qual a reação dos nossos órgãos estaduais de turismo, caso tenha sido feita tal incursão, principalmente junto à SELT e à TURMINAS? Vou explicar o porquê da pergunta. Não estou querendo falar mal de nenhuma instituição, mas a situação é conhecida, no País todo. Várias pessoas nos perguntam porque Minas Gerais, com um potencial tão grande, não tem órgãos competentes para divulgar e fomentar o nosso turismo. Obrigado.

O Sr. Sérgio Nogueira - Primeiro, acho que não é só função do Estado divulgar o produto turístico. Hoje, através de uma empresa de consultoria, tenho tido oportunidade de participar de projetos na área de "marketing", por exemplo no México, e tenho verificado que a participação tem de ser tripartite. Então, não acho que seja função do Estado divulgar o produto turístico. Você tem que envolver quem vai te vender o produto, para ele ter interesse em te vender. Do contrário, é fácil colocar o anúncio. Você paga para mim. Se eu vender, ótimo, se não vender, tudo bem. Está certo? O sistema que colocamos junto a uma empresa mexicana deu certo. Meu conceito mudou um pouco.

O Sr. Celso Morandi - Sérgio, só gostaria de fazer uma correção. Não disse que fomentar é função só do Estado. Disse que, nesse segmento, fomentar é também função do Estado, já que ele não gerencia.

O Sr. Sérgio Nogueira - Você disse que é função do Estado. Eu interpretei como "só" e você como "também". Acho que essa função tem que ser tripartite, ou seja, a iniciativa privada tem de participar, e o Estado também tem de participar. O Estado tem de participar não por benesse, mas porque ele arrecada impostos com a geração de mais empregos. É o início do processo que já comentei. A ABAV é uma entidade e não é sua função promover o destino Brasil. Temos participado de várias reuniões em Brasília e temos colaborado, mas quem tem que organizar, preparar todo esse processo é a EMBRATUR. Elaborar esse processo é função dela. A ABAV percebeu que a forma pela qual ela poderia contribuir para a divulgação do produto Brasil seria o Congresso da ABAV, que você bem conhece. Tenho a certeza de que o processo está sendo muito bem desenvolvido, em razão do crescimento apresentado.

Aproveito sua colocação para dizer que acho que temos que rever alguns conceitos. O Brasil tem que repensar alguns conceitos. Um dos conceitos que temos que ter na cabeça é que hoje a competição é árdua. Turismo é uma atividade de comércio exterior. Você pensar em receber um turista internacional no Brasil é a mesma coisa que você pensar em exportar um produto brasileiro. Você receber um brasileiro aqui em Minas Gerais é a mesma coisa que Minas estar exportando para outro Estado. É um processo de mercado internacional, de mercado exterior.

Nós, no Brasil, não temos a mínima visão de mercado internacional. Cometemos os erros mais simples e mais corriqueiros em termos de competição internacional. Um deles - sobre o qual temos que fazer um estudo, e vi que vocês discutiram - é o problema da nossa mão-de-obra. Hoje, pela Lei nº 8.666, a lei da licitação, do menor preço, o Brasil caminha para o abismo, com uma mão-de-obra das mais deficientes do mercado de turismo internacional. Ela é ruim até nos Estados mais desenvolvidos, como é o caso de Minas Gerais. Se você for fazer uma análise friamente, estamos muito abaixo do comportamento médio da mão-de-obra internacional. Essa é uma preocupação que deveria ser trabalhada de forma bem contundente, com investimentos na área de recursos humanos. A competição é árdua, e temos que ter mão-de-obra qualificada. Não basta gerar emprego; é preciso que haja qualificação, porque a competição é dura.

O Sr. Coordenador - Passamos agora à parte final, com as perguntas formuladas pelo Plenário. Com a palavra, a Sra. Arães Chaves, Presidente do Sindicato de Guias de Turismo de Minas Gerais.

A Sra. Arães Chaves - Boa tarde, Sérgio, você sabe que é um prazer sempre renovado poder ouvi-lo. Você acabou de falar a respeito da mão-de-obra qualificada. Você tem acompanhado a nossa luta, pelo Brasil afora, para que o pessoal consiga obter boa qualificação. Estávamos empreendendo, aqui, a fiscalização, junto com a ABAV. Eu soube que você ou alguém da ABAV nacional esteve aqui para ver como era o processo e como nós estávamos agindo, porque estava dando certo. Eu gostaria de saber se ele já está sendo empreendido pela ABAV em outros Estados, se está dando resultado e se teria alguma coisa a acrescentar ao que estávamos fazendo. Parece que estamos

começando a nos perder novamente, porque não estamos fazendo mais nada a respeito. Você sabe que a nossa profissão é regulamentada, e queremos tirar os picaretas que estão denegrindo a imagem do verdadeiro guia. E é só através da fiscalização que conseguimos isso. E, vocês sabem, contar com a EMBRATUR, no nosso caso, não resolve. Gostaríamos de contar com a união e a parceria dos diversos segmentos do turismo.

O Sr. Sérgio Nogueira - Se você observar, nessa atividade, o agente de viagem trabalha com o guia, com a locadora, etc. Quando um só é regulamentado, a sua situação assemelha-se à do que não tem regulamentação, porque não adianta fazer nada com a sua regulamentação porque ela se choca diretamente com a minha.

Tenho feito um trabalho em Brasília e, na semana passada, recebi a notícia da aprovação do projeto que regulamenta a profissão do agente de viagem, na primeira comissão, que é a de Economia. A Subcomissão de Turismo da Câmara apresentou o projeto, que foi aprovado, e, daqui a pouco, vou a Brasília para começar a discuti-lo na Comissão de Justiça. Esse trabalho deve ser amplo. Quando se discute qualidade, não se diz que o Rio de Janeiro ou, então, que Minas Gerais está desenvolvendo um projeto de qualidade. Caso seja um projeto desenvolvido apenas dentro de Minas, está tudo bem. Mas, quando se trata de um projeto que vai além dos horizontes - até que rimou -, o outro lado, também, necessita ter um projeto de qualidade. Falamos em qualidade como um projeto global. Vocês, guias, que, sabemos, estão sempre se esforçando, têm travado uma grande luta, porque a consciência é importante quando parte dos dois lados. Não existe um casamento feliz quando apenas uma das partes é feliz. O que está acontecendo com vocês é que estão desenvolvendo um trabalho do qual o outro lado não tem consciência.

Hoje, temos um projeto desenvolvido que foi além de, simplesmente, ver se o guia ou a agência são registrados. Vemos que existe um grande número de ônibus funcionando irregularmente, que não recolhem impostos. Estamos omissos nesse processo porque essa não é uma decisão política, pois, caso fosse, tenho certeza, o Governo do Estado mandaria parar o ônibus.

Estamos fazendo um trabalho em Brasília, junto ao Ministério dos Transportes e ao DNER, que envolve também a Polícia Federal, mas o processo é complicado porque o DNER está discutindo em nível de macroturismo, e as ações dos DERs são estaduais. Então, a atitude tomada pelo DER-MG, obrigatoriamente, não será igual à do DER-RJ. Estamos trabalhando com isso, embora seja uma coisa complexa. Partimos para as reuniões, convocações, etc., e, dessa forma, o processo torna-se demorado. Mas o projeto de Belo Horizonte, de Minas Gerais, é um projeto piloto. Tenho fé. Nós vamos conseguir!

O Sr. Coordenador - A aluna Ana Paula Chaib Lisboa, das Faculdades Integradas Newton Paiva, faz a seguinte pergunta ao Dr. Celso Morandi: "A infra-estrutura turística de Minas Gerais, principalmente a de Belo Horizonte, encontra-se capacitada para atender a um turismo receptivo feito em larga escala?"

O Sr. Celso Morandi - Entenda-se por infra-estrutura turística hotéis, linhas aéreas, locadoras, bons restaurantes e outros segmentos mais. No que se refere à facilidade de linhas aéreas, sim. Locadoras de veículos, eu também diria que sim. Hotelaria é um ramo que está crescendo, chegando perto do ideal.

Tenho um ponto de vista sobre recursos humanos que coincide com o do Sérgio, no que tange à capacidade de atendimento. Sou mineiro, mas já trabalhei no Rio, por duas vezes, em São Paulo, Fortaleza, Recife, Salvador, Maceió, Natal, João Pessoa, Brasília e Belo Horizonte. Na hotelaria mineira acontece algo engraçado: como não temos um grande parque hoteleiro - ele é pequeno, menor que o do Rio, o de São Paulo, o de Salvador, o de Fortaleza -, conseqüentemente, não temos condições de trazer grandes profissionais - digo grandes profissionais em termos quantitativos -, porque o mercado não tem condições de absorvê-los. Esses profissionais seriam, logicamente, multiplicadores de mão-de-obra, de treinamento, etc. Mas temos uma facilidade muito grande: incluo a nossa mão-de-obra entre as melhores do País, embora não queira criticar outros Estados. E isso em função de um fato muito simples: é mais fácil trabalhar com o mineiro. Bem mais fácil. E falo com a experiência de quem já trabalhou em dez outros Estados. Então, eu diria que não estamos totalmente capacitados, mas estamos num processo muito bom nessa direção.

O Sr. Coordenador - O Sr. Magno Leão faz as seguintes colocações para, finalmente, fazer uma pergunta ao Sr. Sérgio Nogueira. "Nosso País tem lindas praias, tem pantanal, Nordeste, Amazônia, cidades históricas, lagoas, montanhas, enfim, tudo para mostrar. Por que o turismo receptivo é tão carente?"

O Sr. Sérgio Nogueira - Porque o País é carente. O turismo não pode ser diferente do País. Quando você tem uma ilha, é um tipo de matriz. Essa questão pode ser colocada de forma diferente, ela fica misturada. Mas, num País continental como o nosso, onde ainda temos problemas sociais gravíssimos, o turismo não pode estar maravilhoso. Temos que trabalhar primeiro pela sociedade brasileira e, conseqüentemente, estaremos trabalhando pelo turismo.

O que falei ainda há pouco é que Minas Gerais parou de participar de feiras, de fazer folhetos, de colocar anúncios. A mesma coisa aconteceu com o Brasil. Se você

for fazer, historicamente, a evolução do turismo brasileiro verá que o ano em que o Brasil mais recebeu turistas foi o de 1987, em que recebeu 1.986.000 turistas. No ano de 1991, o Brasil perdeu 50% do seu tráfego, que já era ridículo e perdeu 50% do ridículo ou ficou 50% mais ridículo. Não sei como é a questão. Isso, em função de uma situação do próprio País, num período difícil, mas que agora começa a mudar. Todos, ao falarem em imagem, cometem erros de "marketing" dos mais grosseiros. O País começa a mudar sua imagem, quando o Presidente da República começa a ir lá fora e ter uma imagem diferente da que tinha no passado, quando só ia lá para pedir dinheiro e depois não pagar. Hoje, quando você começa a participar de uma forma produtiva, eficiente e séria em nível de primeiro mundo, aí começa a mudar o País e a mudar o turismo desse País.

Você tem dois tipos de imagem de mídia: a espontânea e a paga. Na espontânea, aquela que traduz o fato - e turismo não é um fato, é uma consequência -, vemos tudo de ruim que se tem, porque a imprensa sobrevive, no mundo inteiro, das coisas ruins da vida do ser humano, enfim das dificuldades do mundo. O pequeno espaço na mídia espontânea que o Brasil ocupava no exterior sempre traduziu o seu lado ruim: problemas do Rio de Janeiro, do Nordeste e da Amazônia. Hoje, você, às vezes, encontra algo de bom, de positivo, como, por exemplo, a participação do Brasil nas realizações da ONU. Se não houver decisão política e investimento, como qualquer empresário faz no seu negócio, não vamos receber turistas.

A educação brasileira tem uma verba consignada no orçamento que é fantástica, só que está todo mundo sem educação até hoje. O México trabalhou, no ano de 1995, com US\$45.000.000,00 para divulgar o produto mexicano. O Brasil não teve US\$6.000.000,00 para divulgar o produto brasileiro. Como é que queremos concorrer com outros países, nos Estados Unidos? Como fazer o americano decidir por Fortaleza? É claro que ele vai decidir por Cancún. Essas decisões e investimentos têm que acontecer, senão tudo ficará apenas no discurso.

O Sr. Coordenador - A Sra. Maria Amália de Oliveiraregistra que ganhou do Estado um patrocínio para um curso de pós-graduação em Administração Hoteleira, pelo SENAC, na Universidade Federal de Juiz de Fora e termina formulando a seguinte pergunta ao Dr. Celso Morandi: "Qual o destino dos profissionais de turismo? E exclama: "Porque só ter diploma é deprimente."

O Sr. Celso Morandi - O destino dos profissionais de turismo passa simplesmente pelo caminho do fortalecimento do segmento, que vai desembocar numa economia mais forte e num mercado de trabalho maior. Temos um problema hoje que não ocorre apenas no segmento do turismo. Todos conhecemos uma série de profissionais de outras atividades, como engenheiros e médicos, que estão exercendo outras profissões ou que não tiveram o sucesso desejado na profissão que escolheram. Portanto, o problema passa principalmente pela situação econômica do País que teve sua economia estagnada por algumas décadas. É lógico que o acesso ao trabalho se tornou um pouco mais difícil. Respondendo à pergunta, diria que o destino é mais ou menos aquilo que falei a respeito do livro de planejamento que li. Comece a correr que vai encontrar o caminho.

O Sr. Coordenador - O Sr. Romeu Carvalho fez algumas perguntas, que entreguei ao conferencista, Dr. Sérgio Nogueira, a quem passo a palavra, para respondê-las.

O Sr. Sérgio Nogueira - A primeira parte da pergunta se refere à municipalização do turismo; querem saber se tenho conhecimento do trabalho desenvolvido pelos 14 municípios que compõem o denominado fórum para o desenvolvimento turístico do circuito do ouro. Quero dizer que não tenho conhecimento sobre esse fórum.

A outra parte da pergunta se refere ao bacharel em turismo. Fico muito à vontade para falar sobre esse assunto. Venho de uma faculdade, sou professor universitário e acredito na validade desses profissionais. No Brasil, houve um erro de ambas as partes nesse processo. Tanto o bacharel quanto os empresários erraram - e erram até hoje - nessa matéria. Primeiro, a grade curricular das faculdades de turismo não tem nada a ver com a realidade do dia-a-dia de quem trabalha no turismo. Sei disso porque dou aula em faculdade e, também, tenho uma agência de turismo. Por acaso, em minha empresa, todos os funcionários vêm de faculdades de turismo. Por isso, talvez, possa dizer que, na minha agência, modéstia à parte, tenho uma boa qualidade de atendimento. Conversar, falar, discutir e dar explicações a uma pessoa que decidiu abraçar aquela atividade como sobrevivência, como seu futuro é diferente de fazê-lo com uma pessoa que, na falta de um balcão ou de uma "boutique", na época, para trabalhar, tenha ido a uma agência de viagens, ou porque viaja muito, enfim, por acaso, tenha-se iniciado nessa atividade. Por questão de consciência, acho que é mais fácil eu, enquanto empresário, discutir e conversar com uma pessoa que tem formação e cultura, porque vai tratar com pessoas que têm formação e cultura, o turista busca isso. A ABAV está fazendo isso, agora. Solicitamos todos os currículos das faculdades brasileiras. Temos de viver o momento importante pelo qual passa o Brasil. Temos de padronizar os sistemas. Não adianta nem vai funcionar se a faculdade de Minas Gerais tiver uma grade curricular e a do Rio de Janeiro tiver outra. É igual na Medicina: a

ponte de safena em Minas Gerais é tratada como em São Paulo. Por que com o turismo tem de ser diferente? Temos de ter uma grade curricular igual e adequada ao dia-a-dia das necessidades do turismo e do turista. Isso tudo só vai funcionar se tivermos na cabeça, no fundo de nosso pensamento, o consumidor. Não somos nós que fazemos. O juiz desse processo é o consumidor, o cliente. Tudo tem de ser voltado para ele.

Peço desculpas aos senhores e às senhoras, mas estou indo para Brasília agora; sairei de Confins às 18h5min. As perguntas que ainda houver, eu as levo e respondo; mando à Comissão, inclusive para tomar conhecimento das perguntas e das respostas.

Gostaria de dizer que todo esse projeto é interessantíssimo, é fantástico, mas gostaria de pedir um favor que é muito importante para o turismo brasileiro: não deixem esse projeto crescer demais, não deixem que ele se transforme numa coisa muito grande, porque a tendência dos grandes projetos é ocupar o espaço na última gaveta do lado direito da gente.

Portanto, façam um projeto com o pé no chão; aprovelem o que for viável; não peçam o impossível, porque, às vezes, em um projeto muito grande, se pedimos uma coisa muito difícil, corremos o risco de perder o projeto como um todo. Assim, façam por partes, e, se Deus quiser, voltaremos a ver os clientes ligando para a minha agência, desejando visitar Ouro Preto. Um grande abraço a todos e muito obrigado.

O Sr. Coordenador - A coordenadora agradece a participação do Dr. Sérgio Nogueira.

Dr. Celso Morandi, o Sr. Ildeu de Araújo, do Norman Hotel, formula a seguinte pergunta: "O que é preciso para melhorar a mão-de-obra do setor de turismo? É a falta de escolas profissionalizantes, faculdades ou cursos universitários de turismo?"

O Sr. Celso Morandi - Parece-me que são três ou quatro perguntas numa só, não é, Ildeu? Em primeiro lugar, para se melhorar a mão-de-obra, faltam escolas, mas não somente escolas específicas. Falta melhor nível de educação para a população. É necessário introduzir-se, no currículo das escolas - e, no nosso caso específico, sou favorável a isso - algo a respeito do turismo, educando o garoto para essa atividade. Mas isso passa, fundamentalmente, por um melhor sistema de educação, porque o nosso, lamentavelmente, é muito fraco.

Faltam, também, cursos específicos. Lembro-me, por exemplo, de que, quando se iniciou o processo de privatização - que nem se deu ainda, mas, sim, um arrendamento - do Grande Hotel de Araxá, eu e outras pessoas tivemos alguns encontros com o Presidente da COMIG, pois a nossa idéia era transformá-lo no melhor hotel-escola do País. Provamos para ele que o hotel-escola seria auto-sustentável, pois seria gerido por um conselho paritário entre a iniciativa privada e o segmento público. Entretanto, não o conseguimos.

Temos o Hotel-Escola de Grogotó, o que é pouco. Temos, também, a Faculdade Newton de Paiva. No entanto, se ela tem currículo bom, peca muito na prática, porque não há espaços para que os estudantes façam estágios.

Portanto, é preciso, além da oportunidade de estágios, que se façam bons cursos. Quanto a isso, já existem alguns caminhos: está aqui, por exemplo, o Moisés, da UTRAMIG, que me disse, hoje, estar elaborando alguns cursos técnicos sobre hotelaria, a fim de formar gerentes de hotéis capacitados. Isso irá gerar um debate envolvendo outros segmentos, como as agências de viagens: elas deixarão claro o que esperam de um gerente de hotel - que receba bem os clientes, os turistas por elas encaminhados. Se não me engano, isso deverá entrar em discussão no mês de dezembro.

Entretanto, o processo não passa, apenas, pelo treinamento de uma equipe de funcionários. Passa, infelizmente, no nosso Estado, por uma mudança de conceitos por parte da classe empresarial. Temos conhecimento, e isso não se passa muito em Belo Horizonte, de muitos casos de pequenos e médios empresários - e não tão pequenos assim - que acham que investir, ou melhor, não é nem investir, mas gastar com treinamento de pessoal é jogar dinheiro fora.

Eu conheço muitos casos. Para isso, estamos conversando com a Trevisan, uma empresa de assessoria e consultoria de São Paulo, uma das melhores do País. Vamos ter uma reunião, na outra sexta-feira. Ela já se dispôs a fazer, com seus técnicos, cinco grandes seminários sobre hotelaria. Voltados para a conscientização da classe empresarial, tratarão da importância do treinamento e desenvolvimento de pessoal, porque, se o empresário não compra a idéia, não conseguimos chegar ao funcionário. Esse seminário será custeado pela Trevisan, porque ela está entrando em Minas Gerais agora. Será sobre planejamento estratégico, "marketing", desenvolvimento de pessoal e outras coisas mais. O SENAC está nisso conosco, assim como a SELT e o BDMG. Será realizado um em São Lourenço, para o Sul de Minas; um, provavelmente, em Uberlândia, para o Triângulo; um, em Belo Horizonte, para a região metropolitana; um, em Juiz de Fora, para a Zona da Mata; e está sendo discutida a realização de um outro em Governador Valadares, provavelmente, ou em Teófilo Otôni.

O Sr. Coordenador - Passo às mãos do Dr. Celso Morandi um convite que lhe faz, nesta oportunidade, o Sr. Ronan Carvalho, da SEDITUR.

Sr. Fábio Borém, o Sr. Luciano Faria afirma que, para se conseguirem recursos financeiros no BDMG para investimentos em hotéis e em pousadas, as regras são claras,

mas isso não acontece com relação às áreas de "camping". Ele pergunta qual é o motivo.

O Sr. Fábio Borém - O BDMG é um agente financeiro. Hoje, os recursos disponíveis para o Estado de Minas Gerais são, basicamente, oriundos de duas fontes, o FUNGETUR e o BNDS. Com relação ao FUNGETUR, como foi colocado desde o início, e esta é uma das reivindicações do seminário, os recursos alocados para o Estado, em 1995, foram escassos, em virtude da pouca disponibilidade orçamentária da União para a EMBRATUR - coisa da ordem de R\$4.750.000,00. Os recursos do BNDS são à disposição. Porém, entendemos que, a princípio, não são muito adequadas algumas iniciativas do setor de turismo. Evidentemente, tivemos que fazer uma priorização desses recursos do próprio FUNGETUR.

Conseguimos apoiar cerca de 11 empreendimentos de hotelaria, distribuídos no Estado como um todo. Qualquer atividade que busque recursos de financiamento tem duas condições básicas a serem atendidas: a primeira é que a atividade, ou seja, o projeto demonstre, por si só, capacidade técnica, econômica e financeira de êxito e, conseqüentemente, capacidade de pagamento; deve haver uma margem de contribuição suficiente para arcar com os custos do financiamento.

A segunda condição é que o crédito seja viável em termos bancários; que haja todo um processo de aprovação do crédito. Não há discriminação em termos de empreendimento: desde que ele se justifique econômica e empresarialmente, não há impedimento. É evidente que existem algumas regras. Nem toda atividade, mesmo ligada ao turismo, é passível de financiamento. É o caso das locadoras de veículos e coisas desse tipo. Mas, basicamente, não há nada em contrário.

O Sr. Coordenador - O Sr. Geraldo Magalhães citou Albert Einstein e Graham Bell em sua exposição. Agora, recebe, coincidentemente, a seguinte formulação do estudante Albert Einstein Graham Bell, das Faculdades Reunidas Newton de Paiva: "O senhor acredita que a COMIG deva ser incorporada à SELT para unificação do sistema turístico?"

O Sr. Geraldo Paulo de Magalhães - Parece-me que só está faltando isto. Ainda hoje, conversando com meu Presidente, o Sr. José Mário Teixeira, o problema da COMIG é interessante e nos leva a pensar um dado. Todos aqui conhecem e sabem que o turismo é apêndice de alguma coisa: cultura e turismo; esporte, lazer e turismo; indústria, comércio e turismo, e vai por aí afora. Agora, só está faltando esta: turismo e mineração, ou seja, amanhã, não vamos incorporar a COMIG à SELT. Mas quem sabe a gente propõe a criação da COMIGTUR?

O mais engraçado de tudo é que, se observarmos a nossa Carta Estadual, na Seção VI, Da Política Hídrica e Minerária, o art. 250, III, diz o seguinte:

"Art. 250 - Para assegurar a efetividade do objetivo do artigo anterior, o Poder Público, por meio de sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos e sistema estadual de gerenciamento de recursos minerários, observará, entre outros, os seguintes preceitos:

I -

III - criação de incentivo a programas nas áreas de turismo e saúde, com vistas ao uso terapêutico das águas minerais e termais na prevenção e no tratamento de doenças;"

Assim, como podem ver, a questão já está prevista na Constituição. Está faltando muito pouco. O que discutimos e eu entendo ser um absurdo é termos mais uma empresa na nossa atividade turística, que é o caso da COMIG. Eu, pelo menos, não aceito isto. Maior absurdo ainda é a COMIG absorver a HIDROMINAS. Absorveu o patrimônio da HIDROMINAS, o Grande Hotel de Araxá e o Pálace Hotel de Poços de Caldas. Daqui a pouco, podemos até imaginar a COMIGTUR.

Sinceramente, minha opinião, com todo o respeito, é que o Estado é um grande produtor de minerais, mas que cuide da parte que lhe diz respeito, que é a área de mineração. Não venha para o nosso lado, porque também nós, com o devido respeito, não iremos tratar de mineração.

O Sr. Coordenador - Chegamos à parte final deste encontro; reiteramos os cumprimentos e agradecimentos do início e retornamos a palavra ao ilustre Deputado Presidente Wanderley Ávila.

O Sr. Presidente (Deputado Wanderley Ávila) - Esta Presidência manifesta seus agradecimentos à Deputada Maria Elvira, aos Srs. Geraldo Paulo de Magalhães Filho, Fábio Borém, Celso Morandi e Sérgio Nogueira, bem como às demais autoridades e pessoas presentes.

ATA DA 17ª REUNIÃO ESPECIAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 26 DE SETEMBRO DE 1995, DESTINADA À PLENÁRIA FINAL DO SEMINÁRIO LEGISLATIVO TURISMO: CAMINHO DAS MINAS

Presidência dos Deputados Agostinho Patrús,
Wanderley Ávila e Maria José Haueisen

SUMÁRIO: ABERTURA - Ata - Suspensão e reabertura da reunião - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Designação do Coordenador - Palavras do Sr. Coordenador - Palavras do Sr. George Norman Kutova - Palavras dos Srs. Celso Morandi, Fábio Borém,

Geraldo Paulo de Magalhães Filho, Moisés Pereira de Barros e George Norman Kutova - Suspensão e reabertura da reunião - Requerimentos de destaques - Votação da proposta, salvo destaques e emendas - Discussão e votação dos destaques - Discussão e votação das emendas - Entrega do documento final - Palavras do Sr. Presidente - **ENCERRAMENTO** - Decisão do Sr. Coordenador.

ABERTURA

- Às 8h15min, comparecem os Deputados:

Agostinho Patrús - Wanderley Ávila - Sebastião Navarro Vieira - Paulo Pettersen - Rêmoló Aloise - Maria José Haueisen - Ibrahim Jacob - Ermano Batista - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Alencar da Silveira Júnior - Almir Cardoso - Álvaro Antônio - Anderson Aduato - Anivaldo Coelho - Antônio Andrade - Antônio Roberto - Arnaldo Penna - Bilac Pinto - Bonifácio Mourão - Carlos Murta - Carlos Pimenta - Clêuber Carneiro - Dílzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Durval Ângelo - Elbe Brandão - Elmo Braz - Francisco Ramalho - Geraldo Nascimento - Geraldo Rezende - Geraldo Santanna - Gil Pereira - Gilmar Machado - Glycon Terra Pinto - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Ivo José - Jairo Ataíde - João Leite - Jorge Eduardo de Oliveira - Jorge Hannas - José Bonifácio - José Braga - José Henrique - José Maria Barros - Kemil Kumaira - Leonídio Bouças - Luiz Antônio Zanto - Marcelo Cecé - Marcelo Gonçalves - Marco Régis - Marcos Helênio - Mauri Torres - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Piau - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Romeu Queiroz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Simão Pedro Toledo - Toninho Zeitune - Wilson Trópia.

A Sra. Presidente (Deputada Maria José Haueisen) - A lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- **O Deputado João Leite**, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Suspensão da Reunião

A Sra. Presidente - Esta Presidência vai suspender a reunião por 15 minutos para que os participantes do seminário possam concluir a leitura do seu documento final, que foi distribuído nesta plenária. Estão suspensos os trabalhos.

Reabertura da Reunião

A Sra. Presidente - Estão reabertos os trabalhos.

Composição da Mesa

A Sra. Presidente - A Presidência convida a tomarem assento à mesa o Exmos. Srs. Deputado Sebastião Navarro Vieira, Vice-Presidente da Assembléia Legislativa; Dr. José Cristiano Pena de Andrade, representante do Grupo de Trabalho 1, em substituição ao Sr. Ângelo Osvaldo; Dr. George Norman, coordenador do Grupo de Trabalho 2; Dr. Moisés Pereira de Barros, coordenador do Grupo de Trabalho 3; Dr. Geraldo Paulo de Magalhães Filho, coordenador do Grupo de Trabalho 4; Dr. Fábio Borém, coordenador do Grupo de Trabalho 5; e Dr. Celso Morandi, coordenador do Grupo de Trabalho 6; e a Deputada Elbe Brandão.

Destinação da Reunião

A Sra. Presidente - Destina-se esta reunião à plenária final do Seminário Legislativo Turismo: Caminho das Minas, com a votação do documento final, que será entregue ao Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Designação do Coordenador

A Sra. Presidente - Esta Presidência vai designar como coordenador desta parte da reunião o Deputado Sebastião Navarro Vieira, 2º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa.

Palavras do Sr. Coordenador

- Sra. Presidente, esta Coordenadoria solicita de V. Exa. que convide para auxiliar nos trabalhos de coordenação a Deputada Elbe Brandão, grande incentivadora deste Seminário.

Manifestando a alegria da Assembléia em sediar este Seminário, cumprimento a todos os participantes e passo a prestar alguns esclarecimentos sobre a dinâmica do processo de discussão e votação do documento final, de acordo com o que estabelece o art. 15 do regulamento do seminário.

Poderão ser apresentados pedidos de destaque para votação, por meio de requerimento oral dos coordenadores de votação. Antes lembro ao Plenário que poderão ser matéria de destaque as propostas polêmicas, contraditórias ou que se deseje rejeitar.

A proposta será aprovada pela maioria simples dos participantes com direito a voto. Por maioria simples entenda-se metade mais um dentre os votantes. A seguir, serão apreciados os destaques. Poderão falar, na discussão de cada destaque, uma única vez, e por 2 minutos cada um, os coordenadores de votação, ou votante por ele indicado, sendo um favorável e outro contrário à disposição, se houver divergência.

As propostas destacadas não poderão receber emendas, ressalvado o disposto no § 5º do regulamento, e só constarão do documento final, se aprovadas. Serão considerados

aprovados os destaques que obtiverem a maioria simples dos votos.

As emendas aditiva e modificativa serão admitidas por acordo dos integrantes da Comissão de Representação e subscritas pela maioria absoluta dos coordenadores de votação e deverão ser apresentadas à Mesa até o encerramento dos pedidos de destaque.

O signatário de proposta rejeitada que a considerar essencial poderá, a requerimento subscrito por, no mínimo, 50 votantes, representativos de, no mínimo, 10 entidades, fazê-la constar como anexo do documento final.

Para a votação serão usados os cartões distribuídos na recepção.

Gostaria de solicitar aos coordenadores de votação que ocupassem os primeiros lugares do Plenário para maior facilidade de controle desta coordenadoria, viabilizando assim a conferência dos trabalhos e a sua boa ordem.

Esta coordenação passa, neste instante, a palavra ao Sr. Secretário da Comissão de Representação, Sr. George Norman Kutova, para a leitura das propostas que serão colocadas em votação.

Palavras do Sr. George Norman Kutova

Senhores dirigentes, prezados companheiros, minhas senhoras e meus senhores, por acordo e deferência da Mesa, ficou combinado que, em 3 minutos, vamos fazer uma exposição precedente à leitura das proposições, com o objetivo de esclarecer uma questão que pareceu à Comissão de Representação de natureza essencial, por se tratar da estrutura do documento que iremos ler em seguida. A comissão organizadora desse seminário e a comissão técnica da Assembléia, que assessorou todo o seu planejamento, são os autores desse documento, sob a supervisão e o acompanhamento da Comissão de Representação e dos coordenadores dos grupos de trabalho. Todos os participantes do Plenário vão perceber que há uma repetição de questões, em alguns casos, até exaustiva, estabelecendo, assim, uma suposta redundância de proposições a serem apreciadas pelo Plenário. Isso porque esse trabalho de elaboração do documento procurou observar, ao extremo, o princípio de fidelidade à forma pela qual as proposições foram votadas pelos diferentes grupos de trabalho. Então, de repente, tem-se uma proposta de um conjunto de itens e, depois, tem-se uma série desses mesmos itens apresentados de forma isolada. O fato se dá porque vários autores dessas propostas, em cada grupo, entenderam que se poderia rejeitar, por exemplo, uma proposta em bloco e prejudicar um de seus itens ao qual eles fossem favoráveis. De forma que essa reiteração é apenas reprodutora fiel daquilo que foi decidido nos grupos.

Como o Deputado Sebastião Navarro Vieira já explicou, serão pedidos destaques. A Comissão de Representação deliberou, ontem, após a apreciação do documento, por intermédio dos coordenadores de votação que a integram, solicitar vários e inúmeros destaques, com o objetivo de propor a sua rejeição, apenas nos casos de redundância. Isso para que, no conjunto das proposições finais, tenhamos, tanto quanto possível, um documento que, sendo 100% fiel às decisões do seminário, seja simplificado e não elaborado de maneira mais complexa. Posto isso, vou passar à leitura do documento.

O documento foi dividido em seis itens básicos, como os senhores poderão ver. Em primeiro lugar, na letra "A" do índice, temos: Estrutura Institucional, que é um conjunto de propostas mais diretamente vinculadas a isso. Em segundo, Legislação; em terceiro, Diretrizes de Ação Política; em quarto, Recursos Humanos; em quinto, Incentivos e Recursos; e em sexto, Outras Propostas.

É interessante acentuar que a leitura oral do documento é uma deferência da Mesa dos trabalhos e da Comissão de Organização do Seminário, atendendo a um pleito da Comissão de Representação, para que se facilite o entendimento dos aspectos que já foram explicados. Então, no conjunto, referindo-nos às propostas da letra "A" - Estrutura Institucional - temos a seguinte questão. Perguntaria ao Deputado Sebastião Navarro Vieira se ele ratificaria a pergunta que vou fazer: as propostas, depois de lidas, serão colocadas em votação por número, não é isso Deputado? No instante da votação, não será repetido o texto da proposta, nem oralmente. Por isso, essa leitura tem o objetivo de auxiliar-nos agora.

O Sr. Coordenador - Um esclarecimento: numa leitura rápida, já podemos entender que a proposta de número 70 engloba diversas propostas, e não apenas uma. Então, evidentemente, para o bom ordenamento do trabalho, deveremos poder acatar o destaque de itens de uma determinada proposta.

O Sr. George Norman Kutova - Só para esclarecer um pouco mais o que o Deputado acaba de citar, há uma proposição de um determinado grupo, o Grupo 2, colocando todas as matérias específicas num único item. E foram muitas delas. Portanto, se alguém for contra ou a favor e quiser encaminhar, poderá pedir o destaque do item, já que várias propostas estão englobadas numa única proposição, como veremos. (-Lê:)

"A) Estrutura Institucional

1 - Criação de uma estrutura oficial de turismo composta por:

- Secretaria de Estado de Turismo;
- Conselho Estadual de Turismo;
- Empresa Mineira de Turismo - TURMINAS -;

- Companhia Mineira de Promoções - PROMINAS -; (Grupo 2, com apoio e aprovação dos Grupos 5 e 6)

2 - Criação da Secretaria de Estado de Turismo. (Grupos 1 e 4)

3 - Manutenção das empresas TURMINAS e PROMINAS (25% dos votantes). (Grupo 4, com o apoio dos Grupos 2, 5 e 6)

4 - Fusão das empresas TURMINAS e PROMINAS. (Grupo 4)

5 - Competirá à TURMINAS a função de órgão executivo de programas e ações voltados para o desenvolvimento do turismo em Minas Gerais. (Grupo 1)

6 - Competirá à PROMINAS a função de órgão executivo da política básica de incentivo ao turismo de negócios e de eventos. (Grupo 1)

7 - Reestruturação do Conselho Estadual de Turismo - CET - com a seguinte composição:

- 5 membros representantes da área pública das seguintes Secretarias de Estado:

- de Turismo;

- do Planejamento e Coordenação Geral;

- de Indústria e Comércio;

- da Cultura;

- de Meio Ambiente;

- 5 membros representantes da iniciativa privada indicados e eleitos por câmaras setoriais.

A presidência será exercida alternadamente por representantes do setor público e do setor privado.

As câmaras setoriais serão instituídas no âmbito do Conselho, representando os segmentos da iniciativa privada diretamente relacionados às atividades turísticas.

(Grupo 2, com apoio e aprovação dos Grupos 5 e 6)

8 - Composição do Conselho Estadual de Turismo por:

- 1 representante da Secretaria de Estado de Turismo;

- 1 representante da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral;

- 1 representante da Secretaria de Estado da Fazenda;

- 1 representante da Secretaria de Estado da Cultura;

- 1 representante da Secretaria de Estado de Indústria e Comércio;

- 1 representante da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;

- 1 representante do Poder Legislativo;

- 1 representante do segmento de serviços;

- 1 representante do segmento de transportes;

- 1 representante do segmento de recursos humanos;

- 1 representante do segmento da imprensa;

- 1 representante do segmento de trabalhadores;

- 1 representante do segmento de eventos;

- 1 representante do segmento de patrimônio. (25% dos votantes) (Grupo 4)

9 - Representação do Poder Executivo no CET a cargo das seguintes secretarias de Estado:

I - de Esportes, Lazer e Turismo;

II - do Planejamento e Coordenação Geral;

III - de Indústria e Comércio;

IV - de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;

V - da Cultura. (Grupo 4)

10 - Atribuição de caráter deliberativo e controlador da política estadual do turismo e das ações dela decorrentes, em todos os níveis, ao CET, órgão integrante da estrutura orgânica da Secretaria de Estado de Esportes, Lazer e Turismo, ou a órgão que vier a sucedê-lo - instituído pela Lei nº 8.502, de 19/12/83. (Grupo 4)

11 - Composição do CET por 10 membros, de forma paritária. (Grupo 4)

12 - Composição do CET, por 14 membros, de forma paritária. (25% dos votantes). (Grupo 4)

13 - A composição do CET, aprovada pelo seminário, deverá ser instituída por meio de lei e não de decreto. (Grupo 4)

14 - Inclusão de 1 representante das Prefeituras no CET. (Grupo 4)

15 - Escolha dos representantes das entidades não governamentais junto ao CET, em número de 5, em assembléia convocada pela Secretaria de Estado de Turismo e fiscalizada por um representante do Ministério Público Estadual. (Grupo 4)

16 - Alternância de mandatos de representantes da iniciativa privada e do Governo na Presidência do CET. (Grupo 4)

17 - Eleição do Presidente do CET por meio de voto secreto. (Grupo 4)

18 - Eleição da diretoria do CET na primeira reunião dos membros nomeados e empossados. (Grupo 4)

19 - Assessoramento do CET por câmaras setoriais que serão regulamentadas em seu regimento interno. (Grupo 4)

20 - Agilização da constituição do CET, e sua urgente instalação, nos seguintes

moldes:

I - nomeação de 5 membros da área governamental e 5 membros da área empresarial de turismo;

II - atribuição de competência deliberativa;

III - assessoramento por câmaras setoriais regulamentadas pelo regimento do CET;

IV - integração dos Conselhos Municipais de Turismo com o CET;

V - eleição do Presidente do CET por seus membros;

VI - atribuição, ao Presidente do CET, do voto de qualidade;

VII - representação do Poder Executivo no CET a cargo da futura Secretaria de Estado de Turismo, e das Secretarias de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, de Indústria e Comércio, de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e da Cultura.

VIII - escolha dos representantes no CET das entidades não governamentais em assembléia convocada pela futura Secretaria de Estado de Turismo;

IX - eleição da diretoria do CET na primeira reunião dos membros nomeados e empossados;

X - competência para aprovação de programas e atividades voltados para o desenvolvimento do turismo em Minas Gerais. (Grupo 1)

21 - Sugestão de anteprojeto de lei que disponha sobre o CET: (Grupo 1)

"Art. 1º - O Conselho Estadual de Turismo - CET -, órgão integrante da estrutura orgânica da Secretaria de Estado de Turismo, instituído pela Lei nº 8.502, é órgão deliberativo e controlador da política estadual de turismo e das ações dela decorrentes em todos os níveis.

Art. 2º - Compete ao CET:

I - formular a política estadual de turismo e fixar as prioridades para a execução das ações para a captação e para a aplicação dos recursos;

II - deliberar sobre:

a) as propostas de planos estaduais e programas regionais de apoio e incentivo ao turismo, como atividade econômica;

b) as propostas de criação e aperfeiçoamento de instrumentos de estímulo ao desenvolvimento turístico;

III - avaliar:

a) a proposta orçamentária anual para o setor de turismo, elaborada pela Secretaria de Estado de Turismo;

b) a execução da política, dos planos e programas estaduais e regionais de desenvolvimento turístico;

IV - oferecer sugestões sobre:

a) o calendário oficial de eventos turísticos do Estado;

b) as campanhas de divulgação, conscientização e defesa do patrimônio turístico;

c) a captação de novos investimentos para o setor turístico.

Art. 3º - O Conselho Estadual de Turismo é composto por 10 (dez) membros, que representarão, paritariamente, o poder público e a sociedade civil.

§ 1º - Serão representantes do Poder Executivo o titular ou o servidor com poder de decisão dos seguintes órgãos:

a) da Secretaria de Estado de Turismo;

b) da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral;

c) da Secretaria de Estado da Cultura;

d) da Secretaria de Estado de Indústria e Comércio;

e) da Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

§ 2º - As entidades não governamentais de produção, de defesa do patrimônio, de estudos e pesquisa e as representativas dos empresários e dos trabalhadores da atividade turística reunir-se-ão em fórum próprio, convocado pela Secretaria de Estado de Turismo e fiscalizado por um membro do Ministério Público, para escolher os 5 (cinco) representantes da sociedade civil e respectivos suplentes.

§ 3º - Poderão ser escolhidas entidades não governamentais legalmente constituídas, em funcionamento no Estado há pelo menos dois anos.

Art. 4º - Os membros do Conselho Estadual de Turismo, titulares e suplentes, serão nomeados pelo Governador do Estado e terão mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

Art. 5º - Os membros, nomeados e empossados, elegerão, na primeira reunião do Conselho Estadual de Turismo, seu Presidente, seu Vice-Presidente e seu Secretário-Geral.

Art. 6º - O membro do Conselho Estadual de Turismo exercerá o mandato sem qualquer remuneração além daquela auferida no exercício de suas funções na entidade por ele representada.

Art. 7º - O Conselho Estadual de Turismo, no desempenho de suas atividades, instituirá câmaras setoriais em número suficiente para as suas necessidades, contemplando os diversos segmentos operacionais.

Parágrafo único - O funcionamento das câmaras setoriais será regulamentado no regimento interno do Conselho.

Art. 8º - A Secretaria de Estado de Turismo fornecerá suporte técnico e administrativo para o funcionamento do Conselho Estadual de Turismo.

Art. 9º - As normas complementares, relativas às atividades do CET serão estabelecidas em seu regimento interno, que deverá ser elaborado e votado por seus membros no prazo de 60 (sessenta) dias a contar de sua nomeação.

Art. 10 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 11.477, de 1º de junho de 1994." (Grupo 1)

B) Legislação

22 - Alteração da Lei nº 11.483, de 7/6/94 (PLANITUR), transformando-a em legislação básica, compatível com a legislação federal e restrita a aspectos essenciais que estabeleçam: - diretrizes e objetivos; - estrutura oficial e seu sistema básico de atuação; - fontes de recursos; - políticas básicas. (Grupo 2, com apoio e aprovação dos grupos 5 e 6).

23 - Alteração da redação do art. 8º da Lei nº 11.483, de 7/6/94:

"Art. 8º - Caberá à Secretaria de Estado de Esportes, Lazer e Turismo, em sintonia com o Conselho Estadual de Turismo, a coordenação de todos os programas e atividades voltadas para o desenvolvimento do turismo em Minas Gerais.

§ 1º - Caberá à Empresa Mineira de Turismo - TURMINAS -, a execução dos programas e ações voltadas para o desenvolvimento do turismo no Estado.

§ 2º - Caberá à Companhia Mineira de Promoções - PROMINAS -, a execução da política de incentivo ao turismo de negócios e de eventos." (25% dos votantes) (Grupo 4)

24 - Modificação do texto da Lei nº 11.483, de 7/6/94, que trata do Plano Integrado para o Desenvolvimento do Turismo - PLANITUR -, de tal forma que ela disponha sobre as diretrizes, os objetivos e a organização da política estadual de turismo em Minas Gerais.

A proposição acima implica, automaticamente, a alteração da redação dos arts. 1º, 2º e 5º daquela lei. (Grupo 4)

25 - Reavaliação do conjunto de leis, normas e resoluções relativas aos órgãos setoriais cuja atuação se reflita na política estadual de turismo - especialmente os das áreas cultural e ambiental - visando à superação de pontos críticos que sejam empecilho ao incremento do turismo mineiro, especialmente:

I - exclusão do art. 7º da Lei nº 11.483;

II - alteração do texto da Lei nº 11.483, tornando compulsório o planejamento estratégico para a exploração econômica do patrimônio turístico, por meio da elaboração de planos diretores que definam responsabilidades, mecanismos e critérios de atuação dos agentes governamentais e não governamentais. (Grupo 1)

26 - Sugestão de anteprojeto de lei que disponha sobre as Diretrizes e Bases para o Desenvolvimento do Turismo em Minas Gerais e dê outras providências, nos seguintes termos (Grupo 1):

"Art. 1º - Ficam instituídas as Diretrizes e Bases para o Desenvolvimento do Turismo em Minas Gerais, nos termos do disposto nesta lei.

Art. 2º - Esta lei tem como objetivo definir a política estadual de apoio e incentivo ao turismo, como atividade econômica, de forma permanente e regionalizada, conforme o disposto no art. 243, I, da Constituição do Estado.

Art. 3º - Caberá ao Estado atuar de forma a garantir a preservação do produto turístico, a incentivar a sua exploração dentro dos princípios da racionalidade e da eficiência e a favorecer a ampliação da demanda turística.

Art. 4º - Deverão ser desenvolvidas as seguintes políticas básicas com vistas a ampliar, no âmbito do Estado, o fluxo de turistas, seu tempo de permanência e seu gasto médio:

I - preservação dos patrimônios histórico, artístico, cultural e documental;

II - proteção e utilização sustentada do patrimônio natural;

III - informação, estatística e "marketing" do produto turístico;

IV - desenvolvimento da infra-estrutura turística;

V - apoio aos agentes da indústria turística;

VI - incentivo ao turismo receptivo do País e do exterior;

VII - estímulo ao turismo social e ao turismo interno no Estado;

VIII - incentivo ao turismo de negócios e de eventos;

IX - conscientização turística;

X - formação e aprimoramento de recursos humanos.

Parágrafo único - A implantação dessas ações será feita de forma regionalizada, com a participação articulada dos diversos órgãos e entidades da administração pública estadual, em parceria com os municípios e com a iniciativa privada.

Art. 5º - A alocação dos recursos públicos estaduais necessários à execução das ações propostas nesta lei será especificada na proposta orçamentária para cada exercício.

Art. 6º - Será realizado inventário do potencial e das carências de cada região do Estado, com vistas à elaboração de programas específicos que contenham as ações

necessárias à viabilização da exploração econômica do turismo, observados os subprogramas apresentados no anexo desta lei.

Parágrafo único - Os programas e as ações a que se refere este artigo serão implementados, ouvido o Conselho Estadual do Turismo, nos termos do art. 243 da Constituição Estadual, por meio de planos diretores estadual, regionais e municipais.

Art. 7º - As ações propostas para os programas regionais serão executadas pelos órgãos e pelas entidades da administração pública estadual, de acordo com sua competência, observada a relação de atividades e projetos apresentada no anexo desta lei.

Parágrafo único - Caberá à Secretaria de Estado de Turismo, por meio da Empresa Mineira de Turismo - TURMINAS -, coordenar a execução dessas ações.

Art. 8º - A TURMINAS será a entidade gestora do Fundo de Assistência ao Turismo - FASTUR -, criado pela Lei nº 11.520, de 13 de julho de 1994.

Art. 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 11.483, de 7/6/94." (Grupo 1)

27 - Alteração da redação do art. 4º da Lei nº 11.483, nos seguintes termos:

"Art. 4º - Com vistas a ampliar, no âmbito do Estado, o fluxo de turistas, seu tempo de permanência e seu gasto médio, deverão ser desenvolvidas as seguintes políticas básicas:

I - preservação do patrimônio histórico, artístico, cultural e documental;

II - proteção e utilização sustentada do patrimônio natural;

III - informação, estatística e "marketing" do produto turístico;

IV - desenvolvimento da infra-estrutura turística;

V - apoio aos agentes da indústria turística;

VI - incentivo ao turismo receptivo do País e do exterior;

VII - estímulo ao turismo social e ao turismo interno no Estado;

VIII - incentivo ao turismo de negócios e de eventos;

IX - conscientização turística;

X - formação e aprimoramento de recursos humanos.

Parágrafo único - A implantação dessas políticas será feita de forma regionalizada, com a participação dos diversos órgãos e entidades da administração pública estadual, em parceria com os municípios e com a iniciativa privada." (Grupo 4)

28 - Alteração da redação do art. 6º da Lei 11.483, de 7/6/94:

"Art. 6º - O Poder Executivo deverá elaborar e apoiar planos regionais voltados para o desenvolvimento e a viabilização da exploração econômica do turismo." (Grupo 4)

29 - Supressão do art. 7º da Lei nº 11.483, de 1994. (Grupo 4)

30 - Revogação da Lei nº 10.415 de 11/1/91, que regulamenta as atividades de feiras e exposições, e elaboração de lei compatível com a legislação federal do setor. (Grupo 2, com apoio e aprovação dos Grupos 5 e 6)

31 - Revogação da Lei nº 9.649, de 1988, que torna obrigatório o uso do terminal turístico e o cadastro de atividades e serviços de natureza turística. (Grupo 2, com apoio e aprovação dos Grupos 5 e 6)

32 - Revogação do Decreto nº 30.062, de 1982, que estabelece a obrigatoriedade de uso do Terminal Turístico JK e do cadastramento de atividades e serviços de natureza turística. (Grupo 2, com apoio e aprovação dos Grupos 5 e 6)

33 - Elaboração de legislação específica sobre locais e áreas de interesse turístico em Minas Gerais. (Grupo 2, com apoio e aprovação dos Grupos 5 e 6)

C) Diretrizes de Ação Política

34 - Ação do Estado e desenvolvimento do turismo executados por programas e projetos específicos, de acordo com as seguintes políticas básicas:

I - política de preservação do patrimônio histórico-artístico-cultural e documental;

II - política de proteção e utilização sustentada do patrimônio natural;

III - política de informação, estatística e marketing do produto turístico;

IV - política de desenvolvimento da infra-estrutura turística;

V - política de apoio aos agentes da indústria turística;

VI - política de incentivo ao turismo receptivo do país e do exterior;

VII - política de estímulo ao turismo social e ao turismo interno estadual;

VIII - política de incentivo ao turismo de negócios e de eventos;

IX - política de conscientização turística;

X - política de formação e aprimoramento de recursos humanos. (Grupo 2, com apoio e aprovação dos Grupos 5 e 6)

35 - Estímulo à criação de conselhos municipais de turismo nos municípios com potencial turístico. (Grupo 4)

36 - Implantação de programas capazes de promover a formação de uma consciência favorável à preservação do acervo histórico, cultural e natural do Estado. (Grupo 1)

37 - Criação de mecanismos que permitam a restauração efetiva do bem tombado. (Grupo 1)

38 - Ênfase na educação ambiental, nos níveis formal, informal e profissional, como

alternativa para preservar o patrimônio natural explorado turisticamente. (Grupo 1)

39 - Elaboração dos planos regionais voltados para o desenvolvimento e para a viabilização da exploração econômica do turismo, bem como para o apoio aos já existentes, sob a responsabilidade do Poder Executivo. (Grupo 1)

40 - Inclusão, no planejamento estratégico do turismo, da definição e do mapeamento de áreas e circuitos com vocação turística, com a previsão e a organização do aporte de investimentos na sua infra-estrutura, na sua divulgação e na qualificação de recursos humanos. (Grupo 1)

41 - Elaboração de estudos de impacto ambiental e de relatórios de impacto ambiental (EIA e RIMA) das atividades turísticas, verificada sua pertinência normatizada pelo COPAM. (Grupo 1)

42 - Criação e execução, pelo Governo do Estado, em parceria com as prefeituras municipais e com a iniciativa privada, de programa institucional de conscientização turística, que envolva, entre outros, os seguintes segmentos: escolas, sindicatos, clubes de serviço, entidades comunitárias, prestadores de serviços de atendimento ao turista (taxistas, policiais, garçons e outros). (Grupo 3)

43 - Privatização da gestão do Minascentro e do futuro Centro de Exposições. (25% dos votantes). (Grupo 4)

D) Recursos Humanos

44 - Obrigatoriedade de os órgãos públicos das administrações direta e indireta que tenham como objetivo ou atividade o planejamento, a organização e o desenvolvimento da atividade turística contarem, em seus quadros de pessoal, com profissionais de nível superior na área de turismo, responsáveis pela elaboração e coordenação dos projetos. (Grupo 3)

45 - Os órgãos e as entidades das administrações direta e indireta que tenham como objetivo ou atividade o planejamento, a organização ou o desenvolvimento da atividade turística deverão ter em seus quadros de pessoal, preferencialmente, profissionais com formação superior em turismo, os quais serão responsáveis pela elaboração e pela coordenação dos projetos. (Grupo 4)

46 - Valorização e qualificação dos quadros profissionais e modernização dos recursos tecnológicos das instituições oficiais direta ou indiretamente relacionadas à pesquisa, à preservação ou à difusão do patrimônio turístico do Estado. (Grupo 1)

47 - Criação, no âmbito do Estado e dos municípios, de mecanismos de incentivo às empresas que investirem na preparação de recursos humanos e na valorização profissional. (Grupo 3)

48 - Incentivos aos agentes públicos e privados que atuam com treinamento, com vistas à ampliação de programas de qualificação e requalificação profissional, expandindo-os por todos os pólos turísticos do Estado. (Grupo 3)

49 - Introdução, no ensino básico, da atividade turismo, em abordagem interdisciplinar, observando-se as especificidades regionais. (Grupo 3)

50 - Implantação, na capital e no interior, de cursos técnicos de 2º grau na área do turismo, com prioridade para as regiões que se constituem em pólos turísticos, levando-se em conta os perfis profissionais requeridos pelo mercado de trabalho. (Grupo 3)

51 - Encaminhamento à União de proposta de reorganização estrutural do ensino superior de turismo, de forma a atender à real demanda profissional, à pesquisa e à extensão. (Grupo 3)

52 - Incentivo à criação de cursos de pós-graduação na área de turismo. (Grupo 3)

53 - Valorização do profissional Guia de Turismo, exigindo-se que, na autorização para saída de ônibus pelo DER-MG, conste o nome do guia e o número de seu crachá emitido pela EMBRATUR. O não-cumprimento dessa exigência implicará multa para a empresa responsável. (Grupo 1)

E) Incentivos e Recursos

54 - Destinação de recursos do Fundo de Turismo (discutido na CTI 5 e 6) para manutenção e conservação do patrimônio cultural e natural utilizado pela indústria do turismo. (Grupo 1)

55 - Ampliação da dotação orçamentária dos organismos oficiais do Estado voltados - de forma direta ou indireta - para a pesquisa, a preservação ou a difusão do patrimônio turístico mineiro. (Grupo 1)

56 - Aumento da cota de participação do turismo nos recursos orçamentários do Estado de 0,005% para 1,2%, os quais serão destinados a investimentos. (Grupos 5 e 6)

57 - Inclusão, no orçamento do Estado para 1996, de recursos destinados ao FASTUR no valor de, no mínimo, R\$5.000.000,00 dos R\$18.000.000,00 propostos originalmente pelo BDMG à SEPLAN. (Grupos 5 e 6)

58 - Alteração da legislação estadual relativa ao FIND-PROIM - respeitado o disposto na legislação federal, que equipara o turismo às demais atividades industriais - com o objetivo de estender ao setor de turismo os financiamentos e os benefícios desse fundo. (Grupos 5 e 6)

59 - Alocação de recursos, no orçamento do Estado, ao FUNDESE, no valor de

R\$4.000.000,00 para o financiamento de pequenas e microempresas, incluindo pousadas e outros estabelecimentos de hospedagem, bem como equipamentos de transporte de grande e médio porte destinados ao turismo (ônibus, microônibus, vans, etc.). (Grupos 5 e 6)

60 - Destinação dos recursos da venda ou do arrendamento de hotéis do Estado (Grande Hotel de Araxá e Palace Hotel de Poços de Caldas) para investimento no setor de turismo, obedecendo-se à seguinte distribuição: 40% para ressarcimento dos investimentos realizados pela COMIG, 40% para destinação ao FASTUR e 20% para aplicação em atividades turísticas nas cidades de Araxá e Poços de Caldas. (Grupos 5 e 6)

61 - Reivindicação, junto ao Governo Federal, do aumento para R\$10.000.000,00 dos recursos aplicados pelo FUNGETUR em Minas, que foram de R\$4.700.000,00 em 1995. (Grupos 5 e 6)

62 - Destinação de parte dos recursos do ICMS, gerados adicionalmente por projetos de implantação e expansão das empresas de prestação de serviços, como energia elétrica, telecomunicações, transportes, etc. para o fortalecimento do FASTUR. (Grupos 5 e 6)

63 - Recomendação, aos municípios mineiros com potencial turístico e com potenciais ainda não explorados, de criação de incentivos semelhantes ao PRÓ-INDÚSTRIA, com vistas à composição de fundos municipais destinados ao financiamento de projetos turísticos de seu interesse. (Grupos 5 e 6)

64 - Constituição pelo setor privado - com a contribuição da rede hoteleira e dos demais agentes de prestação de serviços - de um fundo de apoio ao desenvolvimento turístico para a implementação de iniciativas como o Minas Convention Bureau, a execução de campanhas de "marketing", a promoção turística por via da Internet, etc. (Grupos 5 e 6)

65 - Criação de um fundo com recursos do Estado e da iniciativa privada para instalação de centros receptivos em localidades de reconhecida vocação para o ecoturismo, destinado a garantir o uso sustentado do atrativo. (Grupos 5 e 6)

66 - "Facilitação às entidades do interior do acesso à informação sobre recursos e mecanismos de financiamento oferecidos pelos bancos estatais por meio de suas agências nas diversas cidades mineiras." (Grupos 5 e 6)

67 - Destinação de recursos do orçamento da Secretaria de Estado de Comunicação Social - SECOM - para a divulgação do produto turístico na Internet. (Grupos 5 e 6)

68 - Destinação de recursos da PRODEMGE para a instalação de BBS ("Bulletin Board System"), com vistas à integração técnica à Internet. (Grupos 5 e 6)

69 - Criação de mecanismo associativo dos diversos agentes privados do turismo, tais como Fundação Rio Congressos e Eventos e Rio Convention Bureau, com vistas ao desenvolvimento do setor. (Grupos 5 e 6)

F) Outras Propostas

70 - Inclusão das seguintes propostas específicas como indicação aos Poderes Legislativo ou Executivo, nas três esferas da Federação, e à iniciativa privada, para comporem programas ou projetos e estabelecerem ações vinculadas às políticas básicas aprovadas para o setor: (Grupo 2, com o apoio e aprovação dos grupos 5 e 6)

I - formação, na SELT, de um grupo técnico de turismo composto pelos órgãos que têm interface com a atividade turística, como o IBAMA, o IEPHA, o DER, o IEF, a UTRAMIG, o SENAC, etc;

II - criação, na Assembléia Legislativa, de comissão específica para turismo;

III - levantamento de informações sobre a oferta e a demanda turística em Minas Gerais;

IV - criação de sistema de estatística de turismo;

V - instalação e operação de postos de informação turística informatizados, com vistas a modernizar e ampliar a difusão de informações sobre a oferta turística;

VI - desenvolvimento de campanhas de conscientização sobre a importância do turismo como fator de desenvolvimento econômico;

VII - melhoria da estrutura viária de interesse turístico;

VIII - reavaliação da legislação pertinente a transportadoras turísticas;

IX - adoção de normas rígidas de controle do transporte clandestino de passageiros;

X - incentivo à melhoria do sistema de transporte;

XI - garantia da implantação de serviços de infra-estrutura em pólos turísticos e melhoria dos já existentes;

XII - incentivo à expansão da capacidade hoteleira;

XIII - incentivo à construção de hotéis de categoria cinco estrelas, considerando a demanda já existente e a que vier a existir, com a criação do centro de feiras e o conseqüente aumento da realização de congressos;

XIV - estímulo à pesquisa e à difusão de informações sobre as cozinhas mineira e italiana;

XV - estímulo e incentivo aos restaurantes especializados em comida mineira e italiana;

XVI - atração dos fluxos turísticos, estimulando o consumo de bens e serviços e o

aumento do tempo médio de permanência dos turistas;

XVII - implantação de equipamentos de lazer e turismo destinados aos segmentos de menor poder aquisitivo;

XVIII - implantação de projetos de sinalização turística urbana e rodoviária;

XIX - obrigatoriedade da inclusão de plataformas de embarque e desembarque de passageiros e de pátios de manobras ou estacionamento para ônibus nos projetos de centros de convenção e feiras e nas imediações de locais e equipamentos turísticos;

XX - valorização das linhas intermunicipais que atendem às cidades históricas ou aos pontos turísticos;

XXI - criação do Minas Convention & Visitors Bureau;

XXII - realização de eventos culturais, de lazer e de negócios;

XXIII - estímulo à capacitação de eventos;

XXIV - construção de centro de convenções ou parques de exposições e feiras em locais de interesse turístico, estimulando o desenvolvimento do turismo regional;

XXV - construção do centro de feiras de Belo Horizonte;

XXVI - incentivo ao "marketing" turístico das regiões-pólo do Estado, facilitando sua incrementação. O desenvolvimento das diversas regiões se fundamentará em suas características peculiares;

XXVII - inclusão dos programas e dos projetos sugeridos no Plano de Ação da AMPAC - 1995/2000 - nas discussões das diretrizes de ação para desenvolvimento do turismo mineiro, destacando-se:

- criação de, no mínimo, 8 roteiros turísticos da cachaça;

- divulgação da cachaça como produto turístico mineiro, por meio da realização de campanhas promocionais e da participação em feiras e exposições;

- apoio e incentivo à realização de eventos e feiras de promoção e venda da cachaça, a exemplo do Festival da Cachaça de Sabará;

- criação do Museu e da Biblioteca da Cachaça;

- criação do Dia Nacional da Cachaça.

XXVIII - estímulo e incentivo à formação e aperfeiçoamento de mão-de-obra;

XXIX - divulgação da legislação relativa à profissão de guia de turismo e do relacionamento comercial entre agências de turismo e seus usuários;

G - Incentivos Tributários e Creditícios

XXX - financiamento para a implantação, melhoria e aperfeiçoamento de restaurantes e equipamentos de entretenimento e lazer;

XXXI - criação de linhas de crédito para financiamento da compra de imóveis onde se localizam restaurantes de categoria turística;

XXXII - reavaliação das taxas estaduais e municipais incidentes sobre o transporte turístico rodoviário;

XXXIII - incentivo fiscal para estimular a ação dos operadores de turismo receptivo;

XXXIV - estímulo e incentivo fiscal para agentes e prestadores de serviço que operam turismo receptivo. (Grupo 2, com apoio e aprovação dos Grupos 5 e 6)"

Essas propostas, inclusas na Proposição nº 70, foram apoiadas e aprovadas pelos Grupos 2, 5 e 6.

A Sra. Coordenadora (Deputada Elbe Brandão) - Concedemos a palavra aos coordenadores dos grupos de trabalho, que disporão de 6 minutos cada um. Com a palavra, o Sr. Celso Morandi, Coordenador do Grupo 6.

Palavras do Sr. Celso Morandi

Em primeiro lugar, gostaria de parabenizar a Deputada Elbe Brandão pela sua brilhante idéia, que culminou neste seminário, bem como à Assembléia Legislativa por ter apressado a sua realização, pois me parece ser este um momento único na história do Legislativo mineiro, quando se discute um plano de desenvolvimento do turismo, de caráter geral, proveniente da sociedade. Estamos votando uma série de assuntos que, provavelmente, definirão o futuro do nosso setor nas próximas décadas. Sempre questionamos ao poder público a falta de apoio ao turismo, a falta de incentivo, a falta de linhas claras de financiamento e de fomento. Mas, agora, temos a oportunidade de deixar de criticar e partirmos para a ação. Agora, estamos sendo ouvidos.

Portanto, não vou me delongar neste assunto. Gostaria apenas de chamar a atenção dos votantes sobre a importância e a seriedade deste documento. Desde o início, há cinco meses, este foi um seminário transparente e democrático, pois prevaleceu o ponto de vista da maioria, independentemente de o tema ser polêmico ou não. Chegou, então, o momento da votação, de definirmos o futuro do nosso segmento. Ele começa a ser decidido daqui a pouco, pelo voto. Repito: vamos ter de partir para a ação e parar de criticar. Gostaria, apenas, de pedir aos votantes que prestassem bastante atenção no que irão votar, que peçam destaque daquilo que julgarem necessário. Que Deus nos ajude. Que hoje seja elaborado um documento que resolva, definitivamente, o problema do nosso setor. Muito obrigado.

A Sra. Coordenadora - Agradecendo a intervenção do Sr. Celso Morandi, queremos manifestar o reconhecimento do setor ao trabalho que a Assembléia Legislativa efetuou

com relação ao turismo. Gostaríamos, também, de agradecer aos nossos colegas, Deputado Sebastião Navarro Vieira, nosso grande incentivador nesse trabalho, Deputados Ajalmar Silva, Aílton Vilela, João Leite e Paulo Piau, que estiveram conosco no início da discussão sobre o turismo. Com a palavra, o coordenador do Grupo 5, Sr. Fábio Borém.

Palavras do Sr. Fábio Borém

Sr. Presidente, Sra. Coordenadora, Deputada Elbe Brandão, meus senhores, minhas senhoras, estamos chegando ao momento final desta plenária, que é, exatamente, o da consolidação das propostas discutidas anteriormente, desde as CTIs até os grupos de trabalho que se reuniram anteontem e ontem.

É para mim uma satisfação muito grande estar aqui. Gostaria de ratificar o que disse sobre a perspectiva do esforço comum - que se percebe neste seminário - dos órgãos do Governo e da iniciativa privada. Vejo isso de uma maneira muito saudável. Só a título de referência, já que participei dos Grupos de Trabalho 5 e 6 - que dizem respeito a recursos e incentivos - e por ser do BDMG, gostaria de reafirmar a importância das propostas desses dois grupos, exatamente para que tenhamos condições de viabilizar as sugestões decorrentes do seminário, e levá-las à consideração do Legislativo estadual. Sem esses recursos, realmente o setor ficará dependente sem condição para a efetiva implantação dos seus projetos e programas.

Para que os senhores tenham uma idéia, o BDMG tem despendido esforços no sentido de apoiar o segmento. A par das dificuldades, da escassez dos recursos, temos procurado buscar esses recursos em todas as fontes disponíveis, na maioria das vezes, no âmbito federal, por intermédio do BNDES. Entretanto, sendo a demanda superior à oferta de recursos, há uma necessidade de se priorizarem alguns investimentos. Acredito que, com o resultado deste seminário, possamos, com inteligência e criatividade, identificar novas fontes de recursos para dar suporte ao setor.

Agradeço a oportunidade e parabênzo a Mesa pela condução dos trabalhos. Muito obrigado.

A Sra. Coordenadora - Agradecemos a intervenção do Sr. Fábio e passamos a palavra ao Sr. Geraldo de Magalhães Filho, coordenador do Grupo 4.

Palavras do Sr. Geraldo Paulo de Magalhães Filho

Nossos cumprimentos ao Presidente da Mesa e aos demais componentes. Senhoras e senhores, poderia parecer que o nosso seminário teria seu término no dia de hoje, mas não vejo dessa maneira. Acredito que concluimos a segunda fase, talvez a mais importante, justamente no momento que tivemos a oportunidade de discutir, pela primeira vez, o que ocorre no setor de turismo, graças à iniciativa da Assembléia Legislativa, por solicitação da Deputada Elbe Brandão.

Já foi dito e salientado, por diversas vezes, a importância deste seminário para que possamos colocar o turismo em lugar de destaque. Não podemos tratar o turismo na forma de apêndice, como vem sendo feito, nem podemos ter uma legislação que é uma verdadeira colcha de retalhos. Por outro lado, não vamos nos iludir. Não tenhamos ilusão. Temos que transformar este seminário numa câmara permanente de acompanhamento. Não é só a Comissão de Representação que irá trabalhar. Todos nós temos que trabalhar, cada um, evidentemente, defendendo seus interesses mas com o objetivo muito maior, que é a nossa atividade. É claro que, se queremos, como ficou bem ressaltado durante todo o nosso trabalho, que o turismo tenha reconhecimento, é necessário o acompanhamento no dia-a-dia. Não vamos nos iludir. Estamos apenas cumprindo etapas. O seminário não termina hoje. Ele começa a sua terceira fase hoje.

É claro que estaremos sempre renovando as nossas esperanças porque - já foi dito, mas tenho que repetir - na atividade do turismo há grande perspectiva de desenvolvimento do Estado de Minas Gerais e do nosso País. Basta que o reconheçamos como atividade séria e que tenhamos os pés bem firmes no chão. Basta que cada um cumpra a sua parte.

Em caráter especial, gostaria de salientar uma de nossas propostas: a criação de uma comissão permanente de turismo nesta Casa. Essa comissão será o nosso maior canal de comunicação com o Poder Legislativo.

Agradeço a atenção, desejando bom proveito e boa interpretação de todo o nosso trabalho, de modo que possamos ter uma documentação que represente as nossas ânsias e as nossas expectativas.

A Sra. Coordenadora - Esta coordenadoria agradece o pronunciamento do Sr. Geraldo de Magalhães Filho, coordenador do Grupo 4, e passa a palavra ao Sr. Moisés Pereira de Barros, coordenador do Grupo 3, que também disporá de 6 minutos para sua intervenção.

Palavras do Sr. Moisés Pereira de Barros

Deputado Sebastião Navarro Vieira, coordenador dos trabalhos desta Mesa, Deputado Wanderley Ávila, Deputada Elbe Brandão, cuja iniciativa nos permitiu chegar a este momento de extrema importância para o segmento turístico mineiro, meus companheiros de grupo de trabalho, senhoras e senhores, vou-me ater ao documento de cuja importância já se falou, assim como se falou das dificuldades enfrentadas, em certos momentos, para a interpretação ou o entendimento de várias das propostas que aqui

estão.

A oportunidade que tivemos da leitura de item por item parece ter-nos aclarado as expectativas sobre que propostas devemos conduzir e aprovar.

Conquanto os itens que tratam da formação de recursos humanos sejam específicos do Grupo de Trabalho 3, procuramos ter uma visão da necessidade macro que se apresenta ao Estado em relação ao pessoal devidamente qualificado para atuar no segmento turístico. É nossa preocupação que, no sistema de ensino, sejam formalizados aqueles cursos mais perenes, os cursos regulares, de forma a atender a essa demanda, e a propiciar ao segmento turístico mão-de-obra com condições de atuar na moderna realidade.

Estamos tratando não só da formação profissional de nível médio mas também da formação profissional de nível superior, de sentido mais amplo, a qual, no momento oportuno, terá sua regulamentação que desça aos detalhes e possa atender às especificidades de oferta de pessoal devidamente qualificado para o mercado.

Quanto à qualificação profissional, que diz respeito a um atendimento mais imediato e rápido, temos a certeza de que diversas entidades, no Estado, já vêm trabalhando com tal objetivo. Precisamos apoiá-las e organizar alguns grupos de cursos, conquanto só com uma participação mais efetiva do Governo, venhamos a ter condições de realizar nosso trabalho de forma a atender o segmento turístico em suas necessidades.

Peço a atenção dos senhores para que essas propostas sejam interpretadas da forma ampla como estão sendo sugeridas e que, no momento oportuno, sejam feitas regulamentação e os detalhamentos necessários. Muito obrigado.

O Sr. Coordenador (Deputado Sebastião Navarro Vieira) - Com a palavra, o Dr. George Norman Kutova, coordenador do Grupo 2, que disporá de 6 minutos.

Palavras do Sr. George Norman Kutova

Sr. Presidente, Srs. Deputados, companheiros, o turismo mineiro passou de locomotiva do turismo brasileiro à condição de vagão secundário dessa composição importante, que é a atividade do setor. De precursor e pioneiro da atividade turística no Brasil, o Estado de Minas passou a uma posição indistintamente secundária em relação às demais unidades da Federação, no que se refere ao desenvolvimento de turismo. Isso aconteceu a partir dos anos 70, coincidentemente, no momento que as outras unidades, inversamente, investiam maciçamente e se modernizavam em termos de estrutura para o desenvolvimento desse setor.

Temos questões acumuladas ao longo de mais de uma geração, que se constituem em permanente desafio, emperram e entram o processo de expansão setorial. Essa foi a diagnose que fez o Grupo de Trabalho 2, do qual fui coordenador.

A realização deste seminário se deu a partir da iniciativa da Assembléia, inspirada nessa operosa Deputada Elbe Brandão, que é uma das mais brilhantes conquistas que o setor de turismo gerou nos tempos recentes. A bancada legislativa de turismo é reduziíssima, não só no plano estadual mas também no plano municipal. Temos, em Belo Horizonte, um exemplo eloqüente mas isolado, o Vereador Márcio Cunha, ex-Secretário de Turismo de Belo Horizonte.

A reduziíssima bancada legislativa vinculada ao turismo agora poderá se transformar na expressiva e decisiva bancada da maioria do Legislativo a favor dessa atividade. Esse simples fato já constitui uma revolução: é um aspecto inédito no desenvolvimento da atividade política brasileira e abre um caminho, inequivocamente de grande dimensão, para todos nós. Não é a solução, mas é o princípio da solução.

O nosso grupo entendeu que a realização deste seminário foi uma oportunidade estratégica para que o setor, como um todo, num processo crítico e autocrítico, tentasse identificar e delinear rumos que lhe permitissem sair do engessamento a que se referiu o nosso operoso, competente e dedicado Secretário de Turismo, Deputado Ademir Lucas.

Durante este seminário, o operoso e eficaz Presidente da TURMINAS, Paulo Simão, e várias outras autoridades, como a nossa Superintendente de Turismo da SELT, Vanda Lacerda, se referiram ao espírito deste seminário, que é coerente com a revolução que representa a sua própria realização. O seminário foi marcado pelo espírito da integração, pelo espírito da afinidade de pensamento entre as entidades públicas direta ou indiretamente relacionados com a atividade turística. Pela primeira vez todas as instituições não governamentais e todas as entidades representativas da iniciativa privada em particular se afinaram no mesmo pensamento.

É preciso que esta oportunidade estratégica e este desafio, que vem embutido nela, sejam capitalizados de forma produtiva pelas conclusões a que chegaremos.

O espírito das propostas do Grupo de Trabalho nº 2 é o da síntese: partimos de uma legislação inibidora, inviável, de uma carência total de recursos, de uma estrutura oficial desvitalizada e enfraquecida em seus quadros técnicos e de uma confusão de objetivos, metas e propostas em programas de grandes dimensões e projetos de microespecificidade, para uma legislação sintética, moderna, inovadora, substantiva em suas definições de diretrizes e objetivos, na definição da estrutura que a executará, no sistema de atuação dessa estrutura e na definição das fontes de

recursos que poderão implementar essa ação, através de dez políticas básicas essenciais, que compõem o arcabouço de todos os componentes e segmentos da atividade turística.

Particularmente, fazemos um apelo aos nossos eleitores do Plenário, para que atentem para a proposta sintética do Grupo de Trabalho nº 2, que encerra um propósito preponderante: o da compatibilização da legislação estadual de Minas Gerais, referente ao turismo, com a legislação federal do setor, em nível nacional, aqui exposta com brilhantismo pela Sra. Márcia Kubitschek, autoridade que representou o Ministério da Indústria e Comércio, a EMBRATUR e a Secretaria de Turismo do Governo Federal.

É preciso que aproveitemos esta oportunidade e nos concentremos nos aspectos essenciais e remetamos para os programas e projetos específicos, para a deliberação desta estrutura funcional, dividida em termos de deliberação, paritariamente, em matéria de decisões com a iniciativa privada, todos os programas e projetos específicos para que possamos dar um exemplo ao País de que não podemos lutar apenas pela mudança da legislação, mas devemos fazer a transformação de que precisamos.

Esta é a colocação do Grupo de Trabalho nº 2, para a qual solicito a aprovação do Plenário.

Suspensão da Reunião

O Sr. Coordenador - Esta coordenadoria vai suspender os trabalhos por 20 minutos para que sejam negociados os pedidos de destaque, que só podem ser apresentados pelos coordenadores de votação e após serem recebidas pela Mesa as emendas aditivas ou modificativas, se houver.

Esta coordenadoria solicita que na reabertura dos trabalhos os coordenadores de votação ocupem os primeiros lugares do Plenário para facilitar os nossos trabalhos. Avisa, também, que reabriremos os trabalhos já na fase de discussão e votação do projeto de proposta como um todo, que será colocado primeiro em votação, salvo os destaques e as emendas, se houver. Na votação das emendas, esta coordenadoria entende que somente anotar os números de votos obtidos por cada proposta destacada ou por cada emenda, para uma sistematização ao final da reunião, e aí, sim, fará a promulgação do resultado, porque há emendas sobre diversas propostas em que há conflito, ou similaridade, e nós promulgaremos, no final, a mais votada. Então, deixaremos de promulgar as propostas vencedoras. Após a votação, simplesmente anunciaremos o número de votos obtidos. A mais votada será promulgada ao final. Estão suspensos os trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos. Esta Presidência retorna a palavra ao Deputado Sebastião Navarro Vieira, coordenador dos trabalhos desta manhã.

O Sr. Coordenador - Esta coordenadoria informa ao Plenário que esta fase se destina à votação das propostas. Cada coordenador de votação disporá de 2 minutos para falar, um a favor e outro contra, sobre os destaques e as emendas apresentadas.

A coordenadoria vai submeter as propostas a votação em bloco, ou seja, a proposta como um todo, salvo destaques e emendas, que serão votados separadamente, "a posteriori". Como existem propostas conflitantes, esta coordenadoria não promulgará o resultado de cada votação de destaque ou emenda no ato da votação. Submeteremos a voto todas as propostas destacadas e as emendas. Ao final, promulgaremos as que obtiverem maior número de votos. Caso haja propostas conflitantes que recebam o mesmo número de votos, serão submetidas novamente a votação. A coordenadoria técnica estará analisando cada votação para que possamos sistematizar aquelas que obtiveram mais votos. Se ocorrer que duas propostas conflitantes tenham recebido aprovação, elas serão também submetidas ao Plenário, para que não haja conflitos.

Esta coordenadoria pede que os coordenadores de votação se identifiquem, ficando de pé. (- Pausa.) Podem se assentar. Solicita aos que têm direito a voto que se identifiquem, levantando seus cartões. (- Pausa.) Esta coordenadoria agradece a colaboração de todos.

Requerimentos de Destaques

O Sr. Coordenador - Esta coordenadoria passará, agora, a anunciar as propostas, pelos números. Os coordenadores de votação, neste momento, poderão pedir destaque, ao microfone, para identificarmos as propostas que serão destacadas. As propostas de emenda deverão ser entregues à Mesa, ao final do pedido de destaque ou ao longo do processo de solicitação de destaque.

O Sr. George Norman Kutova - Solicitaram-me que apresentasse à Mesa a seguinte questão de ordem: mais de um coordenador poderá pedir destaque; na hipótese de dois ou três o fizerem, supondo-se que todos sejam a favor, como seria o direito à defesa? Seria por precedência? Como seria dividido o tempo?

O Sr. Coordenador - É por precedência. Será a primeira solicitação, observando-se sempre, na discussão, um a favor e outro contrário. As demais ficarão prejudicadas.

O Sr. George Norman Kutova - Se houver apenas um pedido de destaque a favor, na hora de sua discussão poderá haver uma inscrição para manifestação contrária, ou vice-

versa?

O Sr. **Coordenador** - Evidentemente que sim.

O Sr. **George Norman Kutova** - Nesse caso, também será observado o critério da precedência?

O Sr. **Coordenador** - Sim, ele será observado. Esta coordenadoria passará, então, à leitura do número das propostas. Proposta nº 1. Algum dos senhores coordenadores de votação deseja destacá-la? Não é necessário encaminhar agora; vamos apenas anotar que a proposta está destacada.

O Sr. **Paulo Simão** - Paulo Simão, TURMINAS.

O Sr. **George Norman Kutova** - Eu também gostaria de pedir destaque para encaminhamento, Sr. Presidente. George Norman, UBRAFE.

A Sra. **Simone Araújo** - Simone Araújo, PROMINAS.

O Sr. **Coordenador** - Trata-se de questão de ordem?

A Sra. **Simone Araújo** - Trata-se de destaque.

O Sr. **Coordenador** - Para encaminhamento, já temos dois inscritos, os quais consulto para saber se são a favor da proposta ou contra ela.

O Sr. **George Norman Kutova** - Eu sou a favor.

O Sr. **Paulo Simão** - Sou contra.

O Sr. **Coordenador** - Dessa forma, não há possibilidade de novos pedidos.

Proposta nº 2. Algum dos senhores coordenadores de votação deseja destacá-la? (- Pausa.) Proposta nº 3. Algum dos senhores coordenadores de votação deseja destacá-la? (- Pausa.) Proposta nº 4. Algum dos senhores coordenadores de votação deseja destacá-la?

A Sra. **Alaís Maria Chaves** - Alaís, SINGETUR-MG. Contra.

O Sr. **Coordenador** - Alguém a favor? Destaque.

O representante da **Seção Comercial de Minas** - Seção Comercial de Minas, a favor.

O Sr. **Coordenador** - Proposta nº 5. Alguém deseja destacá-la? (- Pausa.) Proposta nº 6. Algum coordenador deseja destacá-la? (- Pausa.) Proposta nº 7.

O Sr. **George Norman Kutova** - Destaque, por favor.

A Sra. **Alaís Maria Chaves** - Destaque.

O Sr. **George Norman Kutova** - Para a UBRAFI, a favor.

A Sra. **Alaís Maria Chaves** - Contra.

O Sr. **Coordenador** - Solicito que o coordenador que solicitar o destaque já anuncie a sua posição, para orientação dos demais. Proposta nº 8.

O Sr. **Celso Morandi** - Destaque, contra, ABIH.

O Sr. **Coordenador** - Alguém deseja encaminhar a favor?

O representante da **ALBERMIG** - ALBERMIG, a favor.

O Sr. **Coordenador** - Proposta nº 9.

O Sr. **Celso Morandi** - Destaque, contra, ABIH.

O Sr. **Coordenador** - Alguém a favor? (- Pausa.) Proposta nº 10.

O Sr. **Celso Morandi** - Destaque, contra, ABIH.

O Sr. **Coordenador** - Alguém a favor? (- Pausa.) Proposta nº 11.

A Sra. **Alaís Maria Chaves** - Destaque, contra.

O Sr. **Celso Morandi** - Destaque a favor, ABIH.

O **Coordenador** - Proposta nº 12.

O Sr. **Celso Morandi** - Destaque, contra, ABIH.

O representante da **ALBERMIG** - Destaque, a favor, ALBERMIG.

O Sr. **Coordenador** - Proposta nº 13. Proposta nº 14.

A Sra. **Alaís Maria Chaves** - Quero fazer um destaque para emenda. Venho ao microfone e faço a mesma coisa?

O Sr. **Coordenador** - Não, apresente a emenda.

A Sra. **Alaís Maria Chaves** - Neste momento?

O Sr. **Coordenador** - Até o final da leitura das propostas para identificação de destaques.

A Sra. **Alaís Maria Chaves** - Sempre que quisermos emendas, teremos que vir ao microfone e falar?

O Sr. **Coordenador** - A proposta de emenda tem que ter o apoio da maioria dos coordenadores de votação e a aquiescência da Comissão de Representação e deve ser encaminhada à Mesa.

O Sr. **Coordenador** - Poderá anunciar a proposta de emenda.

O Sr. **George Norman Kutova** - Sr. Presidente, uma questão de ordem, a título de esclarecimento do Plenário. Esta também foi uma questão que omitimos: as emendas terão que ser apresentadas por escrito, com o acordo da Comissão de Representação e o apoio da maioria absoluta dos coordenadores de votação. Também terá que vir no mesmo documento. Essa é uma informação importante.

O Sr. **Coordenador** - Aí, ela ganha validade para ser colocada em apreciação, para discussão e votação.

Um participante - Talvez algumas pessoas do Plenário estejam com dúvida sobre a diferença entre destaque e emenda. Será que isso poderia ser esclarecido?

O Sr. Coordenador - Pois não. O destaque é de proposta já inserida no documento final, para que ela tenha votação em separado. A emenda é uma proposta nova que altera alguma proposta aprovada nos grupos de trabalho e nas plenárias que concluíram o trabalho desses grupos. Destaque é o que já está aqui, é só destacar para a votação em separado. Emenda é uma proposta nova, alterando ou suprimindo propostas.

A assessoria pede aos senhores coordenadores de votação que, ao solicitarem destaque, pronunciem mais lentamente, com bastante clareza, o seu nome, pois ela está encontrando alguma dificuldade no registro. É necessário dizer o nome da pessoa e o da entidade que representa. Proposta nº 13. (- Pausa.) Proposta nº 14. (- Pausa) Proposta nº 15.

O Sr. Celso Morandi - Contra, ABIH.

O Sr. Coordenador - Alguém a favor? (- Pausa.) A solicitação de destaque já está valendo também, evidentemente, para inscrição de encaminhamento a favor ou contra. Proposta nº 16.

A Sra. Aláís Maria Chaves - SINGETUR - Contra.

O Sr. George Norman Kutova - UBRAFE - Destaque a favor.

O Sr. Coordenador - Proposta nº 17. Proposta nº 18. Proposta nº 19. Proposta nº 20.

O Sr. George Norman Kutova - UBRAFE - Destaque contra.

O Sr. Coordenador - Proposta nº 21.

O Sr. George Norman Kutova - UBRAFE - Destaque contra.

O Sr. Coordenador - Proposta nº 22. Proposta nº 23.

O Sr. George Norman Kutova - UBRAFE - Destaque contra.

O Sr. Coordenador - Proposta nº 24.

O Sr. George Norman Kutova - UBRAFE - Destaque contra.

O Sr. Coordenador - Proposta nº 25.

O Sr. George Norman Kutova - UBRAFE - Destaque contra.

O Sr. Coordenador - Proposta nº 26.

O Sr. George Norman Kutova - UBRAFE - Destaque contra.

O Sr. Coordenador - Proposta nº 27.

O Sr. George Norman Kutova - UBRAFE - Destaque contra.

O Sr. Coordenador - Proposta nº 28.

O Sr. George Norman Kutova - UBRAFE - Destaque contra.

O Sr. Coordenador - Proposta nº 29. Proposta nº 30. Proposta nº 31.

A Sra. Aláís Maria Chaves - SINGETUR-MG - Destaque contra.

A Sra. Elisabeth Ribeiro - ABAV - Destaque a favor.

O Sr. Coordenador - Proposta nº 32.

A Sra. Aláís Maria Chaves - SINGETUR-MG - Contra.

A Sra. Elisabeth Ribeiro - ABAV/MG - A favor.

O Sr. Coordenador - Proposta nº 33. Proposta nº 34. Proposta nº 35. Proposta nº 36. Proposta nº 37. Proposta nº 38. Proposta nº 39. Proposta nº 40. Proposta nº 41. Proposta nº 42. Proposta nº 43.

A Sra. Aláís Maria Chaves - SINGETUR-MG - Destaque contra.

O Sr. Coordenador - Proposta nº 44.

O Sr. Sérgio - ABBTUR - Destaque contra.

O Sr. Coordenador - Proposta nº 45. Proposta nº 46. Proposta nº 47. Proposta nº 48. Proposta nº 49. Proposta nº 50. Proposta nº 51. Proposta nº 52. Proposta nº 53.

A Sra. Elisabeth Ribeiro - ABAV/MG - Destaque contra.

A Sra. Aláís Maria Chaves - SINGETUR-MG - Emenda a favor.

O Sr. Coordenador - Proposta nº 54. Proposta nº 56. Proposta nº 57. Proposta nº 58. Proposta nº 59. Proposta nº 60.

O Sr. Renato Caporalli - COMIG - Destaque.

O Sr. Coordenador - A favor ou contra?

O Sr. Renato Caporalli - Contra.

O representante da ALBERMIG - A favor.

O Sr. Coordenador - Proposta nº 61. Proposta nº 62. Proposta nº 63. Proposta nº 64. Proposta nº 65. Proposta nº 66. Proposta nº 67. Proposta nº 68. Proposta nº 69. Proposta nº 70.

Um representante - Uma emenda.

O Sr. Coordenador - Solicitamos que seja encaminhada à Mesa a proposta de emenda.

A Sra. Elisabeth Ribeiro - A ABAV-MG vai encaminhar a emenda.

O Sr. Coordenador - A coordenadoria esclarece que poderão ser apresentadas propostas de destaque para cada inciso da Proposta nº 70. Inciso nº 1.

Um representante - Uma emenda.

O Sr. Coordenador - Solicitamos que a emenda seja encaminhada.

O Sr. George Norman Kutova - Sr. Presidente, uma questão de ordem. Há a hipótese - é uma consulta à Mesa - de haver uma emenda aditiva à proposta como um todo, que representaria, por exemplo, a inclusão de um novo inciso? Quer dizer, pode-se fazer uma emenda aditiva incluindo-se mais um inciso?

O Sr. Coordenador - Agrupando-se numa proposta só, perfeitamente. Poderá ser

recebido pela Mesa. Inciso 2.

Um representante - Destaque a favor, UBRAFE.

O Sr. Coordenador - Incisos 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23 - com a correção para "captação", e não, "capacitação" -, 24, 25, 26 e 27.

Um representante - A favor, 27, AMPAQ.

A Sra. Elisabeth Ribeiro - A ABAV vai encaminhar emenda.

A Sra. Alais Maria Chaves - Uma emenda, também, SINGETUR, a favor.

O Sr. Coordenador - A favor, já existe inscrição. Incisos 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34.

O Sr. George Norman Kutova - Sr. Coordenador, solicito uma última questão de ordem. Qualquer autor de pedido de destaque poderá renunciar a esse pedido?

O Sr. Coordenador - Sem dúvida, até o momento.

A coordenadoria avisa que também receberá emendas durante o transcurso das votações.
Votação da Proposta, salvo Destaques e Emendas

O Sr. Coordenador - A coordenadoria vai colocar em votação a proposta global, salvo os destaques e as emendas que serão apresentadas, pois a Mesa ainda está recebendo emendas. Os participantes que quiserem aprovar a proposta, salvo os destaques e as emendas, levantem o cartão de votação. (- Pausa.) A Coordenadoria considera a proposta aprovada por unanimidade.

A equipe de apoio pede que se repita a votação para a contagem, visando à configuração de "quorum". Solicito novamente que levantem os cartões aqueles que quiserem aprovar a proposta. (- Pausa.) Podem abaixar os cartões. Participaram do processo de votação 129 votantes. A coordenadoria proclama que está aprovada a proposta, salvo os destaques e as emendas.

Discussão e Votação dos Destaques

O Sr. Coordenador - A Coordenadoria vai colocar em discussão os destaques. Destaque da Proposta nº 1. Para discuti-la, com a palavra, o Sr. Paulo Simão, da TURMINAS, que disporá de dois minutos. Esta coordenadoria solicita aos oradores que vão discutir os diversos destaques que se limitem ao tempo de dois minutos previsto pelo regulamento, para o bom andamento dos trabalhos. São muitas as propostas destacadas.

O Sr. Paulo Simão - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Coordenador, senhoras e senhores, o que me traz aqui é a apreciação do destaque da Proposta nº 1, para derrubar esse item. Sou a favor da fusão das duas empresas, pelo que vou expor a seguir.

Entendo que o turismo, da forma como está pensado neste momento em Minas Gerais, merece uma secretaria, um conselho estadual paritário que decida os destinos do turismo. Já disseram que a criação de uma secretaria seria algo contrário ao modernismo, ao Estado enxuto que se pretende hoje. Sou contra essa idéia, a partir do momento em que vejo no turismo a indústria que poderá ser, num futuro muito próximo, a maior, a melhor, a mais rentável e a mais produtiva de Minas Gerais. Acho que uma indústria desse porte merece ser tratada de maneira especial. A fusão que prego, da TURMINAS e da PROMINAS numa outra empresa, que poderá ter qualquer nome, está nessa linha da modernidade e do enxugamento. Aqueles que pensam que o fato de a PROMINAS ter recursos próprios a torna independente estão fora da realidade. Só como informação, a TURMINAS detém 90% das ações da PROMINAS. Se hoje há uma harmonia no Estado, que certamente continuará a existir até o final do Governo, não significa que nos próprios Governos não haja desarmonia. Quero dizer o seguinte: se um Presidente da TURMINAS, em assembléia geral, pode fazer o que bem quiser, pelo fato de deter quase 90% das ações, não há, de forma alguma, a independência da PROMINAS e a independência na aplicação de seus recursos.

Por outro lado, quando prego a fusão de duas empresas, prego uma fusão enxuta, com boa gerência, que, certamente, saberá respeitar os recursos próprios que ali serão alocados. E mais: penso, como empresário que sou, e dentro da linha de modernidade existente, que recursos como a PROMINAS e como o próximo centro de feiras deverão ter sua gestão privatizada ou, no mínimo, em co-gestão com a iniciativa privada. Se o Estado é capaz de fazer bem, seguramente a iniciativa privada fará muito melhor. Se os resultados hoje já são bons, numa gestão ou numa co-gestão com a iniciativa privada, os resultados serão melhores. Daí eu pregar a união das duas empresas, na certeza de que como uma empresa só, forte, fazendo todo o turismo, inclusive o de eventos de negócios, com a possibilidade de delegar concessão pública à gestão da iniciativa privada, teremos um desempenho melhor do turismo como um todo.

O Sr. Coordenador - Para discutir a favor, o Sr. George Norman Kutova, da OBRAF. A coordenadoria lembra aos oradores inscritos que o painel dispõe de um controle eletrônico de tempo e solicita novamente a colaboração de todos para o limite regulamentar de 2 minutos.

O Sr. George Norman Kutova - Sr. Presidente, a solicitação de destaque a favor foi para manter a integralidade da proposta do grupo que coordenamos e dos grupos que apoiaram, a fim de evitar - já que ela está em bloco - que sendo derrubada seja

derrubado todo o seu conteúdo e se aplique o efeito, que, depois, a Mesa vai esclarecer, chamado de prejudicialidade sobre a proposta específica seguinte. Por isso é que somos a favor.

Quanto à criação da Secretaria de Estado de Turismo, entendemos que a dimensão das perspectivas no turismo como atividade econômica socialmente relevante, de primeira grandeza e superior a todas as demais em nível internacional, para ser correspondida no plano das possibilidades de Minas Gerais, demanda, sim, uma estrutura própria. Se é para se enxugar a máquina administrativa, que se enxugue em áreas acessórias, ou, então, que se reconheça que o turismo não é prioritário.

O Sr. Coordenador - A coordenadoria vai colocar a proposta destacada em discussão. Encerra-se a discussão. Em votação. Aqueles que forem a favor da inclusão do dispositivo no documento final queiram levantar o cartão. (- Pausa.) Solicito, novamente, que se proceda à contagem dos votos. Aqueles que são contrários levantem o cartão. A coordenadoria anuncia que não proclamará o resultado da proposta vencedora, o que ocorrerá no final. Votaram a favor 113 participantes e votaram contra 9 participantes com direito a voto. A Proposta nº 2 já foi votada.

Destacada a Proposta nº 4. Com a palavra, a Sra. Aláís, para fazer encaminhamento contrário à proposta.

A Sra. Aláís Maria Chaves - Pergunto à Mesa se há possibilidade de passar a palavra a uma representante da PROMINAS. Com a palavra, a Sra. Simone.

O Sr. Coordenador - A coordenadoria avisa que o regulamento prevê que os coordenadores de votação poderão indicar qualquer dos votantes para falar em seu nome.

A Sra. Simone - A PROMINAS-Minascentro é contra a fusão das empresas TURMINAS e PROMINAS. Apesar de estas serem irmãs, lembramos que não são irmãs gêmeas.

A defesa do nosso amigo Paulo Simão em favor da fusão das duas é para que elas tenham a mesma finalidade e façam a mesma coisa. Elas não fazem a mesma coisa. A TURMINAS tem a função específica de desenvolvimento do macroturismo no Estado. A PROMINAS trabalha única e exclusivamente na captação e no turismo de negócios do Estado.

Além disso, não temos função burocrática. A TURMINAS tem uma função burocrática. O fato de ser a majoritária na PROMINAS permite-lhe definir o destino do recurso a ser aplicado dentro das funções específicas da PROMINAS. Não se pode desviar esse recurso para o macroturismo no Estado. É difícil nos mantermos com recursos próprios, porque ela não é uma empresa que dá lucros. Ela se mantém, paga a sua folha de funcionários e atende a contento ao turismo de negócios dentro do Estado, sendo o seu único recurso.

Solicitamos a não-fusão das duas empresas, em função de mantermos o único recurso que efetivamente tem garantido a vinda do turista a Minas Gerais, especificamente para o turismo de negócio. Além disso, considero a PROMINAS a única empresa que hoje tem garantido à rede hoteleira a sua ocupação durante praticamente todo o ano. Portanto, essa fusão prejudicaria a atividade da PROMINAS, porque a mistura de verbas retiraria a sua independência nessa atividade específica.

O Sr. Coordenador - Com a palavra, para discutir a proposta, o representante da Associação Comercial de Minas Gerais.

A coordenadoria solicita novamente aos oradores que se identifiquem, porque a equipe técnica não conseguiu anotar todos os nomes e entidades representadas.

O Sr. Geraldo Linhares Filho - Sr. Presidente, a Associação Comercial de Minas Gerais defende a fusão das empresas e a criação da Secretaria de Estado de Turismo. A defesa da criação dessa secretaria já foi brilhantemente feita pelo Sr. George Norman. Queremos o Estado mais Estado e menos empresário, daí defendermos a fusão das duas empresas, acreditando que questões circunstanciais não devem nortear a política de turismo do Estado ou a sua infra-estrutura. Se assim fosse, não estaríamos aqui discutindo o futuro do turismo em Minas. Por acreditar nessa possibilidade e em um Estado mais eficiente no seu todo, defendemos a fusão em uma única empresa.

O Sr. Coordenador - Encerra-se a discussão. Em votação, a Proposta nº 4. Aqueles que forem a favor da inclusão do dispositivo no documento final levantem o seu cartão. (- Pausa.) Aqueles que forem contra a inclusão do dispositivo no documento final levantem o seu cartão. (- Pausa.) Houve 13 votos a favor e 103 contra.

Proposta nº 7, destacada. Para encaminhar a votação, a favor, o Sr. George Norman, a quem passo a palavra.

O Sr. George Norman Kutova - Sr. Presidente, senhores participantes do seminário, o destaque a favor é uma manifestação de coerência do nosso grupo em relação à proposição que ele aprovou com a ratificação dos Grupos nºs 5 e 6. Entendemos que o Conselho Estadual de Turismo, definido na atual legislação com 33 membros, é antifuncional e inviável. Se ele vier a se instalar, pois não o foi ainda, apesar de a lei que o criou haver sido promulgada há quase dois anos, será extremamente difícil a produção de resultados, como, aliás, aqui afirmou o próprio Secretário de Esportes. Queremos a redução do número de conselheiros e a manutenção do caráter de paridade

que há hoje. Acreditamos que a redução deve chegar ao número mínimo de componentes possível, e, por isso, propusemos dez, com cinco representações, que entendemos serem fundamentais, para o poder público, nesse organismo, e cinco representações da iniciativa privada. A proposta envolve o mecanismo inovador da criação das câmaras setoriais, que seriam tantas quantas o legislador entender que deva instituir, mas que corresponderão às entidades privadas e às instituições não governamentais efetivamente existentes, comprovadas, em termos de atuação, por meio de critérios que o legislador definir. A definição, a esta altura, do tipo de representação específica das diversas câmaras setoriais, com seus representantes, que são em pequeno número - cinco no nosso caso -, seria uma precipitação, sem estudo e consulta democrática a todos os segmentos que representam o setor de turismo. Por isso, propomos - e pedimos destaque contrário a todas as demais emendas contraditórias - que seja aprovada a composição de um conselho funcional.

O Sr. Coordenador - Para discutir a proposta, com a palavra, a Sra. Alais, da SINGETUR.

A Sra. Alais - Nós participávamos do Conselho Estadual de Turismo quando ele foi implodido. Concordo com o Sr. Norman: 33 membros é um número exagerado. Não concordamos, porém, que se reduza a 1/3, mas, sim, à metade. O item 8 já prevê isso, pelo que registramos nossa discordância.

O Sr. Coordenador - Encerra-se a discussão. Em votação. Os que forem a favor da inclusão da Proposta nº 7 no documento final levantem seu cartão. (- Pausa.) Podem abaixá-lo.

A coordenação solicita aos auxiliares da equipe técnica na conferência de votação que, após contagem, eles mesmos solicitem ao setor contado que abaixe o cartão. Os que são contrários à inclusão queiram levantar o cartão. (- Pausa.) Votaram a favor 97 pessoas; votaram contra 6.

Proposta nº 8, destacada. Para encaminhar a votação o representante da ABIH.

O Sr. Celso Morandi - A ABIH é contra essa proposição, por um motivo simples. Em primeiro lugar, gostaria de deixar claro que, representando a ABIH, faço minhas as palavras do Sr. George Norman a respeito da composição do Conselho de Turismo. Precisamos de um Conselho pequeno, enxuto e ágil. Para ter agilidade, obrigatoriamente, tem de ser enxuto, e a paridade é extremamente importante para haver uma certa autonomia e facilidade de trabalho.

Embora a Proposta nº 8 proponha, também, paridade, sou contra, porque entendemos que a reunião de 14 pessoas, principalmente num conselho de turismo, vai dificultar os trabalhos, porque, freqüentemente, temos que viajar, buscar negócios, trazer recursos de fora. Nós não exportamos; ao contrário, buscamos pessoas para gastar aqui. Isso nos leva a viajar freqüentemente. Portanto, quanto maior for o número de pessoas no referido Conselho, menos representativo ele será, em função dessas viagens freqüentes.

O Sr. Coordenador - Para discutir a proposta, com a palavra, o representante da ALBERMIG.

O Sr. Geraldo de Magalhães Filho - Quando colocamos a proposta da redução para 14 como número ideal, tínhamos em mente, exatamente, a redução, porque achávamos absurdo o número de 33 pessoas.

O Conselho Estadual de Turismo existe há 30 anos. O que me chama mais a atenção é que hoje as pessoas que estão defendendo o enxugamento, de alguma forma ou em algum momento, participaram desse Conselho, e nunca atentaram para esses detalhes, tais como número de membros, espaço, etc. Hoje, estão preocupadas. Esta é a primeira questão.

A segunda é a seguinte: na proposta anterior, tivemos, muito claramente, o aspecto nominativo dos representantes dos órgãos da administração pública, mas não tivemos a mesma preocupação em relação à listagem das entidades da área privada. Por quê? Estamos procurando um Conselho ágil, representativo e, sobretudo, democrático; se indicaram do lado dos órgãos do Poder Executivo, por que não indicaram do lado da iniciativa privada?

O Sr. Coordenador - Encerra-se a discussão. Em votação. Aqueles que são a favor da inclusão da Proposta nº 8 no documento final levantem seus cartões. (- Pausa.) Votaram a favor 32 participantes. Os que são contrários queiram levantar seus cartões. (- Pausa.) Votaram contra 95 participantes.

Proposta nº 9, destacada. Para discutir a proposta, com a palavra, o Sr. Celso Morandi.

O Sr. Celso Morandi - A ABIH é contrária à Proposta nº 9, pura e simplesmente, por entender que ela e a nº 7 tratam, praticamente, da mesma coisa. A nº 7 é mais completa, pois define que serão cinco os membros representativos da iniciativa privada, compostos por câmaras setoriais de entidades representativas do segmento turístico. Portanto, somos contrários à Proposta nº 9, em função de a nº 7, que já foi aprovada, ser mais completa.

O Sr. Coordenador - Encerra-se a discussão. Em votação. Aqueles que são a favor da

inclusão da Proposta nº 9 no documento final queiram levantar o cartão. (- Pausa.) Nenhum voto a favor. Os que são contrários à inclusão queiram levantar o cartão. (- Pausa.) Votaram contra 113 pessoas.

Proposta nº 10, destacada. Para discuti-la, com a palavra, o Sr. Celso Morandi.

O Sr. Celso Morandi - Passo a palavra ao Sr. George Norman Kutova.

O Sr. George Norman Kutova - O destaque solicitado pela ABIH, que é endossado pela UBRAFE, refere-se ao fato de isso representar, no nosso entendimento, uma superposição à decisão anterior, já tomada, de que o Conselho faça parte da estrutura oficial do Estado, que tenha caráter deliberativo. No caso, estaríamos cometendo uma redundância, em relação, até mesmo, à especificidade da legislação que o institui, quer dizer, vamos votar a mesma coisa de uma maneira um pouco distorcida, porque, aqui, ainda nos referimos à Secretaria de Esportes; por isso somos contra.

O Sr. Coordenador - Encerra-se a discussão. Em votação. Aqueles que forem a favor da inclusão da Proposta nº 10 no documento final queiram levantar o seu cartão. (- Pausa.) Votaram a favor 6 pessoas. Os que são contrários queiram levantar o seu cartão. (- Pausa.) Votaram contra 110 pessoas.

Proposta nº 11, destacada. Para encaminhar a votação, com a palavra, o Sr. Celso Morandi.

O Sr. Celso Morandi - Por uma questão de coerência, já que fomos a favor da proposta com dez membros no Conselho de Turismo, voto, representando a ABIH, a favor desta proposta. Que sejam mantidos os dez membros, é lógico. Vale frisar que a proposta anterior já foi aprovada pela maioria.

O Sr. Coordenador - Parece-me que algum coordenador de votação se inscreveu para falar contra a proposta.

A Sra. Alais Maria Chaves - Retiramos o destaque contrário para sermos coerentes com o que já foi votado.

O Sr. Coordenador - Encerra-se a discussão. Aqueles que forem a favor da inclusão da proposta no documento final levantem o cartão. (- Pausa.) Votaram contra (...) participantes. Os que forem contra, por favor, queiram levantar o seu cartão. Votaram contra 7 participantes.

Proposta nº 12 destacada. Com a palavra, o representante da ALBERMIG, Sr. Geraldo Paulo de Magalhães Filho.

O Sr. Geraldo Paulo de Magalhães Filho - Sr. Presidente, por uma questão de coerência, retiramos o destaque, já que tivemos essa proposta, em termos mais significativos, anteriormente aprovada. E é claro que temos que nos ater aos aspectos democráticos.

O Sr. Coordenador - Fica retirado o Destaque nº 2.

Proposta número 15, destacada.

Um participante - Sr. Presidente, gostaria de ter um esclarecimento. Apesar de ser retirado o destaque, ele não teria que ser votado para vermos se vai permanecer ou não no documento final?

O Sr. Coordenador - O senhor tem razão, porque, quando esta coordenadoria colocou o projeto global em votação, já foram ressaltados os destaques, e esta proposta havia sido destacada.

A Coordenadoria retorna à votação da Proposta nº 12. Aqueles que forem a favor da inclusão desse dispositivo no documento final levantem o seu cartão. (- Pausa.) Votaram a favor 13 participantes. Os que foram contrários, por favor, queiram levantar o seu cartão. (- Pausa.) Votaram contra 102 pessoas.

Proposta nº 15. Para discuti-la, o Sr. Celso Morandi.

O Sr. Celso Morandi - As Propostas nºs 7 a 12 tratam do Conselho de Turismo e basicamente da mesma coisa: da composição ou não desse Conselho por dez membros, e da composição desse Conselho por cinco membros da iniciativa privada, eleitos através de câmaras setoriais, e cinco membros do poder público, como foi definido e aprovado na Proposta nº 7. Portanto, se as Propostas nºs 7 a 12 já aprovaram essa composição por dez membros - cinco membros do segmento público e cinco membros do segmento privado - , se já aprovaram quais as secretarias do segmento público e já aprovaram que, no segmento privado, eles serão eleitos através de câmaras setoriais, desculpem-me, mas acho que se torna desnecessária a discussão de uma proposta que viria modificar todas as demais que já trataram do assunto. Portanto, somos contra.

O Sr. Coordenador - Não há outro orador inscrito. Encerra-se a discussão. Em votação. Aqueles que forem a favor da Proposta nº 15 queiram levantar seu cartão. (- Pausa.) Votaram a favor seis pessoas. Os que forem contrários, por favor, levantem seu cartão. (- Pausa.) Votaram contra 127 votantes.

Proposta nº 16, destacada. Para discuti-la, a representante da SINGETUR.

A representante da SINGETUR - Destaque retirado.

O Sr. Coordenador - Há outro orador inscrito. Com a palavra, para discutir, a favor, o Sr. George Norman.

O Sr. George Norman Kutova - Acho que dispensa justificativa. Apenas para ser coerente com a proposta, como ela não foi incluída na aprovação preliminar em bloco,

pedimos o destaque, para que ela seja incluída no documento. Somos a favor. Gostaríamos apenas de sugerir à comissão técnica da Assembléia que acrescentasse a palavra "privada" junto a "iniciativa". Trata-se de iniciativa privada. Parece-me que foi uma omissão datilográfica.

O Sr. Coordenador - Encerra-se a discussão. Em votação. Os que forem a favor da Proposta nº 16 queiram levantar seu cartão. (- Pausa.) Votaram a favor 118 votantes. Os que forem contrários, por favor, queiram levantar seu cartão. (- Pausa.) Votaram contra 3 senhores votantes. Esta coordenação anuncia que fica modificada a proposta, por erro de impressão, acrescentando-se a palavra "privada".

Proposta nº 20, destacada. Para discutir, o Dr. George Norman.

O Sr. George Norman Kutova - A posição da nossa entidade, que representa a posição dos grupos de trabalho nºs 2, 5 e 6, tem uma intenção de simplificar, já explicitada na defesa, não só de ordem geral, a respeito das decisões tomadas por esses grupos, mas também de caráter específico, quanto à discussão anterior dos destaques já apreciados pelo Plenário.

Entendemos que, na medida em que se vai redefinir a legislação, de maneira extremamente sintética, com diretrizes, objetivos e essencialidades, devemos transferir determinados detalhes desta atribuição ao legislador, que os colocará, no projeto de lei, o qual teremos a oportunidade de acompanhar em sua tramitação, de discutir e de tentar influenciar.

Há em várias propostas semelhantes a esta - para as quais pedimos destaque a fim de encaminhar contra - uma série de propriedades, mas há também uma série de omissões. Achamos que a existência de omissões para essa especificação, que não é essencial no momento, indica a conveniência, coerentemente com as aprovações já procedidas por este Plenário, de se votar pela exclusão desta e das demais propostas que serão defendidas em termos de posição contrária que tenham analogia com essa matéria.

O Sr. Coordenador - Não há outro orador inscrito. Encerra-se a discussão. Em votação. Aqueles que forem a favor da inclusão da Proposta nº 20, no documento final, levarem seu cartão. (- Pausa.) Votaram a favor 5 senhores votantes. Aqueles que forem contrários, por favor, queiram levantar o seu cartão (- Pausa.) Votaram contra 102 dos senhores votantes.

Proposta nº 21. Para discutir, o Dr. George Norman.

O Sr. George Norman Kutova - As razões de nossa posição contrária também à inclusão desta proposta no documento são as mesmas já apresentadas na proposta, anterior e, evidentemente, não vamos ser ociosos. Queria apenas destacar que entendemos terem essas propostas origem na intenção extremamente positiva de algumas pessoas altamente qualificadas, versadas na matéria de preparação de documentos desse gênero, as quais, anteriormente à realização das reuniões centrais do seminário, formularam, em termos de sugestões ou minutas de anteprojeto de lei, aquilo que traduziu o espírito que depois, nós entendemos, veio a ser ratificado e simplificado nas propostas de vários grupos. Por isso, somos contra a inclusão desta proposta, como já dissemos, e de propostas semelhantes neste documento.

O Sr. Helvécio - Peço a palavra, Sr. Coordenador.

O Sr. Coordenador - Perfeitamente; o senhor tem a palavra, embora não esteja inscrito. O regulamento prevê um a favor e um contra.

O Sr. Helvécio - SINDPAS - A proposta foi feita com o intuito de oferecer subsídios à Assembléia referentes ao que é o resumo do pensamento do grupo. Se rejeitada, que entre pelo menos como um anexo ao resumo final do seminário, porque ela engloba, no bojo deste projeto, as atribuições que serão dadas ao Conselho e ao Secretário, para que se delineie o ponto de vista do setor privado com relação aos anseios de que seja feita uma legislação para o turismo em Minas Gerais.

Proponho que sejam mantidos os dois apenas como um subsídio a mais aos Deputados, e não como uma proposta global.

O Sr. Coordenador - Esta coordenação registra as palavras do participante e a elas responde como questão de ordem, baseado no § 6º do art. 15: "o signatário de proposta rejeitada que é considerada essencial poderá, a requerimento subscrito por, no mínimo, 50 votantes, representativo de, no mínimo, 10 entidades, fazê-la constar como anexo no documento final". Encerra-se a discussão. Em votação, a Proposta nº 21. Aqueles que forem a favor da inclusão da Proposta nº 21 no documento final levarem os seus cartões. (- Pausa.) Votaram a favor 10 participantes. Os que são contrários queiram levantar os seus cartões. (- Pausa.) Votaram 100 participantes.

Estando para se esgotar o tempo regimental da reunião, esta Coordenação solicita ao Presidente a prorrogação da reunião.

O Sr. Presidente (Deputado Wanderley Ávila) - Esta Presidência prorroga a reunião por uma hora e trinta minutos.

O Sr. Coordenador - Proposta nº 23, destacada. Para discuti-la, está inscrito o Dr. George Norman.

O Sr. George Norman Kutova - Tendo em vista a exigüidade do tempo, por coerência com tudo que já foi dito, somos contra a inclusão dessa proposta no documento.

O Sr. Coordenador - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação. Aqueles que forem a favor da inclusão da Proposta nº 23 no documento final levantem os seus cartões. (- Pausa.) Não houve voto a favor. Os que forem contrários, por favor, levantem os seus cartões. (- Pausa.) Votaram contra 99 participantes.

Proposta nº 24. Para discuti-la, o Dr. George Norman.

O Sr. George Norman Kutova - Sou contrário, também, pelos motivos já expostos e por coerência.

O Sr. Coordenador - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação. Os que forem a favor da inclusão da Proposta nº 24 no documento final levantem o seu cartão. (- Pausa.) Votaram a favor 5 participantes. Os que forem contra, por favor, levantem o cartão. (- Pausa.) Votaram em sentido contrário 108 participantes.

Proposta nº 25, destacada. Para discuti-la, o Dr. George Norman.

O Sr. George Norman Kutova - Vou abrir mão do privilégio e vou passá-lo ao Dr. Celso Morandi, da ABIH.

O Sr. Celso Morandi - Celso Morandi, Presidente da ABIH - Minas Gerais. Quando estávamos lendo essa proposta, fizemos uma má interpretação dela. Não só retiramos o destaque como somos favoráveis a ela.

O Sr. Coordenador - Encerra-se a discussão. Em votação. Os que forem favoráveis à inclusão da Proposta nº 25, por favor, levantem o seu cartão. (- Pausa.) Os que forem contrários, por favor, levantem o seu cartão. (- Pausa.) Foram contrários três participantes.

Proposta nº 26, destacada. Para discuti-la, o Dr. George Norman.

O Sr. George Norman Kutova - São as mesmas razões, mas merecem um acréscimo. Dr. Presidente, senhores e senhoras do Plenário, entendemos que, dentro da coerência já explicitada algumas vezes, aqui, de síntese da lei, devemos deixar ao legislador respeitar todas as decisões que aprovamos sobre todas as essencialidades e, particularmente, sobre a posição de importância do Conselho Estadual de Turismo paritário. Ele terá, portanto, uma divisão nas deliberações e uma parceria efetiva na responsabilidade que lhe caberá de aprovar programas e projetos oriundos do Poder Executivo, além de intervir nas discussões, no âmbito legislativo, se for o caso. Pensamos que isso não deve ser detalhado, como já explicitamos anteriormente. Um aspecto essencial contido na sugestão desse anteprojeto é o que se refere à definição de políticas básicas. Elas são as mesmas que aprovamos anteriormente. O projeto teve boa intenção, e é extremamente competente, mas, a nosso ver, contraria as conclusões de racionalidade já aprovadas pelo Plenário. Por isso, somos contra a inclusão dessa proposta no documento.

O Sr. Coordenador - Com a palavra, o Sr. Helvécio.

O Sr. Helvécio - Helvécio, SINDPAS. Pelos mesmos motivos externados da outra vez, em respeito inclusive ao Grupo 1, que votou por unanimidade a proposta de que se encaminhassem com o anexo os dois projetos de lei, volto a insistir em que se apresente à Assembléia, como sugestão, um projeto de lei, com as modificações que se fizerem necessárias, inclusive porque nessa minuta de lei há a consubstanciação de vários itens que já foram votados e aprovados. Apenas, transforma-se isso em projeto de lei. Peço, então, que seja encaminhado como forma de aditivo ou anexo ao documento.

O Sr. Coordenador - Encerra-se a discussão. Em votação. Aqueles que forem favoráveis à inclusão da Proposta nº 26 ao documento, queiram, por favor, levantar o cartão. (- Pausa.) Votaram a favor 15 votantes. Os que são contrários, por favor, queiram levantar o cartão. (- Pausa.) Votaram contrariamente à inclusão da proposta 94 votantes.

Proposta nº 27, destacada. Para discuti-la, está inscrito o Sr. George Norman Kutova.

O Sr. George Norman Kutova - As razões seriam as mesmas, Sr. Presidente. Em função da manifestação do nosso ilustre representante do SINDPAS a favor da inclusão, embora não vencedora no Plenário, coerentemente com as decisões sobre as propostas recém-reprovadas (nºs 23, 24 e 26), somos também contra a inclusão do documento por toda a justificativa já apresentada, mas queremos aditar um esclarecimento, que me parece importante.

No entendimento dos nossos grupos de trabalho, que votaram pelas propostas que se contrapõem a essa e às demais que o Plenário já derrotou, a função do Seminário é apresentar ao legislador proposições objetivas, que representem anseios e aspirações de todos ou da maioria do espectro do setor de turismo, não necessariamente na forma de anteprojeto de lei, uma vez que o legislador terá uma inequívoca competência para a sua formulação.

Pelas mesmas razões que o representante do SINDPAS evoca, e com as quais concordamos, já votamos isso. Já voamos a favor da maior parte do que está embutido nas sugestões da minuta do anteprojeto de lei. Então, já estamos dando ao legislador a nossa posição. Ao legislador competirá estruturar, com a nossa participação - já

que consta do regulamento que a Comissão de Representação deve acompanhar oficialmente os desdobramentos das conclusões deste Seminário. Devemos, então, ficar atentos à substância de nossas proposições. Por isso, nessa e nas demais questões semelhantes, estamos propondo a votação contrária à inclusão do documento.

O Sr. Coordenador - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação. Aqueles que forem favoráveis à inclusão da Proposta nº 27 ao documento, queiram levantar o cartão. (- Pausa.) Votaram a favor 6 votantes. Os que são contrários, por favor, queiram levantar o cartão. (- Pausa.) Votaram contrariamente à inclusão 95 votantes.

Proposta destacada nº 28. Para discutir, está inscrito o Sr. George Norman Kutova.

O Sr. George Norman Kutova - Em relação a essa proposta, Sr. Presidente, senhoras e senhores, propomos sua exclusão, ou seja, somos contrários à inclusão da proposta no documento, já por outra razão. É que ela é ociosa, já que apenas reproduz o imperativo constitucional já explicitado no art. 243 da Constituição do Estado de Minas Gerais, que incluiu o turismo no capítulo da ordem econômica, determinando, compulsoriamente, que todo o procedimento de planejamento e de execução seja feito de forma regional, através de planos voltados para o desenvolvimento e para a exploração do turismo.

Por isso, para sermos coerentes com a própria Constituição e não sermos redundantes em relação a ela, propomos a exclusão desse item do documento.

O Sr. Coordenador - Não há outro orador inscrito. Encerra-se a discussão. Em votação. Aqueles que forem a favor da inclusão do dispositivo no documento final levantem seu cartão. (- Pausa.) Votaram a favor 5 votantes. Os que são contrários queiram levantar o seu cartão. (- Pausa.) Votaram contrariamente 107 votantes.

Proposta destacada nº 31. Para discutir, com a palavra a Sra. Aláís Maria Chaves, da SINGETUR.

A Sra. Aláís Maria Chaves - Vou argumentar e gostaria que a Elisabeth, da ABAV, me ouvisse.

Ao contrário do que ocorre nos diversos Estados do País, em Minas Gerais conseguimos trabalhar em parceria com a ABAV.

Quando fizemos o destaque, não foi só pensando no nosso prejuízo, já que temos uma profissão regulamentada, e sim no prejuízo dos sargentos de viagem. Se não tivermos um lugar centralizado de onde os ônibus de turismo possam sair, vai ser uma dificuldade tremenda para continuarmos a empreender a fiscalização que temos conseguido, precariamente, fazer até aqui.

Há duas inserções aqui, a bem da verdade. O que estamos discutindo é a revogação do que torna obrigatório o uso do terminal turístico. Não importa que seja o terminal turístico ou que seja outro lugar. Precisamos que haja um local de onde todos os ônibus saiam, para facilitar a fiscalização, ainda mais que vocês estão, para ser aprovado, com um projeto de lei de regulamentação da profissão do agente de viagem. Como vêm, os interesses não conflitam; eles se casam. E nós precisamos exatamente desse ponto central, para que os ônibus saiam, o que vai beneficiar vocês, que representam o patronal, e a nós, os prestadores de serviços. O motivo não é contraditório. Parece-me que foi mal entendido. Vamos ver se conseguimos chegar num acordo.

Quanto à outra inserção, está tudo bem. Não há problema.

O Sr. Coordenador - Com a palavra, a Sra. Elisabeth Ribeiro, representante da ABAV.

A Sra. Elisabeth Ribeiro - Vamos ver se entramos num consenso e as duas retiram os destaques.

Somos totalmente a favor da posição da Aláís. Estamos, durante todo o seminário, procurando uma legislação dinâmica, moderna e eficaz, mas ela é uma camisa-de-força para todo o segmento do turismo, no que se refere à segunda parte, a do cadastramento de atividades de serviço de natureza turística. Ela torna obrigatórios o cadastramento e o recolhimento de mais taxas num setor já bastante sufocado.

A proposta da ABAV-MG quanto aos itens 31 e 32 é no sentido da revogação total do aproveitamento do conteúdo bom dessas duas legislações e de se jogar no próximo, na legislação que estamos propondo a partir de agora. Queremos a revogação total, para colocarmos os pontos bons que existem nela no que vamos sugerir futuramente. Temos que derrubar agora a parte prejudicial, que é muito forte, e propor depois a parte boa. Pediria a você, se possível, a retirada do contra do SINGETUR.

A Sra. Aláís Maria Chaves - Posso fazer a réplica?

O Sr. Coordenador - Nosso regulamento não prevê réplica.

A Sra. Aláís Maria Chaves - Ela está falando depois, "a posteriori". Mas isso é quando? Neste momento vem um outro item ou será daqui a 20 anos? Se for para daqui a 20 anos, sou a favor de que permaneça este aqui, por enquanto.

A Sra. Elisabeth Ribeiro - Aláís, não é daqui a 20 anos. A proposta de todos que estão participando do seminário é bem rápida. Essa documentação está sendo sugerida, e queremos que o mais rápido possível o setor seja reorganizado, através de uma legislação.

O Sr. Coordenador - Está esgotado o tempo de discussão. A coordenadoria colocará a proposta em votação. Aqueles que forem a favor da inclusão da Proposta nº 31 no documento final levantem o cartão. Votaram a favor 66 votantes. Aqueles que forem contrários levantem o cartão. Votaram contra a inclusão da proposição 33 votantes.

Proposta nº 32, destacada. Para discutir, com a palavra, a Sra. Aláís, do SINGETUR.

A Sra. Aláís Maria Chaves - Por coerência, devemos retirá-la, porque, no final, dará no mesmo.

O Sr. Coordenador - Retirado o destaque, a coordenadoria o submete a votação, a exemplo do fato anterior. Aqueles que forem a favor de sua inclusão no documento final levantem o cartão. Votaram a favor 75 votantes. Aqueles que forem contrários levantem o cartão. Votaram contra 16 votantes.

Proposta nº 43, destacada. Inscrita para falar a Sra. Aláís, do SINGETUR.

A Sra. Aláís Maria Chaves - Destaque retirado.

O Sr. Coordenador - Não há outros oradores inscritos. Em votação. Os que forem a favor da inclusão da Proposta nº 43 queiram levantar o seu cartão. (- Pausa.) Houve 56 votos a favor. Os que forem contra a inclusão da Proposta nº 43 queiram levantar o seu cartão. (- Pausa.) Houve 25 votos contra a inclusão da proposta.

Proposta nº 44, destacada. Para discutir, o Sr. Sérgio Fernando, representante da ABBTUR.

O Sr. Sérgio Fernando - A entidade é contrária à inclusão visto já ter sido aprovada, no documento final, a Proposta nº 45, que vai ao encontro dos anseios da entidade.

O Sr. Coordenador - Não há outro orador inscrito. A coordenadoria vai colocar em votação a Proposta nº 44. Aqueles que forem a favor de sua inclusão no documento final levantem o seu cartão. (- Pausa.) Houve 2 votos a favor. Aqueles que forem contra a inclusão da Proposta nº 44 no documento final queiram levantar o seu cartão. Houve 113 votos contra a inclusão.

Proposta nº 53, destacada. Para discutir, a Sra. Elisabeth Ribeiro, representante da ABAV.

A Sra. Elisabeth Ribeiro - Temos destaque contra. Não somos contra o conteúdo aí exposto, mas contra a colocação da Proposta nº 53 no corpo do documento. A solicitação da ABAV é a de que esse conteúdo fosse incluído nas sugestões finais.

Aproveito a oportunidade para perguntar à Mesa como poderíamos proceder para incluir esse conteúdo nas sugestões finais.

O Sr. Coordenador - A coordenadoria esclarece - como já esclareceu ao Presidente do SINDPAS - que essa situação está expressamente prevista no regulamento do seminário. O § 6º do art. 15 do regulamento do seminário diz o seguinte: "O signatário de proposta rejeitada que a considerar essencial poderá, a requerimento subscrito por, no mínimo, 50 votantes representativos de, no mínimo, 10 entidades, fazê-la constar como anexo do documento final." O regulamento prevê essa alternativa. Para discutir, com a palavra a Sra. Aláís Maria Chaves.

A Sra. Aláís Maria Chaves - Só queria entender o posicionamento da ABAV, por intermédio da Beth. Qual é a diferença entre constar aqui e constar no final? Também não entendi qual é esse final. Já existe uma lei federal. O que queremos é que haja uma fiscalização. Como vai haver essa fiscalização? O DNER é espalhado pelo País, e poderíamos contar com essa fiscalização em todas as regiões. Hoje, nossa dificuldade é tremenda para fazer com que a legislação federal seja cumprida. É uma contravenção penal, por exercício ilegal da profissão - art. 47 -, mas nem a polícia consegue prender o contraventor em flagrante. Precisamos, então, de uma normatização sobre isso, para que a lei seja cumprida. Pedi que se fizesse uma emenda aditiva, porque não se trata apenas de ônibus. Quando se falou sobre isso, esqueceram de falar sobre o transporte aéreo, que, pela legislação federal, tem de ter um guia. No entanto, a passagem do guia é vendida ou dada, de cortesia, para qualquer pessoa. Essa é a dificuldade que estamos tendo.

Para que lutamos tanto em Brasília, para se conseguir uma lei federal, se esta não é cumprida? Precisamos, então, de mecanismos para atingir esse objetivo. Talvez esta seja a hora certa de se fazer alguma coisa. Há dois anos foi aprovada essa lei e, até hoje, nada acontece. O turista continua prejudicado, assim como as agências de viagem. O "picareta" tira o turista das agências de viagem, trabalha mal e, assim, o turista não volta. Acho que temos de somar esforços para conseguir alguma coisa, e a nossa lei beneficia vocês também, e você, Beth, sabe disso. Obrigada.

O Sr. Coordenador - Encerra-se a discussão. Em votação. Aqueles que forem favoráveis à inclusão da Proposta nº 53 no documento final queiram levantar seu cartão. (- Pausa.) Os que forem contrários queiram levantar seu cartão. (- Pausa.) Houve 77 votos a favor e 30 votos contra.

Proposta nº 60, destacada. Para discutir, o representante da COMIG.

O Sr. Renato Caporalli - Sr. Presidente, senhores membros do Plenário. A Diretoria da COMIG discutiu essa proposta e tinha uma observação importante a fazer. Não vamos insistir sobre o fato de que, no corpo do documento, a COMIG é a única empresa que

tem suas receitas vinculadas para apropriação.

Não vamos insistir sobre o fato do processo decisório normal de toda empresa, porque a diretoria é que faz proposta ao corpo de conselho de administradores e, se tiver que decidir, isso é submetido ao conselho de acionistas.

Não vamos insistir sobre a arbitrariedade das porcentagens: por que 40, 40 e 20, e não 35, 35, 30 ou qualquer outra porcentagem? Ela foi puramente opinativa, foi um chute, pois não existe nenhum estudo técnico que designe que assim deva ser feito ou possa ser feito.

A COMIG insiste sobre uma questão de princípio, para a qual gostaria da maior atenção dos senhores. Está sendo colocado pela população brasileira, reiteradamente reforçado em sufrágios universais, que as empresas públicas têm que ter uma administração racional e governada por critérios econômicos nos seus recursos. Ora, esse tipo de decisão incide sobre a nossa liberdade e sobre o nosso dever. Portanto, como corpo de Diretores, cabe-nos fazer uma gestão a mais racional possível, segundo os interesses da empresa e, nesse caso, segundo o interesse do Estado. A COMIG reafirma que está disposta a investir no turismo, como está investindo pesadamente. Aqui, fala-se em venda ou arrendamento dos hotéis. Se o Grande Hotel de Araxá for vendido por um preço, e os 40% não forem suficientes para gastar o que hipoteticamente tenhamos gasto, teremos realizado imediatamente um prejuízo.

O Sr. Coordenador - Com a palavra, para discutir, o representante da ALBERMIG.

O Sr. Geraldo Magalhães - Quando colocamos a proposta foi principalmente para que o setor de turismo pudesse ter mais uma fonte de recursos. O chute verdadeiro não é sobre o aspecto técnico, mas sobre o aspecto de determinação, não sei se por parte da administração pública ou da diretoria da COMIG, em função de absorver a HIDROMINAS. Ora, senhores, a HIDROMINAS foi criada há 35 anos - e hoje está extinta em função dessa absorção pela COMIG - para fomentar e desenvolver o turismo em Minas Gerais. De repente, por diversas circunstâncias, vamos encontrar, em duas administrações anteriores, a venda de parte do patrimônio da HIDROMINAS. Hoje, nos encontramos numa situação em que, com a realização de contratos de arrendamento, a COMIG é favorecida. Ninguém discute o problema de ressarcimento dos investimentos feitos pela COMIG. O que estou discutindo é que todo esse volume de investimentos realizado por ela vai ter um final. E a COMIG, então, vai começar a usufruir de percentuais de volumes de recursos. Uma empresa de mineração, absorvendo uma empresa da área de turismo, viria a se beneficiar de um instrumento ou de patrimônio dessa área. Isso não está certo. Agora, quanto a estabelecer critérios técnicos em relação ao chute de 40%, isso é fácil, desde que comecemos a fazer o diálogo.

O Sr. Coordenador - Encerra-se a discussão. Os que forem a favor da inclusão da Proposta nº 60, no documento final, queiram levantar seus cartões. Votaram a favor 14 pessoas. Os que forem contrários à inserção da Proposta nº 60 no documento final queiram levantar o seu cartão. (- Pausa.) Votaram contra 83 pessoas.

Proposta nº 70, destaque para o Inciso II. Com a palavra, para discuti-la, o Sr. George Norman Kutova.

O Sr. George Norman Kutova - Sr. Presidente, demais participantes, a inclusão deste inciso referente à reivindicação junto à Assembléia Legislativa do desmembramento do setor de turismo da sua Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Turismo e Lazer, é coerente com a responsabilidade do setor de turismo com todas as dialéticas já apresentadas antes e durante este seminário, com todas as proposições e questões.

Por um equívoco da coordenação do Grupo de Trabalho nº 2, pela qual fui responsável, essa proposta se inseriu como proposta específica complementar num conjunto de outras propostas que, por serem específicas, foram remetidas a uma única proposição. Mas a relevância dela é tão extraordinária quanto a daquelas a que nós, do mesmo grupo, demos peso de grande importância. Entendemos, até, as demais atitudes aprovadas pelo Plenário. Da mesma forma que entendemos que, se o setor é importante, merece uma estrutura importante, ainda mais no âmbito do Legislativo, que tem a possibilidade de definir o destino do segmento turístico.

Então, ao pedir destaque para manifestar-me sobre este inciso, gostaria de realçar a importância que tem para nós a criação de uma comissão específica para turismo, no âmbito da Assembléia Legislativa, e desculpar-me por esse equívoco.

O Sr. Coordenador - Encerra-se a discussão. Em votação o inciso II da Proposta nº 70. Aqueles que forem favoráveis à sua inclusão no documento final queiram levantar o seu cartão. (- Pausa.) Votaram a favor 92 pessoas. Os que forem contrários queiram levantar o seu cartão. (- Pausa.) Nenhuma pessoa votou contra.

Inciso XXVII da Proposta 70. Para discuti-lo, com a palavra, o Sr. Rodrigo Teixeira de Figueiredo, Diretor Cultural da AMPAQ.

O Sr. Rodrigo Teixeira de Figueiredo - A AMPAQ existe há oito anos, buscando resgatar a tradição da cachaça como bebida genuinamente brasileira, sobretudo pela importância sócio-econômica da produção de aguardente no Estado, que hoje é de 6 mil alambiques, gerando, aproximadamente, 160 mil empregos. Buscamos o estímulo ao turismo gastronômico, cultural e rural, o que implicaria no desenvolvimento dessas

atividades que a AMPAQ propõe no documento. A produção de aguardente contribui para que se mantenha no campo o trabalhador que, durante a seca, fica sem condições de continuar alimentando o seu gado, pois, nesse período, ela passa a ser fonte de subsistência.

Por esses motivos, isso seria muito interessante e cabível nos roteiros turísticos regionalizados.

O Sr. Coordenador - Encerra-se a discussão. Em votação. Aqueles que forem a favor da inclusão desse dispositivo no documento final, por favor, levantem o cartão. (- Pausa.) Votaram a favor 45 participantes. Aqueles que forem contra, queiram levantar o cartão. (- Pausa.) Votaram contra 30 participantes.

Discussão e Votação das Emendas

O Sr. Coordenador - Chegou à Mesa apenas uma proposta de emenda. A Coordenadoria solicita à Deputada Elbe Brandão que leia o enunciado da emenda apresentada em Plenário.

A Deputada Elbe Brandão - Emenda aditiva à Proposta nº 70, com o seguinte teor: regulamentação do jogo de cassino nas instâncias hidrominerais.

O Sr. Coordenador - A emenda veio inscrita na forma do regulamento desse seminário e é acatada pela Mesa.

A Coordenadoria pergunta ao Plenário se há algum coordenador de votação interessado em discutir a proposta de emenda. Destaque a favor. Para discutir, o Sr. George Norman Kutova.

O Sr. George Norman Kutova - Sr. Presidente, senhoras e senhores, a nossa posição em relação a essa matéria, cuja emenda aditiva nós subscrevemos e defendemos, é a de sermos coerentes, eliminando a falsidade, a demagogia e a retórica, que tanto condenamos, no equacionamento dos problemas relativos ao turismo. A discussão sobre se jogo é ou não motivador de turismo é uma discussão ociosa, provinciana, a despeito de alguns ex-Presidentes da EMBRATUR a terem defendido. Entendemos que essa discussão demonstra falso moralismo e não tem a menor coerência com a jogatina instalada legalmente no País, por meio de uma série de loterias que, por sinal, não contêm os mecanismos para defesa do apostador que o jogo via cassinos poderá instituir. A entidade que represento tem defendido essa posição em várias manifestações.

A outra discussão sobre a influência nociva do jogo, em relação a vários aspectos da marginalidade também já está, comprovadamente, demonstrada como ociosa. O maior centro de convenções, a maior alavanca de turismo de negócios do mundo é a cidade de Las Vegas, que tem o maior conjunto de centros de convenção e congressos, internacionalmente falando. A prova da arrecadação e dos benefícios que representa a instituição do jogo de cassinos como fator polarizador da movimentação de correntes turísticas já foi inequivocamente, incontestavelmente, inquestionavelmente apresentada em todos os foros técnicos e profissionais que se reuniram no País para discutir esse assunto.

No momento, o Congresso Nacional debate essa matéria, com tendência favorável à sua aprovação. O que entendemos é que, para sermos coerentes, precisamos incrementar o turismo também através dos cassinos.

O Sr. Coordenador - Esta coordenadoria pergunta ao Plenário se há algum outro orador interessado em falar de forma contrária à emenda. (- Pausa.) Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A coordenadoria vai colocar a proposta de emenda em votação.

Uma participante - Eu apenas gostaria de saber o nome da entidade que apresentou essa emenda.

O Sr. Coordenador - ABAV-MG.

Em votação. Aqueles que forem favoráveis à inclusão da presente emenda à Proposta nº 70 queiram levantar seus cartões. (- Pausa.) Votaram a favor 88 pessoas. Os que forem contrários, por favor, levantem seus cartões. Com a palavra, pela ordem, o Dr. Maurício.

O Sr. Maurício - Maurício, do IEF. Estamos colhendo assinaturas para uma proposta de emenda, mas ainda não tivemos tempo hábil para conseguir todas elas. Assim, embora V. Exa. tenha dito que não havia nenhuma outra emenda, há, sim, uma outra, para a qual estamos colhendo as assinaturas, e que gostaríamos de encaminhar à Mesa. Essa emenda coloca como anexos os arts. 25 e 26, que foram suprimidos.

O Sr. Coordenador - Enquanto a Mesa estiver procedendo ao processo de discussão e votação, ela estará aberta ao recebimento de propostas de emendas. Esta coordenadoria pergunta a V. Sa. se sua solicitação diz respeito ao § 6º do art. 15, para colocá-lo no anexo.

O Sr. Maurício - Exatamente.

O Sr. Coordenador - Nesse caso, não se trata de emenda e não vai a votação. Desde que o requerimento seja subscrito por, no mínimo, 50 votantes, representativos de, no mínimo, 10 entidades, ele deverá constar no anexo do documento final. Nesse caso, trata-se tão-somente de um requerimento, não de uma proposta de emenda.

O Sr. Maurício - Então, podemos encaminhá-lo, mesmo encerrados os trabalhos?

O Sr. Coordenador - Não, apenas até o final dos trabalhos, porque a proposta do seminário, ao final desta nossa reunião, já será entregue ao Sr. Presidente da Assembléia Legislativa. Aí há o encerramento do seminário. Até o final dos trabalhos, a Mesa receberá o requerimento de V. Sa. Votaram de forma contrária à emenda 6 votantes.

Proposta de Emenda nº 2, emenda aditiva à Proposta nº 70. No inciso I, solicita a inclusão de representante dos trabalhadores. A coordenadoria indaga ao Plenário se algum dos coordenadores de votação desejam usar a palavra para discutir a proposta. Com a palavra, V. Sa., para discutir. Dispõe de 2 minutos.

A Sra. Alais Maria Chaves - Vocês vão me desculpar, mas a gente tem que se dividir em 150 pessoas ao mesmo tempo. Então, ficamos sem saber a que acudir primeiro. É sobre qual emenda?

O Sr. Coordenador - É a emenda que inclui a representação de trabalhadores.

A Sra. Alais Maria Chaves - Entendemos aqui que só há o IBAMA e outros. E não queria que o nosso ficasse no etc. Gostaria que o nosso também fosse mencionado como trabalhador. Ainda mais que sai fora um pouco do âmbito, porque há IBAMA, IEF, DER, UTRAMIG, SENAC etc. Gostaria que antes do etc., incluíssem o SINGETUR-MG e, depois, pode-se colocar o etc.

O Sr. Coordenador - A proposta que está em votação não especifica a inclusão de guias turísticos, mas sim a inclusão de representantes dos trabalhadores.

A Sra. Alais Maria Chaves - Tudo bem, aí entramos nessa. Até fica melhor, porque fica mais amplo, e teremos mais representantes lá.

O Sr. Coordenador - A coordenadoria indaga se algum dos coordenadores de votação pretende discutir de forma contrária. (- Pausa.) Não havendo quem queira discutir, a coordenadora vai colocar a Proposta de Emenda nº 2 em votação. Os que desejarem aprová-la, por favor, queiram levantar o seu cartão. (- Pausa.) Votaram a favor 39 pessoas. Os que desejam rejeitá-la, por favor, queiram levantar o seu cartão. (- Pausa.) Votaram contra 22 votantes.

Proposta de Emenda nº 3, que propõe a adição ao art. 14 da expressão "Prefeituras de municípios turísticos". A coordenadoria indaga do Plenário se há algum coordenador de votação interessado em discutir a matéria.

A Sra. Alais Maria Chaves - Foi uma proposta de emenda nossa, para ser coerente, porque como é que se vai fazer a inclusão de um representante das Prefeituras no Conselho Estadual de Turismo? Parece que passou despercebido que seriam as Prefeituras de interesse turístico, senão todas vão querer o direito. A nossa sugestão é que se incluísse a expressão "Prefeituras de municípios turísticos" para que fosse viável.

O Sr. Coordenador - Para discutir, com a palavra, o Sr. Celso Morandi.

O Sr. Celso Morandi - Eu acrescentaria uma nova redação: Prefeituras de cidades que têm potencial de turismo de lazer e de negócios, porque Belo Horizonte, mesmo, tem capacidade de turismo de negócios; de lazer, não tem. Partindo do princípio da proposição anterior, Belo Horizonte está incluída. E eu não concordo. Então, a minha proposta é: Prefeituras de cidades que tenham potencial turístico de lazer e de negócios.

O Sr. Coordenador - A proposta de emenda expressa Prefeituras de municípios turísticos. Aí seria uma modificação na emenda.

Em votação, a Proposta de Emenda nº 3. Os votantes que desejarem aprová-la queiram levantar seus cartões. (- Pausa.) Os votantes que desejarem rejeitá-la queiram levantar seus cartões. Votaram a favor 54 votantes, e votaram contra 11 votantes.

De posse da Mesa a última proposta de emenda, que trata da valorização do profissional guia de turismo, exigindo-se que na autorização para saída de ônibus pelo DER-MG conste o nome do guia, o número de seu registro pela EMBRATUR e a obrigatoriedade de se definir quem multará. Deixamos claro que há legislação federal exigindo a presença do guia de turismo junto ao turista.

Estou pedindo auxílio da assessoria técnica para ver se esta proposta de emenda não trata de matéria já votada.

A coordenadoria já entendeu. É uma emenda aditiva, acrescentando a obrigatoriedade para, também, o AL.

A Sra. Alais Maria Chaves - Isso para ser coerente com a lei federal, porque o guia de turismo tem que ficar junto ao turista. E, como a proposta só visava o ônibus terrestre, para que não fique falho o item, gostaríamos que acrescentassem para o AL, também. Isso para reforço dessa legislação federal, a fim de que, pelo menos no Estado de Minas, a lei passe a funcionar.

O Sr. Coordenador - Está esclarecido. V. Exa. tem a palavra, para falar contrariamente.

O Sr. Geraldo Linhares Filho - Obrigado, Sr. Presidente. É uma outra questão de ordem. Queria saber se essas emendas têm que obedecer ao § 5º do art. 15.

O Sr. Coordenador - Sim, perfeitamente.

O Sr. Geraldo Linhares Filho - Obrigado.

O Sr. Coordenador - Todas preencheram a formalidade regimental, estando endossadas devidamente. Encerra-se a discussão da Proposta de Emenda nº 4. Em votação. Os que estiverem de acordo com a inclusão dessa proposta de emenda, adicionando, também, o AL, por favor, queiram levantar seus cartões. (- Pausa.) Votaram a favor 74 votantes. Os que forem contrários, por favor, queiram levantar seus cartões. (- Pausa.) Votaram contra a proposta de emenda 3 votantes.

Esta coordenadoria vai promulgar o resultado das votações. A Proposta nº 1 foi aprovada. A Proposta nº 4, destacada, foi rejeitada. A Proposta nº 7 foi aprovada. A Proposta nº 8 foi rejeitada. A Proposta nº 9 foi rejeitada. A Proposta nº 10 foi rejeitada. A Proposta nº 11 foi aprovada na forma da Proposta nº 7. A Proposta nº 12 foi rejeitada. A Proposta nº 15 foi rejeitada. A Proposta nº 16 foi aprovada. A Proposta nº 20 foi rejeitada. A Proposta nº 21 foi rejeitada. A Proposta nº 23 foi rejeitada. A Proposta nº 24 foi rejeitada. A Proposta nº 25 foi aprovada. A Proposta de nº 26 foi rejeitada. A Proposta de nº 27 foi rejeitada. A Proposta de nº 28 foi rejeitada. A Proposta de nº 31 foi aprovada. A Proposta de nº 32 foi aprovada. A Proposta de nº 43 foi aprovada. A Proposta de nº 44 foi rejeitada. A Proposta de nº 53 foi aprovada. A Proposta de nº 60 foi rejeitada. A Proposta de nº 70, inciso II, foi aprovada. A Proposta de nº 70, inciso XXVII, foi aprovada. Foram também aprovadas as Emendas nºs 1 a 4. Todas as propostas de emendas apresentadas foram aprovadas. Está encerrado, portanto, o processo de votação.

O Sr. Geraldo de Magalhães Filho - Quero, ainda, voltar a essa questão. O § 5º diz que emendas aditivas e modificativas serão admitidas por acordo dos integrantes da comissão de representação.

Gostaria de um esclarecimento sobre esse acordo, porque eu não fui ouvido sobre as emendas, Sr. Presidente, mas sou da comissão de representação. Só fui ouvido sobre uma emenda que, por sinal, não entrou. Foi retirada.

O Sr. Coordenador - Existe assinatura da maioria dos membros da Comissão, o que pressupõe a sua aprovação.

O Sr. Geraldo de Magalhães Filho - Só para o meu entendimento, pergunto: qual é a diferença entre acordo dos integrantes e maioria dos coordenadores?

O Sr. Coordenador - A comissão de representação aprova o andamento da proposta de emenda, que deverá ser subscrita pela maioria dos coordenadores de votação. Há a associação das duas partes: a concordância da comissão de representação, pela maioria de seus membros, e o apoio pela maioria dos coordenadores de votação.

O Sr. Geraldo de Magalhães Filho - Vou sair do seminário sem entender o sentido da palavra acordo.

O Sr. Maurício - Sr. Presidente, não fiquei sabendo se o nosso encaminhamento foi aceito.

O Sr. Coordenador - Ele não chegou à Mesa até agora, e o processo está em encerramento. Ele está em suas mãos.

O Sr. Maurício - Não, ele já foi encaminhado. Está aí na Mesa.

O Sr. Coordenador - Se o seu requerimento veio devidamente apoiado, na forma do § 6º do art. 15, ele fará parte do anexo. Não é colocado em votação.

O Sr. Maurício - Não seria necessário verificar-se anteriormente para sabermos se ele está constando no anexo?

O Sr. Coordenador - Está aceito e será incluído no anexo, porque cumpriu as exigências do regulamento.

O Sr. Túlio Marques Lopes - Sr. Presidente, sou Túlio Marques Lopes, da Associação Mineira de Operadoras de Turismo Ecológico. Peço a V. Exa. a gentileza de que, a despeito desse anexo, se for possível, seja dito às pessoas presentes do que se trata, e o que entrou em forma de anexo. Muito obrigado.

O Sr. Geraldo Magalhães Filho - Sr. Presidente, gostaria de solicitar que, a cada uma das emendas aditivas ou modificativas aqui apreciadas, sejam divulgados os nomes das entidades que as apresentaram e das pessoas que assinaram pela comissão de representação.

O Sr. Coordenador - O documento está sobre a mesa, à disposição de todos os membros da comissão de representação para a verificação das assinaturas.

Esta coordenadoria solicita à Deputada Elbe Brandão que dê ciência ao Plenário, como solicitado, do teor da proposta inserida no documento final em anexo.

A Deputada Elbe Brandão - "Os abaixo assinados vêm solicitar a esta Assembléia a inclusão, em forma de anexo, dos itens 21 e 26, que poderão acrescentar e inspirar os Srs. Deputados na formulação final da lei."

O Sr. Coordenador - Encerrado o processo de votação, o próximo passo dessa reunião final do Seminário Turismo: Caminho das Minas será proceder à entrega do documento final do evento ao Presidente da Assembléia Legislativa. Portanto, neste momento, dou por encerrado o processo de votação. Proclamado o seu resultado, devolvo a palavra ao Presidente da reunião, 2º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Wanderley Ávila.

- Palmas.

O Sr. Presidente - Neste momento, temos o prazer de convidar o ilustre Deputado Agostinho Patrús, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, a adentrar o nosso recinto para receber o documento final deste seminário.

O Sr. Presidente (Deputado Agostinho Patrús) - Assumindo esta Presidência, devolvo a palavra ao coordenador dos trabalhos, Deputado Sebastião Navarro Vieira.

Entrega do Documento Final

O Sr. Coordenador - Para proceder à entrega do documento final, esta coordenadoria passa a palavra ao Sr. Daltro Nogueira, da FIEMG, Presidente da Comissão de Representação.

O Sr. Daltro Nogueira - Minhas senhoras e meus senhores, se o turismo mineiro fosse medido pelo relógio da história, ele demarcaria dois períodos distintos - o que antecedeu a este seminário e o que se inicia a partir de sua realização.

Inspirado originalmente numa iniciativa da Deputada Elbe Brandão - apoiada pela comunidade turística e endossada e ampliada pela decisão da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa - o seminário, por sua simples realização, é um inequívoco divisor cronológico da nossa história turística.

Pela primeira vez, uma Casa Legislativa - o mais legítimo de todos os foros - abre-se à discussão sobre o turismo e a sua importância estratégica como atividade de interesse comunitário. A decisão da Assembléia de promover este evento é incontestavelmente o marco inicial do novo tempo de Minas no turismo.

O marco seguinte foi o seminário:

- pela maciça e inédita mobilização de todos os setores envolvidos na atividade turística de Minas;

- pela amplitude, profundidade e realismo das discussões aqui realizadas - que se constituíram em processo crítico e de autocritica sem precedentes no setor;

- e, mais significativamente ainda, pela dimensão das suas decisões.

Daqui saem propostas práticas, simples e objetivas para equacionar todas as questões básicas do turismo mineiro, a começar pela reafirmação da sua importância política, como opção de desenvolvimento econômico e social sustentado:

- a proposta de uma nova legislação básica para o setor, que compatibilize a política estadual com a política federal de turismo, rompa o engessamento imposto pela lei do Planitur e supere o impasse operacional dela decorrente;

- a proposta de uma nova estrutura organizacional do Estado, que fortaleça os órgãos públicos setoriais e crie um mecanismo de integração entre o poder público e a iniciativa privada para uma participação efetiva e democrática da sociedade civil;

- a proposta de instrumentalização econômico-financeira que possa viabilizar as ações no setor;

- a proposta da adoção de um conjunto de políticas básicas que ordenem e racionalizem o processo de desenvolvimento setorial.

E várias outras propostas complementares que representam inestimável contribuição de todos os segmentos ao aperfeiçoamento e à expansão do turismo em nosso Estado.

Por tudo isso, estamos convictos de que a oportunidade oferecida por este seminário foi plenamente correspondida pela resposta da comunidade turística. Uma resposta que se deve ao empenho, à maturidade e à responsabilidade de todos os seus participantes:

- aos dedicados integrantes da Comissão Organizadora da Assembléia;

- aos membros das entidades e instituições públicas e privadas que compuseram as comissões técnicas e os grupos de trabalho;

- aos companheiros da Comissão de Representação que coordenou o evento;

- aos competentes técnicos e profissionais que convidamos para nos assessorar, aos conferencistas e convidados que valorizaram o seminário com sua participação e, principalmente, aos ilustres Deputados que nos honraram com o seu apoio.

Os modernos conceitos do associativismo, da parceria e da cooperação foram consagrados neste evento e, com eles, começamos a moldar um novo perfil do nosso setor.

Na verdade, aqui começamos a mudar a história do turismo de Minas. E daqui partimos, agora, para enfrentar um novo desafio - o de transformar em realidade todas as nossas decisões, para sermos contemporâneos do terceiro milênio. Com vontade política, com grande confiança e com muita esperança queremos, podemos e vamos conseguir abrir um caminho novo para o turismo. O novo caminho das Minas.

- Procedê-se à entrega do documento final, cujo teor é o seguinte:

"SEMINÁRIO LEGISLATIVO: "TURISMO: CAMINHO DAS MINAS"

PROPOSTAS PARA O DOCUMENTO FINAL

ÍNDICE

A - ESTRUTURA INSTITUCIONAL	3
B - LEGISLAÇÃO	8
C - DIRETRIZES DE AÇÃO POLÍTICA	12
D - RECURSOS HUMANOS	14
E - INCENTIVOS E RECURSOS	15
F - OUTRAS PROPOSTAS	18

A) ESTRUTURA INSTITUCIONAL

1 - Criação de uma estrutura oficial de turismo composta por:

- Secretaria de Estado de Turismo;
- Conselho Estadual de Turismo - CET -;
- Empresa Mineira de Turismo - TURMINAS -;
- Companhia Mineira de Promoções - PROMINAS (Grupo 2, com apoio e aprovação dos Grupos 5 e 6).

2 - Criação da Secretaria de Estado de Turismo (Grupos 1 e 4).

3 - Manutenção das empresas TURMINAS e PROMINAS - 25% dos votantes (Grupo 4, com o apoio dos Grupos 2, 5 e 6).

4 - Fusão das empresas TURMINAS e PROMINAS (Grupo 4).

5 - Competirá à TURMINAS a função de órgão executivo de programas e ações voltados para o desenvolvimento do turismo em Minas Gerais (Grupo 1).

6 - Competirá à PROMINAS a função de órgão executivo da política básica de incentivo ao turismo de negócios e de eventos (Grupo 1).

7 - Reestruturação do CET com a seguinte composição:

- 5 membros representantes da área pública das seguintes Secretarias de Estado:

- de Turismo;
- do Planejamento e Coordenação Geral;
- de Indústria e Comércio;
- da Cultura;
- de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;
- 5 membros representantes da iniciativa privada indicados e eleitos por câmaras setoriais.

A Presidência será exercida alternadamente por representantes do setor público e do setor privado.

As câmaras setoriais serão instituídas no âmbito do Conselho, representando os segmentos da iniciativa privada diretamente relacionadas às atividades turísticas (Grupo 2, com apoio e aprovação dos Grupos 5 e 6).

8 - Composição do CET por:

- 1 representante da Secretaria de Estado de Turismo;
- 1 representante da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral;
- 1 representante da Secretaria de Estado da Fazenda;
- 1 representante da Secretaria de Estado da Cultura;
- 1 representante da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio;
- 1 representante da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;
- 1 representante do Poder Legislativo;
- 1 representante do segmento de serviços;
- 1 representante do segmento de transporte;
- 1 representante do segmento de recursos humanos;
- 1 representante da imprensa;
- 1 representante do segmento de trabalhadores;
- 1 representante do segmento de eventos;
- 1 representante do segmento de patrimônio - 25% dos votantes (Grupo 4).

9 - Representação do Poder Executivo no CET a cargo das seguintes secretarias de Estado:

- I - de Esporte, Lazer e Turismo;
- II - de Planejamento e Coordenação Geral;
- III - de Indústria e Comércio;
- IV - de Meio Ambiente e de Desenvolvimento Sustentável;
- V - da Cultura. (Grupo 4)

10 - Atribuição de caráter deliberativo e controlador da política estadual do turismo e das ações dela decorrentes, em todos os níveis, ao CET, órgão integrante da estrutura orgânica da Secretaria de Esportes, Lazer e Turismo, ou do órgão que vier a suceder a ela - instituído pela Lei nº 8.502, de 19/12/83. (Grupo 4)

11 - Composição do CET por 10 membros, de forma paritária. (Grupo 4)

12 - Composição do CET, por 14 membros, de forma paritária (25% dos votantes). (Grupo 4)

13 - A composição do CET, aprovada pelo seminário, deverá ser instituída por meio de lei e não de decreto. (Grupo 4)

14 - Inclusão de 1 representante das Prefeituras no CET. (Grupo 4)

15 - Escolha dos representantes das entidades não governamentais junto ao CET, em número de 5, em assembléia convocada pela Secretaria de Estado de Turismo e fiscalizada por um representante do Ministério Público Estadual. (Grupo 4)

16 - Alternância de mandatos de representantes da iniciativa privada e do Governo na Presidência do CET. (Grupo 4)

17 - Eleição do Presidente do CET por voto secreto. (Grupo 4)

18 - Eleição da diretoria do CET na primeira reunião dos membros nomeados e

empossados. (Grupo 4)

19 - Assessoramento do CET por câmaras setoriais que serão regulamentadas em seu regimento interno. (Grupo 4)

20 - Agilização da constituição do CET, e sua urgente instalação, nos seguintes moldes:

I - nomeação de 5 membros da área governamental e 5 membros da área empresarial de turismo;

II - atribuição de competência deliberativa;

III - assessoramento por câmaras setoriais regulamentadas pelo regimento do CET;

IV - integração dos conselhos municipais de turismo com o CET;

V - eleição do presidente do CET por seus membros;

VI - atribuição ao Presidente do CET do voto de qualidade;

VII - representação do Poder Executivo no CET a cargo da futura Secretaria de Estado de Turismo e das Secretarias de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, de Indústria e Comércio, de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e da Cultura.

VIII - escolha dos representantes no CET das entidades não governamentais em assembléia convocada pela futura Secretaria de Estado de Turismo;

IX - eleição da diretoria do CET na primeira reunião dos membros nomeados e empossados;

X - competência para aprovação de programas e atividades voltados para o desenvolvimento do turismo em Minas Gerais. (Grupo 1)

21 - Sugestão de anteprojeto de lei que disponha sobre o CET: (Grupo 1)

"Art. 1º - O Conselho Estadual de Turismo - CET -, órgão integrante da estrutura orgânica da Secretaria de Estado de Turismo, instituído pela Lei nº 8.502, é órgão deliberativo e controlador da política estadual de turismo e das ações dela decorrentes em todos os níveis.

Art. 2º - Compete ao CET:

I - formular a política estadual de turismo e fixar as prioridades para a execução das ações e para a captação e a aplicação dos recursos;

II - deliberar sobre:

a) as propostas de planos estaduais e programas regionais de apoio e incentivo ao turismo como atividade econômica;

b) as propostas de criação e aperfeiçoamento de instrumentos de estímulo ao desenvolvimento turístico;

III - avaliar:

a) a proposta orçamentária anual para o setor de turismo, elaborada pela Secretaria de Estado de Turismo;

b) a execução da política, dos planos e dos programas estaduais e regionais de desenvolvimento turístico;

IV - oferecer sugestões sobre:

a) o calendário oficial de eventos turísticos do Estado;

b) as campanhas de divulgação, conscientização e defesa do patrimônio turístico;

c) a captação de novos investimentos para o setor turístico.

Art. 3º - O CET é composto por 10 (dez) membros, que representarão, paritariamente, o poder público e a sociedade civil.

§ 1º - Serão representantes do Poder Executivo o titular ou o servidor com poder de decisão dos seguintes órgãos:

a) Secretaria de Estado de Turismo e Serviços;

b) Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral;

c) Secretaria de Estado da Cultura;

d) Secretaria de Estado de Indústria e Comércio;

e) Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

§ 2º - As entidades não governamentais de produção, de defesa do patrimônio, de estudos e pesquisa e as representativas dos empresários e dos trabalhadores da atividade turística reunir-se-ão em fórum próprio, convocado pela Secretaria de Estado de Turismo e Serviços e fiscalizado por um membro do Ministério Público, para escolher os 5 (cinco) representantes da sociedade civil e respectivos suplentes.

§ 3º - Poderão ser escolhidas as entidades não governamentais legalmente constituídas em funcionamento no Estado há pelo menos 2 (dois) anos.

Art. 4º - Os membros do CET, titulares e suplentes, serão nomeados pelo Governador do Estado e terão mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

Art. 5º - Os membros, nomeados e empossados, elegerão, na primeira reunião do CET, seu Presidente, seu Vice-Presidente e seu Secretário-Geral.

Art. 6º - O membro do CET exercerá o mandato sem qualquer remuneração além da auferida no exercício de suas funções na entidade por ele representada.

Art. 7º - O CET, no desempenho de suas atividades, instituirá câmaras setoriais em número suficiente para as suas necessidades, contemplando os diversos segmentos operacionais.

Parágrafo único - O funcionamento das câmaras setoriais será regulamentado no

Regimento Interno do Conselho.

Art. 8º - A Secretaria de Estado de Turismo e Serviços fornecerá suporte técnico e administrativo para o funcionamento do CET.

Art. 9º - As normas complementares relativas às atividades do CET serão estabelecidas em seu Regimento Interno, que deverá ser elaborado e votado por seus membros no prazo de 60 (sessenta) dias a contar de sua nomeação.

Art. 10 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 11.477, de 1º de junho de 1994.

B) Legislação

22 - Alteração da Lei nº 11.483, de 7/6/94 (PLANITUR), transformando-a em legislação básica, compatível com a legislação federal e restrita a aspectos essenciais que estabeleçam:

- diretrizes e objetivos;
- estrutura oficial e seu sistema básico de atuação;
- fontes de recursos;
- políticas básicas (Grupo 2, com apoio e aprovação dos Grupos 5 e 6).

23 - Alteração da redação do art. 8º da Lei nº 11.483, de 7/6/94:

"Art. 8º - Caberá à Secretaria de Estado de Esportes, Lazer e Turismo, em sintonia com o Conselho Estadual de Turismo, a coordenação de todos os programas e atividades voltadas para o desenvolvimento do turismo em Minas Gerais.

§ 1º - Caberá à Empresa Mineira de Turismo - TURMINAS - a execução dos programas e ações voltados para o desenvolvimento do turismo no Estado.

§ 2º - Caberá à Companhia Mineira de Promoções - PROMINAS - a execução da política de incentivo ao turismo de negócios e de eventos." (25% dos votantes, Grupo 4).

24 - Modificação do texto da Lei nº 11.483, de 7/6/94, que trata do Plano Integrado para o Desenvolvimento do Turismo - PLANITUR -, de tal forma que ela disponha sobre as diretrizes, os objetivos e a organização da política estadual de turismo em MG. Esta proposição acima implica, automaticamente, a alteração da redação dos arts. 1º, 2º e 5º daquela lei (Grupo 4).

25 - Reavaliação do conjunto de leis, normas e resoluções relativas aos órgãos setoriais cuja atuação se reflita na política estadual de turismo - especialmente os das áreas cultural e ambiental - visando à superação de pontos críticos que sejam empecilho ao incremento do turismo mineiro, especialmente:

I - exclusão do art. 7º da Lei nº 11.483;

II - Alteração do texto da Lei nº 11.483, tornando compulsório o planejamento estratégico para a exploração econômica do patrimônio turístico, por meio da elaboração de planos diretores que definam responsabilidades, mecanismos e critérios de atuação dos agentes governamentais e não governamentais. (Grupo 1)

26 - Sugestão de anteprojeto de lei que disponha sobre as Diretrizes e Bases para o Desenvolvimento do Turismo em Minas Gerais e dê outras providências, nos seguintes termos: (Grupo 1)

"Art. 1º - Ficam instituídas as Diretrizes e Bases para o Desenvolvimento do Turismo em Minas Gerais, nos termos do disposto nesta lei.

Art. 2º - Esta lei tem como objetivo definir a política estadual de apoio e incentivo ao turismo como atividade econômica, de forma permanente e regionalizada, conforme o disposto no art. 243, I, da Constituição do Estado.

Art. 3º - Caberá ao Estado atuar de forma a garantir a preservação do produto turístico, a incentivar a sua exploração dentro dos princípios da racionalidade e da eficiência e a favorecer a ampliação da demanda turística.

Art. 4º - Deverão ser desenvolvidas as seguintes políticas básicas com vistas a ampliar, no âmbito do Estado, o fluxo de turistas, seu tempo de permanência e seu gasto médio:

I - preservação dos patrimônios histórico, artístico, cultural e documental;

II - proteção e utilização sustentada do patrimônio natural;

III - informação, estatística e "marketing" do produto turístico;

IV - desenvolvimento da infra-estrutura turística;

V - apoio aos agentes da indústria turística;

VI - incentivo ao turismo receptivo do País e do exterior;

VII - estímulo ao turismo social e ao turismo interno no Estado;

VIII - incentivo ao turismo de negócios e de eventos;

IX - conscientização turística;

X - formação e aprimoramento de recursos humanos.

Parágrafo único - A implantação dessas ações será feita de forma regionalizada, com a participação articulada dos diversos órgãos e entidades da administração pública estadual, em parceria com os municípios e com a iniciativa privada.

Art. 5º - A alocação dos recursos públicos estaduais necessários à execução das ações propostas nesta lei será especificada na proposta orçamentária para cada exercício.

Art. 6º - Será realizado inventário do potencial e das carências de cada região do Estado com vistas à elaboração de programas específicos que contenham as ações necessárias à viabilização da exploração econômica do turismo, observados os subprogramas apresentados no anexo desta lei.

Parágrafo único - Os programas e as ações a que se refere este artigo serão implementados, ouvido o Conselho Estadual do Turismo, nos termos do art. 243 da Constituição Estadual, por meio de planos diretores estadual, regionais e municipais.

Art. 7º - As ações propostas para os programas regionais serão executadas pelos órgãos e pelas entidades da administração pública estadual, de acordo com sua competência, observada a relação de atividades e projetos apresentada no anexo desta lei.

Parágrafo único - Caberá à Secretaria de Estado de Turismo, por meio da Empresa Mineira de Turismo - TURMINAS -, coordenar a execução dessas ações.

Art. 8º - A TURMINAS será a entidade gestora do Fundo de Assistência ao Turismo - FASTUR -, criado pela Lei nº 11.520, de 13 de julho de 1994.

Art. 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 11.483, de 7/6/94." (Grupo 1)

27 - Alteração da redação do art. 4º da Lei nº 11.483 nos seguintes termos:

"Art. 4º - Com vistas a ampliar, no âmbito do Estado, o fluxo de turistas, seu tempo de permanência e seu gasto médio, deverão ser desenvolvidas as seguintes políticas básicas:

I - preservação dos patrimônios histórico, artístico, cultural e documental;

II - proteção e utilização sustentada do patrimônio natural;

III - informação, estatística e "marketing" do produto turístico;

IV - desenvolvimento da infra-estrutura turística;

V - apoio aos agentes da indústria turística;

VI - incentivo ao turismo receptivo do País e do exterior;

VII - estímulo ao turismo social e ao turismo interno no Estado;

VIII - incentivo ao turismo de negócios e de eventos;

IX - conscientização turística;

X - formação e aprimoramento de recursos humanos.

Parágrafo único - A implantação dessas políticas será feita de forma regionalizada, com participação dos diversos órgãos e entidades da administração pública estadual, em parceria com os municípios e com a iniciativa privada." (Grupo 4)

28 - Alteração da redação do art. 6º da Lei nº 11.483, de 7/6/94:

"Art. 6º - O Poder Executivo deverá elaborar e apoiar planos regionais voltados para o desenvolvimento e a viabilização da exploração econômica do turismo". (Grupo 4)

29 - Supressão do art. 7º da Lei nº 11.483. (Grupo 4)

30 - Revogação da Lei nº 10.415, de 11/1/91, que regulamenta as atividades de feiras e exposições, e elaboração de lei compatível com a legislação federal do setor. (Grupo 2, com apoio e aprovação dos Grupos 5 e 6)

31 - Revogação da Lei nº 9.649, de 1988, que torna obrigatório o uso do terminal turístico e o cadastro de atividades e serviços de natureza turística. (Grupo 2, com apoio e aprovação dos Grupos 5 e 6)

32 - Revogação do Decreto nº 30.062, de 1982, que estabelece a obrigatoriedade de uso do Terminal Turístico JK e do cadastramento de atividades e serviços de natureza turística. (Grupo 2, com apoio e aprovação dos Grupos 5 e 6)

33 - Elaboração de legislação específica sobre locais e áreas de interesse turístico em Minas Gerais. (Grupo 2, com apoio e aprovação dos Grupos 5 e 6)

C) Diretrizes de ação política

34 - Ação do Estado e desenvolvimento do turismo executados por meio de programas e projetos específicos, de acordo com as seguintes políticas básicas:

I - Política de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural e Documental;

II - Política de Proteção e Utilização Sustentada do Patrimônio Natural;

III - Política de Informação, Estatística e "Marketing" do Produto Turístico;

IV - Política de Desenvolvimento da Infra-Estrutura Turística;

V - Política de Apoio aos Agentes da Indústria Turística;

VI - Política de Incentivo ao Turismo Receptivo do País e do Exterior;

VII - Política de Estímulo ao Turismo Social e ao Turismo Interno Estadual;

VIII - Política de Incentivo ao Turismo de Negócios e de Eventos;

IX - Política de Conscientização Turística;

X - Política de Formação e Aprimoramento de Recursos Humanos. (Grupo 2, com apoio e aprovação dos Grupos 5 e 6)

35 - Estímulo à criação de conselhos municipais de turismo nos municípios com potencial turístico. (Grupo 4)

36 - Implantação de programas capazes de promover a formação de uma consciência favorável à preservação do acervo histórico, cultural e natural do Estado. (Grupo 1)

37 - Criação de mecanismos que permitam a restauração efetiva do bem tombado. (Grupo 1)

38 - Ênfase na educação ambiental, nos níveis formal, informal e profissional, como alternativa para preservar o patrimônio natural explorado turisticamente. (Grupo 1)

39 - Elaboração dos planos regionais voltados para o desenvolvimento e para a viabilização da exploração econômica do turismo, bem como para o apoio aos já existentes, sob a responsabilidade do Poder Executivo. (Grupo 1)

40 - Inclusão, no planejamento estratégico do turismo, da definição e do mapeamento de áreas e circuitos com vocação turística, prevendo e organizando o aporte de investimentos na melhoria da sua infra-estrutura, na sua divulgação e na qualificação de recursos humanos. (Grupo 1)

41 - Elaboração de estudos de impacto ambiental e de relatórios de impacto ambiental (EIA-RIMA) nas atividades turísticas, verificada sua pertinência normatizada pelo COPAM. (Grupo 1)

42 - Criação e execução pelo Governo do Estado, em parceria com as Prefeituras Municipais e com a iniciativa privada, de um programa institucional de conscientização turística que envolva, entre outros, os seguintes segmentos: escolas, sindicatos, clubes de serviço, entidades comunitárias, prestadores de serviços de atendimento ao turista (taxistas, policiais, garçons e outros). (Grupo 3)

43 - Privatização da gestão do Minascentro e do futuro Centro de Exposições - 25% dos votantes. (Grupo 4)

D) Recursos Humanos

44 - Obrigatoriedade de os órgãos públicos das administrações direta e indireta que tenham como objetivo ou atividade o planejamento, a organização e o desenvolvimento da atividade turística contarem em seus quadros de pessoal com profissionais de nível superior na área de turismo, responsáveis pela elaboração e coordenação dos projetos. (Grupo 3)

45 - Os órgãos e entidades das administrações direta e indireta que tenham como objetivo ou atividade o planejamento, a organização ou o desenvolvimento da atividade turística deverão ter em seus quadros de pessoal, preferencialmente, profissionais com formação superior em turismo, os quais serão responsáveis pela elaboração e coordenação dos projetos. (Grupo 4)

46 - Valorização e qualificação dos quadros profissionais e modernização dos recursos tecnológicos das instituições oficiais direta ou indiretamente relacionadas à pesquisa, preservação ou difusão do patrimônio turístico do Estado. (Grupo 1)

47 - Criação, no âmbito do Estado e dos municípios, de mecanismos de incentivo às empresas que investirem na preparação de recursos humanos e na valorização profissional. (Grupo 3)

48 - Incentivos aos agentes públicos e privados que atuam com treinamento com vistas à ampliação de programas de qualificação e requalificação profissional, expandindo-os por todos os pólos turísticos do Estado. (Grupo 3)

49 - Introdução, no ensino básico, da disciplina Turismo, em abordagem interdisciplinar, observando-se as especificidades regionais. (Grupo 3)

50 - Implantação, na Capital e no interior, de cursos técnicos de 2º grau na área do turismo, com prioridade para as regiões que se constituem em pólos turísticos, levando-se em conta os perfis profissionais requeridos pelo mercado de trabalho. (Grupo 3)

51 - Encaminhamento à União de proposta de reorganização estrutural de ensino superior de turismo, de forma a atender à real demanda profissional, à pesquisa e à extensão. (Grupo 3)

52 - Incentivo à criação de cursos de pós-graduação na área de turismo. (Grupo 3)

53 - Valorização do profissional guia de turismo, exigindo-se que, na autorização para saída de ônibus pelo DER-MG, constem o nome do guia e o número de seu crachá emitido pela EMBRATUR. O não-cumprimento dessa exigência implicará multa para a empresa responsável. (Grupo 1)

E) INCENTIVOS E RECURSOS

54 - Destinação de recursos do Fundo de Turismo (discutido nas CTIs 5 e 6) para manutenção e conservação do patrimônio cultural e natural utilizado pela indústria do turismo. (Grupo 1)

55 - Ampliação da dotação orçamentária dos organismos oficiais do Estado voltados - de forma direta ou indireta - para a pesquisa, a preservação ou a difusão do patrimônio turístico mineiro. (Grupo 1)

56 - Aumento da cota de participação do turismo nos recursos orçamentários do Estado de 0,005% (cinco milésimos por cento) para 1,2% (um vírgula dois por cento), os quais serão destinados a investimentos. (Grupos 5 e 6)

57 - Inclusão, no orçamento do Estado para 1996, de recursos destinados ao FASTUR no valor de, no mínimo, R\$5.000.00,00 dos R\$18.000.000,00 propostos originalmente pelo BDMG à SEPLAN. (Grupos 5 e 6)

58 - Alteração da legislação estadual relativa ao FIND-PROIM - respeitado o disposto

na legislação federal, que equipara o turismo às demais atividades industriais - com o objetivo de estender ao setor de turismo os financiamentos e benefícios desse fundo. (Grupos 5 e 6)

59 - Alocação de recursos, no orçamento do Estado, ao FUNDESE, no valor de R\$4.000.000,00, para o financiamento de pequenas e microempresas, incluindo pousadas e outros estabelecimentos de hospedagem, bem como equipamentos de transporte de grande e médio porte destinados ao turismo (ônibus, microônibus, vans, etc.). (Grupos 5 e 6)

60 - Destinação dos recursos da venda ou arrendamento de hotéis do Estado (Grande Hotel de Araxá e Palace Hotel de Poços de Caldas) para investimento no setor de turismo, obedecendo-se à seguinte distribuição: 40% para ressarcimento dos investimentos realizados pela COMIG, 40% para destinação ao FASTUR e 20% para aplicação em atividades turísticas nas cidades de Araxá e Poços de Caldas. (Grupos 5 e 6)

61 - Reivindicação, junto ao Governo Federal, de aumento para R\$10.000,00 dos recursos aplicados pelo FUNGETUR em Minas, que foram de R\$4.700.000,00 em 1995. (Grupos 5 e 6)

62 - Destinação de parte dos recursos do ICMS, gerados adicionalmente por projetos de implantação e expansão das empresas de prestação de serviços, como energia elétrica, telecomunicações, transportes, etc. para o fortalecimento do FASTUR. (Grupos 5 e 6)

63 - Recomendação, aos municípios mineiros com potencial turístico e com potenciais ainda não explorados, de criação de incentivos semelhantes ao Pró-Indústria, com vistas à composição de fundos municipais destinados ao financiamento de projetos turísticos de seu interesse. (Grupos 5 e 6)

64 - Constituição pelo setor privado - com a contribuição da rede hoteleira e dos demais agentes de prestação de serviços - de um fundo de apoio ao desenvolvimento turístico para a implementação de iniciativas como o Minas Convention Bureau, a execução de campanhas de "marketing", a promoção turística por via da Internet, etc. (Grupos 5 e 6)

65 - Criação de um fundo com recursos do Estado e da iniciativa privada para instalação de centros receptivos em localidades de reconhecida vocação para o ecoturismo, destinado a garantir o uso sustentado do atrativo. (Grupos 5 e 6)

66 - "Facilitação às entidades do interior do acesso à informação sobre recursos e mecanismos de financiamento oferecidos pelos bancos estatais por meio de suas agências nas diversas cidades mineiras." (Grupos 5 e 6)

67 - Destinação de recursos do orçamento da Secretaria de Estado de Comunicação Social - SECOM - para a divulgação do produto turístico na Internet. (Grupos 5 e 6)

68 - Destinação de recursos da PRODEMGE para a instalação de BBS ("Bulletin Board System") com vistas à integração técnica à Internet. (Grupos 5 e 6)

69 - Criação de mecanismo associativo dos diversos agentes privados do turismo, tais como a Fundação Rio Congressos e Eventos e o Rio Convention Bureau, com vistas ao desenvolvimento do setor. (Grupos 5 e 6)

F) Outras Propostas

70 - Inclusão das seguintes propostas específicas como indicação aos Poderes Legislativo ou Executivo, nas três esferas da Federação, e à iniciativa privada, para comporem programas ou projetos e estabelecerem ações vinculadas às políticas básicas aprovadas para o setor: (Grupo 2, com o apoio e aprovação dos grupos 5 e 6)

I - formação, na SELT, de um grupo técnico de turismo composto pelos órgãos que têm interface com a atividade turística, como o IBAMA, o IEPHA, o DER, o IEF, a UTRAMIG, o SENAC, etc.;

II - criação, na Assembléia Legislativa, de comissão específica para turismo;

III - levantamento de informações sobre a oferta e a demanda turística em Minas Gerais;

IV - criação de sistema de estatística de turismo;

V - instalação e operação de postos de informação turística informatizados com vistas a modernizar e ampliar a difusão de informações sobre a oferta turística;

VI - desenvolvimento de campanhas de conscientização sobre a importância do turismo como fator de desenvolvimento econômico;

VII - melhoria da estrutura viária de interesse turístico;

VIII - reavaliação da legislação pertinente a transportadoras turísticas;

IX - adoção de normas rígidas de controle do transporte clandestino de passageiros;

X - incentivo à melhoria do sistema de transporte;

XI - garantia da implantação de serviços de infra-estrutura em pólos turísticos e da melhoria dos já existentes;

XII - incentivo à expansão da capacidade hoteleira;

XIII - incentivo à construção de hotéis de categoria cinco estrelas, considerando a demanda já existente e a que vier a existir, com a criação do centro de feiras e o conseqüente aumento da realização de congressos;

XIV - estímulo à pesquisa e à difusão de informações sobre cozinha mineira e italiana;

XV - estímulo e incentivo aos restaurantes especializados em comida mineira e italiana;

XVI - atração dos fluxos turísticos, estimulando o consumo de bens e serviços e o aumento do tempo médio de permanência dos turistas;

XVII - implantação de equipamentos de lazer e turismo destinados aos segmentos de menor poder aquisitivo;

XVIII - implantação de projetos de sinalização turística urbana e rodoviária;

XIX - obrigatoriedade da inclusão de plataformas de embarque e desembarque de passageiros e de pátios de manobra ou estacionamento para ônibus, nos projetos de centros de convenção e feiras e nas imediações de locais e equipamentos turísticos;

XX - valorização das linhas intermunicipais que atendem às cidades históricas ou pontos turísticos;

XXI - criação do Minas Convention & Visitors Bureau;

XXII - realização de eventos culturais, de lazer e de negócios;

XXIII - estímulo à captação de eventos;

XXIV - construção de centro de convenções ou parques de exposições e feiras em locais de interesse turístico, estimulando o desenvolvimento do turismo regional;

XXV - construção do centro de feiras de Belo Horizonte;

XXVI - incentivo ao marketing turístico das regiões-pólo do Estado, facilitando sua incrementação. O desenvolvimento das diversas regiões se fundamentará em suas características peculiares;

XXVII - inclusão dos programas e projetos sugeridos no Plano de Ação da AMPAC - 1995-2000 - nas discussões das diretrizes de ação para desenvolvimento do turismo mineiro, destacando-se:

- criação de, no mínimo, 8 roteiros turísticos da cachaça;

- divulgação da cachaça como produto turístico mineiro, por meio da realização de campanhas promocionais e da participação em feiras e exposições;

- apoio e incentivo à realização de eventos e feiras de promoção e venda da cachaça, a exemplo do Festival da Cachaça de Sabará;

- criação do Museu e da Biblioteca da Cachaça;

- criação do Dia Nacional da Cachaça.

XXVIII - estímulo e incentivo à formação e ao aperfeiçoamento de mão-de-obra;

XXIX - divulgação da legislação relativa à profissão de guia de turismo e do relacionamento comercial entre agências de turismo e seus usuários.

Incentivos Tributários e Creditícios

XXX - financiamento para implantação, melhoria e aperfeiçoamento de restaurantes e equipamentos de entretenimento e lazer;

XXXI - criação de linhas de crédito para financiamento da compra de imóveis nos quais se localizam restaurantes de categoria turística;

XXXII - reavaliação das taxas estaduais e municipais incidentes sobre o transporte turístico rodoviário;

XXXIII - incentivo fiscal para estimular a ação dos operadores de turismo receptivo.

XXXIV - estímulo e incentivo fiscal para agentes e prestadores de serviço que operam turismo receptivo. (Grupo 2, com apoio e aprovação dos Grupos 5 e 6)."

Palavras do Sr. Presidente

Ao encerrar este Seminário, queremos cumprimentar as entidades participantes pelo alto nível das discussões e pela qualidade dos resultados do evento, em especial, o Presidente da Comissão de Representação, os membros desta Comissão, os Presidentes e coordenadores de grupos, enfim, todos os Presidentes de entidades e representantes que aqui prestigiam este seminário, dando a ele a importância que há de ser observada por esta Casa. Ressaltamos, de modo especial, a atuação daqueles que estão conosco desde as reuniões preparatórias e que são, em grande parte, responsáveis pelo êxito deste encontro.

O fenômeno da aceleração da história é um fato incontestável. Ocorrem hoje, em uma década, mudanças que, no passado, levariam um século para se efetivarem. Por isso, não é de se estranhar que a legislação estadual para o turismo, embora recente, precise ser repensada e talvez alterada. A realidade do setor tem passado por rápidas e profundas transformações, transformações, aliás, que autorizam esperanças e apontam para um futuro promissor. A consciência da importância das atividades turísticas enquanto propulsoras da vida econômica de um povo tem crescido dia após dia. Conforme já o afirmamos, uma das soluções para a crise gerada pelo desemprego estrutural é a indústria sem chaminés, que emprega intensivamente. Além disso, é capaz de gerar riquezas e, sendo bem gerenciada, fazê-lo sem os indesejáveis ônus ambientais provocados pela maioria dos demais empreendimentos econômicos.

Este seminário aconteceu, portanto, na hora exata. Precisamos formular, com urgência, uma nova política para o turismo, uma política que contemple a importância que ele adquiriu na atualidade e que faça jus ao imenso potencial de Minas Gerais.

Nessa tarefa é preciso que se unam os poderes públicos e a iniciativa privada, num grande mutirão, para que neste Estado não sejam mais desperdiçadas as riquezas com que a natureza e o espírito do povo mineiro nos brindaram. Sim, porque salta aos olhos a pujança, de nossas belezas naturais e o vigor cultural de nossa gente.

É necessário também que tudo se faça da maneira mais democrática possível, a partir de amplo debate, com a participação de todos os segmentos sociais interessados, pois foi o caminho da parceria com a sociedade que esta Casa escolheu para modernizar-se. É essa parceria que estamos hoje exercitando de forma efetiva, neste encontro.

Recebemos o documento final com o compromisso de que ele inspirará ações legislativas futuras. Tais ações, num tempo bem próximo, traçarão as diretrizes de um pacto fecundo entre o Governo e a iniciativa privada, para dar ao setor todo o dinamismo de que ele necessita.

Os resultados concretos desses dias de intenso trabalho já estão a caminho. Esta Presidência designou uma comissão especial, formada pelos Deputados Antônio Júlio, Ermano Batista e Maria José Haueisen, para, com a coordenação do Deputado Sebastião Navarro Vieira, estudar a reforma do regimento interno da Assembléia de Minas. Atendendo a reivindicações surgidas neste seminário, já foi incluída no anteprojeto de reforma, a criação de uma comissão permanente específica para o turismo. Assim, este parlamento espera não só reconhecer a relevância do tema como contribuir para consolidar uma nova mentalidade no tratamento dele.

É preciso que todos cheguem à plena consciência de que no turismo estão os caminhos de Minas.

Percebemos, nos momentos iniciais deste Seminário, críticas a respeito do fato de o turismo estar sempre ligado a alguma outra área: esporte, lazer ou educação, como acontece com uma das nossas comissões permanentes. Entendemos que o turismo merece hoje, nos tempos em que vivemos, especialmente nas Minas Gerais, em que as entidades têm a consciência cívica de atender ao chamamento da Assembléia Legislativa, ser tratado, de maneira altaneira e em separado, em uma comissão permanente desta Casa.

Muito obrigado a todos os que comparecem a esta Casa e trazem sua contribuição, participando de maneira tão democrática nas decisões deste seminário.

ENCERRAMENTO

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a ordinária deliberativa de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a especial, também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

Decisão do Sr. Coordenador

O Sr. Coordenador - As Emendas n^{os} 2 a 4, apesar de terem sido colocadas em votação e aprovadas, não foram incorporadas ao documento final, porque não obtiveram o apoio previsto no § 5^o do art. 15 do regulamento do seminário, constatação que se deu a partir de questão de ordem levantada pelo Sr. Geraldo Linhares Filho, representante da Associação Comercial de Minas Gerais.

ATA DA 18^a REUNIÃO ESPECIAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 26 DE OUTUBRO DE 1995, DESTINADA A HOMENAGEAR A ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE RIO POMBA, PELO SEU 33^o ANIVERSÁRIO DE INAUGURAÇÃO

Presidência do Deputado Wanderley Ávila

SUMÁRIO: ABERTURA - Ata - Nomeação de comissão - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Ermano Batista - Palavras do Prof. Marcos Pascoalino - Entrega de placa - Palavras do Sr. Presidente - **ENCERRAMENTO.**

ABERTURA

- Às 20h15min, comparecem os Deputados:

Agostinho Patrús - Wanderley Ávila - Sebastião Navarro Vieira - Paulo Pettersen - Rêmolo Aloise - Maria José Haueisen - Ibrahim Jacob - Ermano Batista - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Almir Cardoso - Álvaro Antônio - Anderson Aduato - Anivaldo Coelho - Antônio Andrade - Arnaldo Penna - Bilac Pinto - Bonifácio Mourão - Carlos Murta - Carlos Pimenta - Clêuber Carneiro - Dílzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Elmo Braz - Geraldo Nascimento - Geraldo Rezende - Geraldo Santanna - Gil Pereira - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Ivo José - Jairo Ataíde - João Batista de Oliveira - João Leite - Jorge Eduardo de Oliveira - Jorge Hannas - José Braga - José Henrique - Kemil Kumaira - Leonídio Bouças - Luiz Antônio Zanto - Marcelo Cecé - Marcelo Gonçalves - Marco Régis - Marcos Helênio - Miguel Martini - Paulo Piau - Paulo Schettino - Raul Lima Neto - Romeu Queiroz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Simão Pedro Toledo - Toninho Zeitune - Wilson Trópia.

O Sr. Presidente (Deputado Wanderley Ávila) - A lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, a Sra. 2^a-Secretária, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- A Deputada Maria José Haueisen, 2ª-Secretária, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Nomeação de Comissão

O Sr. Presidente - A Presidência designa os Deputados Sebastião Helvécio, Ibrahim Jacob e João Leite para, em comissão, introduzirem no recinto do Plenário as autoridades e os demais convidados que se encontram no Salão Nobre.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - Convido a tomarem assento à mesa os Exmos. Srs. Prof. Marcos Pascoalino, Diretor-Geral da Escola Agrotécnica Federal de Rio Pomba; Deputado Federal Maurício Campos; Prof. Carlos Alexandrino dos Santos, Diretor-Geral do CEFET-MG, representante da Secretaria de Educação Média e Tecnológica do Ministério da Educação; Prof. Carlos Martins Bastos, primeiro Diretor da Escola Agrotécnica Federal de Rio Pomba; José Augusto Saraiva, Prefeito Municipal de Rio Pomba; Deputado Ibrahim Jacob, 3º-Secretário da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião a prestar homenagem à Escola Agrotécnica Federal de Rio Pomba, pelo seu 33º aniversário de inauguração.

Execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente - Convido os presentes a ouvirem a execução do Hino Nacional.

- Executa-se o Hino Nacional.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Deputado Ermano Batista, autor do requerimento que suscitou a realização da presente reunião.

Palavras do Deputado Ermano Batista

Exmos. Srs. Deputado Wanderley Ávila, 1º-Vice-Presidente desta Casa, no exercício da Presidência; Prof. Marcos Pascoalino, Diretor-Geral da Escola Agrotécnica Federal de Rio Pomba; Deputado Federal Maurício Campos, filho da cidade de Rio Pomba; Prof. Carlos Alexandrino dos Santos, Diretor do CEFET-MG, representante da Secretaria de Educação Média e Tecnológica do Ministério da Educação; Prof. Carlos Martins Bastos, primeiro Diretor da Escola Agrotécnica Federal de Rio Pomba; José Augusto Saraiva, Prefeito Municipal de Rio Pomba; Deputado Ibrahim Jacob, 3º-Secretário da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Srs. Deputados, senhores professores, caríssimos alunos, senhores da banda, meus senhores e minhas senhoras. Sinto-me de alma lavada por ter provocado a realização deste evento e feliz, agora, ao participar deste ato em que se faz honra ao mérito.

Conviver com o espírito das escolas é antecipar o futuro, é alimentar os benfazejos sonhos de um porvir sem fronteiras e sem males sociais.

Toda escola, por si, tem uma essência, um significado que transcende o óbvio, o lugar comum.

Sou, por força de uma convicção pessoal inspirada na vivência, na experiência direta com a nossa realidade sócio-econômica, mas, sobretudo, por acreditar em nossa predestinação sócio-cultural, um fiel e irrestrito admirador de todo projeto que vise ao aprimoramento do ensino.

A preparação efetiva e adequada das novas gerações para a vida prática é substância elementar, preciosa e não descartável para dinamizar o progresso de qualquer nação. Essa orientação, no entanto, quando voltada para a formação de profissionais especializados em áreas primárias da economia, tem um significado especial. Sendo homem oriundo de uma região essencialmente agrícola e em que me fiz também um cidadão do campo, acostumado a enfrentar, por isso, as agruras da zona rural, posso, de fato, avaliar a extensão e a grandeza de uma boa e séria instituição profissionalizante como essa, dedicada, exclusivamente, à formação de técnicos capazes de reverter um quadro difícil existente no meio rural.

Acredito, piamente, que aqueles que exercitam esse douto e profícuo mister terão o mérito de realizar, pela perseverança, pelo direcionamento bem posto, o aproveitamento racional de largas e fecundas áreas cultiváveis de nosso País, base única de qualquer perspectiva bem sucedida de futuro. É dentro desse contexto que podemos vislumbrar esse estabelecimento ímpar: a Escola Agrotécnica Federal de Rio Pomba! Nela estão encerrados motivos de sobra para redescobrir os potenciais inesgotáveis de produção agrícola desta terra de Santa Cruz.

Feliz o país com as características promissoras do nosso, com tanto campo fértil a explorar, para fazer a fartura das mesas, para libertar as famílias da miséria, mas que tenha, particularmente, institutos bem estruturados que visem à preparação do homem para o trabalho. E quando essas unidades procuram racionalizar a exploração do solo, com a atividade programada de cidadãos especializados em exercê-la com proficiência, em alto nível, o resultado só pode e deve ser positivo, para o bem de todos.

A realidade desse invejável estabelecimento de ensino nos mostra, de forma clara e hialina, por onde começar a nossa verdadeira, sóbria e útil reforma agrária, com o emprego de meios eficazes e, sobretudo, viáveis para soluções produtoras, racionais.

A Escola Agrotécnica de Rio Pomba é o testemunho vivo de como se pode encaminhar

melhor o redimensionamento sócio-econômico do nosso campo!

Inegavelmente, à medida que se consolidarem os frutos desse dignificante trabalho da escola profissionalizante, em particular aquela destinada à formação de técnicos agrários, certamente estaremos seguindo a trajetória certa e há muito esperada. É por aí que deveremos trilhar para consolidar a nossa grande e efetiva emancipação, em todos os sentidos, pois, na prática, de nada valem as pompas manufatureiras se a base de tudo, a agricultura, continuar claudicante e com as suas incipiências.

Instituição desse gênero, dotada dessa dimensão e atividade, a Escola Agrotécnica Federal de Rio Pomba se fez líder de uma idéia e vem corroborar uma tendência sugerida pela razão. Ela é um fator importantíssimo num processo de integração necessário e que já tarda. É o raciocínio lógico, imediato! Com a produção intelectual pautada em nível próprio, adequado, ela é, em verdade, inesgotável fonte multiplicadora de benesses e que suscita uma contínua, objetiva e oportuna reavaliação do significado sócio-econômico do nosso campo. E com isso desperta novos horizontes, não só para a Zona da Mata mineira mas onde quer que se faça presente através de seus discípulos, implementando grandes e renovadas áreas de consolidação dos valores nacionais mais caros advindos da exploração do solo.

São estabelecimentos dessa ordem que, no curso de sua missão, colaboram efetivamente para fixar o homem à terra, promovendo a justiça social, preparando aquela redenção sempre almejada mas jamais alcançada, - até agora -, por força de nossos vícios crônicos, das carências intestinas, inclusive aquela ditada por uma política agrária errônea, sem incentivos, de planos tímidos e estéreis.

Esse quadro somente será alterado na medida em que se executarem planos audaciosos, modernos, sem idéias preconceituosas e distorcidas até de "status" profissional, mas que visem à preparação útil do cidadão para que se torne o homem certo na missão exata.

Pelo que temos constatado até agora o Brasil tem diplomas demais e técnicos de menos. E o grito de guerra hoje é a educação para o trabalho. Não basta alfabetizar! É preciso ensinar a trabalhar, a produzir, fator essencial para uma integração necessária.

Dizia Spinoza, o filósofo judeu: "Todo homem de cultura que não adquire um ofício acaba se transformando num velhaco". Já os temos demais.

Para ingressarmos com possibilidades de êxito no terceiro milênio precisamos, urgentemente, estimular as escolas de formação de nível básico, direcionadas para o trabalho, para a produção, como acontece com primazia nos países de Primeiro Mundo.

Essa Escola é um bom exemplo de sucesso viável, quando se usa, concomitantemente, o coração para impelir o ânimo e a inteligência para se construir um centro com tantas e proveitosas raízes.

Como homem público, mas, particularmente, como cidadão vivido e sofrido do campo, tenho motivos de sobra para me identificar, profundamente, com essa Escola, com sua grandeza, com sua predestinação, com os seus valores identificados, por natureza, com o trivial de nossos dias.

Ao ter soberbas notícias sobre o magnífico trabalho que está sendo desenvolvido na Escola Agrotécnica Federal de Rio Pomba eu não esperei muito para me pôr em contato com a sua exuberante vida. E, apesar de uma possível previsão do que encontraria, verdade é que a sua realidade superou toda e qualquer expectativa.

Hoje, ao curtir a honra e o privilégio de conhecer o seu exemplar corpo docente, o seu vibrante corpo discente, a sua diligente equipe de funcionários e, particularmente, essa invejável direção, na realidade me senti em casa e, mais do que isso, vesti a camisa do entusiasmo e redobrei minhas esperanças no futuro deste País. E com fundadas razões, pois que é de cada unidade produtora de mão-de-obra bem preparada que se estratifica a grandeza do complexo econômico.

Procurei, então, os fundamentos, as razões históricas que construíram as inumeráveis virtudes desse estabelecimento, que vão dos elementos didático-pedagógicos à forma sutil de se procurar, sempre, servir melhor e de maneira mais prática.

Merece registro nos anais desta Casa a saga empreendida pela Escola Agrotécnica Federal de Rio Pomba. Essa magna oficina foi um sonho longamente acalentado pelas lideranças regionais em virtude de carência de técnicos para atender à demanda de uma agricultura crescente mas desprovida de meios. Sonhava-se com uma escola diferente, que fugisse dos padrões clássicos, que colocasse a prática efetivamente antes da teoria, que a sua dinâmica fosse de efeitos previsíveis e concretos. E foi dentro desse sonho acalentado que a Escola, motivo desta homenagem, já era grande antes mesmo de existir.

Amigo e correligionário de Juscelino Kubitschek, atrelado àquela vontade de promover grandes metas do Governo JK, Último de Carvalho, Deputado Federal e líder local, conseguiu inserir o projeto da escola entre os fatos da educação mais auspiciosos de então.

Criado pela Lei nº 3.092, de 29/12/56, o novel estabelecimento teve de vencer muitas barreiras burocráticas, inclusive a escassez de recursos para a construção das suas

dependências, e veio a ser implantado, definitivamente, em 1962, quando iniciou seus cursos. Notórios foram o esforço e a perseverança de toda a comunidade local para essa concretização. Todos os meios de persuasão foram utilizados para evidenciar a importância do estabelecimento. Acionadas, as figuras políticas de escol intervieram e deram seu recado na medida certa para que a empreitada fosse bem sucedida.

Surgida, através de lei, com o nome de Escola Agrícola de Rio Pomba, teve a sua denominação sucessivamente modificada; em decorrência da Lei nº 8.731, passou a ter o nome que hoje ostenta, Escola Agrotécnica Federal de Rio Pomba, retrato do presente, promessa do futuro. Como todo estabelecimento do gênero, foi subordinado, até 1986, à Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário, órgão autônomo do Ministério da Educação, com regimento próprio, mas, a partir dessa data, ficou vinculado à Secretaria do Ensino do 2º Grau; é, agora, uma autarquia.

Paralelamente a esses aspectos de ordem legal e burocrática, é importante realçar a incidência de felizes administrações, que, com denodo e determinação, vieram realizando a tarefa de sedimentar a semente lançada para instituir um grande educandário. Exaltar a criação olvidando o criador seria levar ao pódio o veículo ganhador, esquecendo-se do piloto campeão. É pertinente, pois, que válidas reminiscências afluem neste momento. O primeiro Diretor foi o Dr. Carlos Martins Bastos, figura alegre, viajada, extrovertida, entusiasmada, competente, agrônomo muito tarimbado, oriundo de terras baianas; usou de sua experiência em muitas implantações de igual importância, emprestando, assim, a sua excepcional colaboração ao processo de consolidação do empreendimento. E não foi sem motivo que viria a ocupar a direção por uma segunda vez, numa hora decisiva para a vida da escola. Figuras saudosas, inesquecíveis, que se tornaram lendárias na vida da Escola, como o Prof. Plínio Tostes Alvarenga, exigente, preocupado com a metodologia, e o Dr. Geraldo Luiz Ribeiro, agrônomo de escol, tiveram uma participação marcante no assentamento do projeto em execução. Posteriormente, por dez anos consecutivos, o vibrante Dr. Mauro Marques de Oliveira, pulso firme, personalidade forte, administrador de coragem, odontólogo com visão sutil do ensino agropecuário, imprimiria novas conquistas importantes, com a diversificação de atividades da Escola, segundo uma filosofia da época, a da escola-fazenda. No final da década passada, o saudoso Prof. Marcos Consentino Furtado, figura estimada, humana, vivida, tranqüila, daria, em sua curta gestão, uma valiosa cota de participação na gerência daquele estabelecimento. A partir de 1990, a Escola tomou um novo impulso e alcançou um novo foro de prosperidade funcional, com a nomeação do idealista Prof. Marcos Pascoalino para a sua direção. O jovem e modernista mestre Pascoalino, como é chamado com toda a reverência, tem, desde então, usado seu dinamismo ímpar para acionar a capacidade plena e de predestinação do estabelecimento. Pensando, com perspicácia, em termos da amplitude maior, o Prof. Marcos, cidadão exigente, perfeccionista, determinado em seus propósitos, tem procurado e, melhor, obtido uma maravilhosa eficiência em seu sacrossanto mister. Diuturnamente, indo, vindo, sem descanso, cavando com tenacidade as melhorias necessárias para que aquele instituto se torne cada vez maior e melhor, ele vem somando muitos méritos não só para a sua direção mas também para a grandeza do educandário. Há fundadas razões para a enorme admiração que o cerca. Hoje a sua figura se confunde com a própria vida da Escola. Somos testemunhas disso e, mais, sabemos o porquê de suas muitíssimas conquistas.

Para se ter uma idéia do que é atualmente a Escola Agrotécnica Federal de Rio Pomba, basta constatar, por meio dos registros, que, direta ou indiretamente, através daqueles que passaram por suas salas de aula, ela vem prestando assistência técnica valiosa a 158 municípios mineiros, além de oferecer subsídios valiosos de sua experiência para diversos outros Estados. A partir daí, justifica-se a afluência de uma infinidade de alunos vindos dos mais diferentes pontos do Estado e do País. Hoje o número de alunos matriculados na Escola é superior a 400, em regime de internato, semi-internato e externato. Esses alunos, em sua quase totalidade, vêm do meio rural e para lá voltarão, com disposição nova, com uma capacidade reformadora e transformadora, após o término de um curso bem feito.

Localizada na confluência da zona rural com a urbana, no Bairro Lindo Vale, a 5km do centro, o "campus" da Escola é constituído de edifícios majestosos, funcionais, dotados de aparelhamento e laboratórios de última geração, em consonância com a vasta área agricultável para a prática do educando, o que, no conjunto, possibilita os sucessos que ali são verificados.

Enquanto matriculado na Escola, o aluno tem ali total assistência médico-odontológica. Há zelo com a saúde. As modificações feitas nos últimos anos nos alojamentos proporcionam ao educando conforto, higiene, integração social, reproduzindo o ambiente familiar. Além da Educação Física curricular, a Escola estimula a prática esportiva e o lazer do estudante. Existem campos, para a prática de futebol, quadras de vôlei, de basquete, de futebol de salão, de peteca, além da sala de musculação. Preocupa-se ali com a máxima "mens sana in corpore sano".

Uma ampla biblioteca instalada em dois pavimentos, com secretaria, salas de estudos

e computadores, na verdade representa um cartão de visita dessa notável instituição. Ali ocorre a dinamização do processo educativo visando à melhoria do ensino, com resultados positivos no aperfeiçoamento de uma cadeia de ações que vai desde a administração, planejamento, coordenação, supervisão e metodologia aplicável ao processo educacional.

É importante frisar que, naquela Escola, a metodologia de ensino do tipo escola-fazenda implica o uso de projetos agropecuários, aulas teórico-práticas, cooperativa-escola e prestação de serviços à comunidade, componentes esses que têm como finalidade principal a evolução da sistemática de ensino-aprendizagem, com participação integral e efetiva do aluno na programação da escola. É um método inovador e reformador, motivo de pontificação do estabelecimento.

Dentro de um planejamento exequível, pragmático, o aluno cumpre ali 360 horas de estágio supervisionado junto a empresas agropecuárias, públicas e particulares, planejando, distribuindo tarefas, acompanhando o desenrolar dos projetos, avaliando e sendo avaliado, do que decorre o fato do formando sair efetivamente habilitado. Tem fantasia não. É pura realidade.

Na verdade, a Escola Agrotécnica Federal de Rio Pomba adotou, a partir de 1995, o modelo pedagógico do ensino por objetivos, em substituição ao sistema tradicional. E o objetivo principal é sempre a melhor qualidade na preparação do técnico.

Para se aquilatar esse tipo de formação do técnico, é de se ver o conteúdo curricular de seus cursos.

O educando aprende a avicultura, a criação de coelhos, de peixes, de rãs, bem como o abate de animais de pequeno porte. Da mesma forma lidará com animais de médio porte, como suínos e caprinos. Adquire conhecimentos sobre a ordenha mecânica e o resfriamento de leite com equipamentos de alta tecnologia e até mesmo técnicas de inseminação artificial. O aluno saberá construir o silo-trincheira, a coberta e os estábulos para o gado PO.

Por outro lado, o aluno aprenderá técnicas modernas de irrigação, a cultura de hortaliças, o plantio de culturas anuais, como o milho, o feijão e outros, bem como lidará com as culturas perenes, a fruticultura em geral, o café em particular, até com os modelos de reflorestamento. Esse aluno aprenderá ali o conteúdo teórico e prático de mecanização da lavoura e estará em contato com tratores, microtratores, grades aradoras, roçadeiras e carretas, assimilando técnicas compatíveis com o seu uso racional. Em fase de execução os projetos de instalação de sombrite, estufas, sistema de irrigação autopropelido e capacitação de água.

O aprendizado da indústria rural, que beneficia alguns produtos da própria instituição, teve um especial incentivo com novas instalações e equipamentos modernos: depenadeira, fogão de alta pressão, lingüiceira, "freezer", moinho e torrador de café elétrico, geladeiras especiais para experiências, fatores importantes na produção de carne e leite. Atualmente se promove curso de processamento de dados, com duração de um ano, o que estimulará a informatização da agricultura, obviamente com excelentes resultados futuros para a racionalização do trabalho no campo.

Hoje, diversos projetos estão sendo desenvolvidos em estreita relação entre a comunidade e a Escola, em integração com estabelecimentos comunitários, com a APAE, com creches, com asilos, com instituições de apoio ao menor abandonado, com a Polícia Militar. A Escola está presente nos mais diversos segmentos em que sua assistência é possível e necessária e, dando mais um bom exemplo, ela fornece, gratuitamente, leite, verdura e legumes para as instituições de menor poder aquisitivo. É espetacular esse trabalho!

É essa, senhores, a escola dos nossos sonhos, a escola do futuro que veio ao nosso encontro, nos dias presentes, pela abnegação de toda a equipe que ali trabalha para manter um estabelecimento moderno, sóbrio sob todos os aspectos e objetivo em seus propósitos.

É esse, senhores, o centro de ensino padrão de que todo o Brasil vem carecendo e que já floresceu como excelente exemplo na maravilhosa cidade de Rio Pomba.

É essa indústria de invejável mão-de-obra que pode e deve acionar convenientemente a nossa agricultura, oferecendo técnicos de elite para o adequado uso do solo diante da inevitável ditadura, às vezes implacável da natureza.

Por isso, senhores, é que estamos aqui, hoje, nesta bela solenidade, para fazer jus ao mérito desse importantíssimo centro de cultura, uma verdadeira alavanca para o desenvolvimento de nossa economia, a partir de uma agricultura fácil, viável e farta. Aqui, homenageamos com todas as honras as figuras ilustres de seus ex-diretores, ex-professores, ex-funcionários e ex-alunos, que abriram as perspectivas do hoje; mas queremos também, e particularmente, homenagear o seu notável e atual Diretor, Prof. Marcos Pascoalino, seus auxiliares diretos, todo o competente corpo docente, os invulgares funcionários e, em especial, o querido corpo discente, esses alunos que se fazem brilhantes, os quais, embalados em seus propósitos, estão ajudando, sobejamente, a construir o Brasil de amanhã.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Prof. Marcos Pascoalino, Diretor-Geral da Escola Agrotécnica Federal de Rio Pomba.

Palavras do Professor Marcos Pascoalino

O Prof. Marcos Pascoalino - Exmos. Srs. Deputado Wanderley Ávila, Vice-Presidente da Assembléia Legislativa, no exercício da Presidência; Deputado Federal Maurício Campos; Prof. Carlos Alexandrino dos Santos, Diretor-Geral do CEFET-MG, representando a Secretaria de Educação Média e Tecnológica do Ministério da Educação; Prof. Carlos Martins Bastos, primeiro Diretor da Escola Agrotécnica Federal de Rio Pomba; José Augusto Saraiva, Prefeito Municipal de Rio Pomba; Deputado Ibrahim Jacob, 3º-Secretário da Assembléia Legislativa; Deputado Ermano Batista; diretores, autoridades, professores, funcionários, conterrâneos rio-pombenses, caros alunos, demais presentes, neste momento as palavras se tornam escassas, uma vez que os sentimentos de gratidão, alegria e satisfação que enchem nossos corações bloqueiam de forma estressante a nossa capacidade de expressar o que sentimos, mas nos carregam de energia positiva para podermos buscar de mãos dadas o caminho da prosperidade e do desenvolvimento.

Atendendo aos anseios sociais e políticos de nossa região, foi criada a Escola Agrotécnica Federal de Rio Pomba, com base no Plano de Metas do Governo Juscelino, através da intervenção do líder regional Deputado Último de Carvalho, honrado com a incumbência de acompanhar os trabalhos de instalação de estrutura física da Escola. Assumi o cargo de primeiro Diretor o ilustre amigo Carlos Bastos, o qual desempenhou com desenvoltura e amor a causa a ele confiada.

Anos passaram e novos diretores dirigiram essa casa: Dr. Geraldo Paixão, Professor Plínio Alvarenga, Dr. Mauro Marques de Oliveira, Professor Marcos Consentino Furtado e, atualmente, eu, Professor Marcos Pascoalino.

A Escola Agrotécnica Federal de Rio Pomba foi criada pela Lei nº 3.092, de 29/12/56 - e esta lei foi publicada no Diário Oficial da União de 2/1/57 -, sob a Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, para ministrar os cursos previstos na Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

O Decreto nº 53.558, de 13/12/64, alterou sua denominação para Ginásio Agrícola de Rio Pomba-MG. Pelo Decreto nº 60.731, de 19/5/67, foi transferida para o Ministério da Educação e Cultura e transformada em Colégio Agrícola pelo Decreto nº 62.178, de 25/1/68, quando foi criado o Curso Técnico Agrícola. Pelo Decreto nº 76.436, de 14/10/75, foi criada a Coordenadoria Nacional do Ensino Agropecuário - COAGRI -, órgão central de direção superior do MEC, à qual ficou subordinada, sendo sua atual denominação dada pelo Decreto nº 83.935, de 4/9/79. Com a extinção da COAGRI, em 1986, a Escola Agrotécnica Federal de Rio Pomba torna-se vinculada à SESG, atual SEMTEC. E, com a Lei nº 8.731, de 16/11/93, é transformada em autarquia, passando a conduzir seu próprio destino.

Quando cheguei em Rio Pomba, tinha uma vida profissional bastante ativa. Havia acumulado experiência nas regiões Nordeste e Sudeste. Ingressei, então, na Escola Agrotécnica Federal de Rio Pomba na gestão do Diretor Dr. Mauro Marques de Oliveira, com o apoio do ilustre amigo Deputado Federal Maurício de Freitas Teixeira Campos e do amigo e ex-Prefeito de Piraúba, José Arinos Duarte Vieira.

Como é de se esperar, todo primeiro contato traz dificuldades e até mesmo fatos desagradáveis, de que naturalmente também fui vítima. Entretanto, observando os fatos e acontecimentos, disse a mim mesmo: "Em lugar tão bonito e fértil como este, minhas plantas florescerão primeiro do que as ervas daninhas." Empunhei a bandeira do trabalho e, sempre buscando o progresso da instituição, acreditei no seu crescimento e acreditei que cresceria junto com ela.

Barreiras existiram e sempre existirão, mas nunca intransponíveis. Momentos difíceis sempre existem, mas são encorajadores. Sabia que plantando as sementes logo os frutos viriam, cativando e buscando a confiança da comunidade estaria conquistando um espaço maior.

A ciência é sábia e diz que não existe parto sem gestão (seja ele onde for). Nove anos se passaram e consegui, com a ajuda e o incentivo de todos, o posto maior da instituição, a Direção-Geral. Sabia da responsabilidade assumida, pois tinha a consciência e o apoio da comunidade para desenvolver um trabalho sério e honesto. Procurei, juntamente com toda a comunidade escolar, diminuir a distância entre todos os segmentos da sociedade de modo a dar maior abertura e amplitude à instituição. Reestruturamos a Escola Agrotécnica dotando-a de condições e infra-estrutura física e humana, de maneira a proporcionar um ensino de qualidade aos jovens que nela ingressam.

Desenvolvemos a área de produção, o ensino e a pesquisa em parceria com várias empresas da região.

A Escola hoje desenvolve cursos profissionais em nível de 2º grau, cursos de curta duração em diversas áreas para alunos, ex-alunos, produtores e empresários rurais. Implantaremos no próximo ano os cursos de processamento de origem animal e vegetal, de meio ambiente, de informática, todos em nível de 2º grau, e ainda cursos

profissionalizantes com duração de um ano. Buscamos, assim, um maior aproveitamento do potencial físico e humano, de modo a tornar a Escola, num futuro bem próximo, um Centro Federal de Educação Tecnológica.

Sabemos que o Brasil atravessa um momento de transição, momento este que necessita da compreensão e do apoio de todos os brasileiros, para que possamos desenvolver de forma consciente o processo democrático, de modo a proporcionar aos nossos filhos dias melhores.

A Escola representa um ponto de equilíbrio e apoio para a concretização de seu objetivo, que é a formação de cidadãos conscientes, sem os quais ficaríamos à deriva, renegados a terceiro plano, ao Terceiro Mundo. Exaltamos os nossos representantes estaduais e federais para que priorizem a educação não como uma atividade comum, mas como um complexo de atividades para atingir os fins, fins esses que são a evolução e o desenvolvimento da mente humana, para o bom desempenho da cidadania em seus diversos níveis.

Sabemos que, no pós-guerra, tanto o Japão como a Alemanha investiram na reconstrução das escolas e em profissionais capacitados, de forma a buscar a prosperidade. Precisamos de um repensar e de um engajamento maior dos níveis de educação do País, de modo a melhorar a qualidade de ensino, melhoria essa que se faz com a valorização e a participação do ser humano - tornando-o comprometido com o meio em que está inserido -, as quais chamamos em inglês "empowerment e employeeship", segundo Clauss Müller - "O Lado Humano da Qualidade" -, pois não podemos viver a qualidade nos dias de hoje como era vivida dentro do sistema mecanicista das teorias de Henry Ford e Taylor.

O Sistema Federal de Educação Tecnológica do País tem resultados altamente positivos em realizações. Nós que fazemos parte desse todo, escolas agrotécnicas federais aqui representadas por mim e por vários Diretores de Minas e de outras regiões do País, somos testemunhas vivas da evolução, do crescimento e da prosperidade do ensino profissionalizante. Sentimos a necessidade da autonomia, para que possamos desenvolver realmente o nosso espírito autárquico que nos foi dado parcialmente em 16/11/93 e que vem dificultando um maior avanço nas formas de participação e tomadas de decisões.

Não existe vida sem que haja alimento, alimento esse cada vez mais escasso em função de uma demanda excessiva, devido ao crescimento das populações e das formas de vida cada vez mais competitivas, o que se torna motivo de preocupação no mundo inteiro. Pois não teremos cientistas, pesquisadores, nem qualquer forma de vida sustentável, uma vez que não investimos, em primeiro plano, no ser humano, como disse anteriormente, formando um cidadão consciente e agente de mudança e transformação, o que é uma tarefa difícil, mas não impossível nos dias de hoje. Acreditamos que em um futuro bem próximo veremos guerra por um dos alimentos mais preciosos, a água, o que desencadearia um efeito cascata sobre os demais alimentos, sobre produtos e sobre a vida.

Por que não pensarmos hoje em investir no cidadão do mundo moderno com pensamentos futuros, por que não investirmos na educação participativa? As escolas agrotécnicas são hoje uma realidade viva do progresso e da formação do cidadão consciente. Nosso País precisa de uma reforma de Estado conscientizadora para que possamos profissionalizar nossos servidores, estimulando a competitividade de modo a nos aproximarmos cada vez mais dos princípios da qualidade total no sistema "empowerment e employeeship", observando o lado "light" - as pessoas são mais importantes que o objeto -, com o que teríamos avanços espetaculares em toda a máquina do Estado.

A Escola Agrotécnica Federal de Rio Pomba não poderia deixar de agradecer ao ilustre Deputado Ermano Batista pelo reconhecimento do trabalho desempenhado por nossa instituição de ensino. Ele procurou, juntamente com os membros desta egrégia Casa, nos proporcionar momentos inesquecíveis.

Ao Presidente desta Casa, que demonstrou a sensibilidade e o reconhecimento para que pudéssemos estar hoje aqui.

Ao ilustre amigo e filho da terra Deputado Federal Maurício de Freitas Teixeira Campos, que nunca mediu esforços para que a Escola Agrotécnica Federal de Rio Pomba se posicionasse em situação de destaque e que toda a região buscasse o caminho do desenvolvimento.

À Comunidade de Rio Pomba, que sempre se posicionou de forma fraterna e amiga, buscando o enobrecimento de nossa escola agrotécnica federal, à qual eu dedico muito amor e carinho.

À comunidade escolar (professores, alunos, servidores ativos e inativos), que sempre se dedicaram e se dedicam à causa da Escola.

Às autoridades e aos empresários que compartilham e compartilharam da luta de nossa instituição para alcançar seus objetivos.

Aos nossos familiares, pelo apoio e compreensão nos momentos difíceis que atravessamos.

Ao grande arquiteto do Universo, que é Deus, por ter nos dado uma vida saudável, nos

dotando de saúde, compreensão, inteligência, tolerância, vontade e muitos amigos, para que pudéssemos hoje nos orgulhar de estar à frente de uma instituição gloriosa e vitoriosa, que é a nossa Escola. A todos, o nosso muito obrigado.

Neste momento, a Escola Agrotécnica Federal de Rio Pomba passa às mãos do Deputado Wanderley Ávila, Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, uma homenagem, em retribuição à oportunidade que nos foi dada, de aqui estarmos presentes junto à comunidade que representamos e na presença dos amigos que abrilhantam este evento.

Entrega de Placa

O Sr. Presidente - Esta Presidência tem o prazer de entregar ao ilustre Prof. Marcos Pascoalino uma placa alusiva à homenagem desta Assembléia à Escola Agrotécnica Federal de Rio Pomba, em comemoração de seu 33º aniversário de inauguração, a qual contém os seguintes dizeres: "À Escola Agrotécnica Federal de Rio Pomba, o reconhecimento da Assembléia Legislativa pelos 33 anos de bons serviços prestados à educação e à agricultura no Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 26 de outubro de 1995."

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência da Assembléia Legislativa se associa aos sentimentos da comunidade mineira ao promover esta reunião especial, que comemora os 33 anos de funcionamento da Escola Agrotécnica Federal de Rio Pomba. Foram três décadas ao longo das quais o educandário deu a Minas e ao Brasil uma expressiva contribuição, formando profissionais altamente qualificados para impulsionar o desenvolvimento agrário da nossa terra.

Rio Pomba sempre se destacou, na Zona da Mata, por farta produção agropecuária, graças a seu solo fértil e suas amplas pastagens. A partir da instalação da Escola no município, ele adquiriu notabilidade também como centro formador de pessoal técnico em atividades rurais.

Criada oficialmente em 1956, por ato do saudoso Presidente Juscelino Kubitschek, em consonância com seu Plano de Metas e de acordo com o propósito expresso de promover o desenvolvimento do País no ritmo de "cinquenta anos em cinco", a instituição foi instalada em 1962, para preencher definitivamente uma lacuna no setor. Há muito, a região reclamava um educandário que absorvesse o contingente de jovens em idade escolar e promovesse a formação de profissionais especializados nas funções típicas da produção do campo.

Hoje, a integração da Escola com a comunidade é um fato concreto, que se consolida a cada dia pelo grande entrosamento com as empresas do setor. Além de atender a uma vasta clientela, que a procura por genuína inclinação vocacional, ela recebe também, através de convênios, um número considerável de adolescentes que lhe são encaminhados por entidades especializadas na recuperação de menores carentes.

Os resultados desses programas têm sido um sucesso, uma vez que a entidade, a par de educar os jovens para que se integrem na sociedade e exercitem a cidadania de modo consciente, concede-lhes formação técnica que os habilita a competir com êxito no mercado de trabalho. A Escola Agrotécnica Federal de Rio Pomba, com efeito, procura promover uma educação integral do aluno, desenvolvendo a reflexão e a ação, a teoria e a prática, a ciência e o humanismo.

O Brasil, gradativamente, vai readquirindo a confiança em seu destino de grande potência do futuro próximo. Nosso povo vê com otimismo a consolidação das instituições democráticas, e, com elas, as práticas políticas vão-se integrando na vida dos brasileiros como atividades rotineiras. A cada dia, as pessoas sentem mais o peso de sua participação na formulação das diretrizes de governo, por meio de mecanismos institucionais que concorrem para a valorização da cidadania.

Nossa moeda tende a se estabilizar definitivamente, proporcionando ao povo perspectivas de dias melhores, com a possibilidade de uma existência menos incerta, mais planejada. A retomada do crescimento econômico, posto que lenta e gradual, parece ser um processo firme e irreversível.

Paralelamente ao desenvolvimento industrial, o Brasil deve retornar ao seu destino agrário, de grande celeiro mundial, destino que lhe foi dado pelo próprio Criador, ao dotar o nosso território de terras férteis, abundância de água e clima ameno. Há, pois, que se implementar no País uma política ousada e agressiva no concerne às atividades rurais, porque tal política é condição indispensável para desenhar-nos um futuro de nação do Primeiro Mundo.

Qualquer propósito no sentido de estender a toda a população qualidade de vida digna e de resgatar os excluídos que hoje vegetam à margem da história tem de considerar o investimento agropecuário como prioridade entre as prioridades. Investir na produção de alimentos diz respeito à própria luta pela dignidade do ser humano e pela construção da cidadania.

Nesse contexto, ganha realce o papel desempenhado pelas boas instituições do ensino, entre as quais se insere a Escola Agrotécnica Federal de Rio Pomba, que prepara convenientemente os jovens para a vida e para a comunidade. Com os conhecimentos

específicos que adquirem e a formação humana que assimilam, estarão aptos a participar da decisiva arrancada do desenvolvimento nacional, rumo ao terceiro milênio.

Estão, pois, de parabéns todos os mineiros, por contarem com um estabelecimento educacional desse porte, uma instituição que nos deixa envaidecidos e otimistas. Estão de parabéns a diretoria, o corpo docente, os alunos e funcionários da Escola Técnica Federal de Rio Pomba, pela trajetória brilhante desses 33 anos, que projetam um futuro luminoso para a nossa homenageada.

ENCERRAMENTO

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência agradece a presença das autoridades e demais convidados e encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de debates de amanhã, dia 27, às 9 horas, e para as extraordinárias da mesma data, a primeira, após a reunião de debates e as demais, às 14 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA SOCIAL

Às dez horas e quarenta minutos do dia quatorze de setembro de mil novecentos e noventa e cinco, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Djalma Diniz, Paulo Schettino e Miguel Martini, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Djalma Diniz, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Miguel Martini que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos parlamentares presentes. A seguir, o Presidente distribui ao Deputado Miguel Martini o Projeto de Lei nº 309/95 e, ao Deputado Paulo Schettino, o Requerimento nº 670/95. Passa-se à segunda parte da reunião, fase em que são discutidas e votadas as proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. Em seguida, o Deputado Miguel Martini emite parecer mediante o qual conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 309/95 em 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1. Submetido a discussão e votação, é aprovado o parecer. Em seguida, passa-se a discussão e votação de proposições de deliberação conclusiva das comissões. O Presidente solicita ao Deputado Paulo Schettino que proceda à leitura do parecer sobre o Projeto de Lei nº 306/95, em 1º turno, mediante o qual o relator, Deputado Glycon Terra Pinto, conclui pela aprovação da proposição. Após sua leitura, a Presidência submete o referido projeto a discussão e votação, ficando aprovado. Em seguida, o Deputado Paulo Schettino emite parecer oral concluindo pela aprovação do Requerimento nº 670/95, que, submetido a votação, é aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de outubro de 1995.

Djalma Diniz, Presidente - Bonifácio Mourão - José Maria Barros.

ATA DA 1ª REUNIÃO PREPARATÓRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA PROCEDER A ESTUDOS PARA A IMPLANTAÇÃO, ATRAVÉS DOS ÓRGÃOS E PROGRAMAS DE ATUAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO, DA PLATAFORMA DE AÇÃO, DOCUMENTO REIVINDICATÓRIO RESULTADO DA IV CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DA MULHER

Às quinze horas do dia vinte e quatro de outubro de mil novecentos e noventa e cinco, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Bilac Pinto, Elbe Brandão e Geraldo Nascimento (este em substituição ao Deputado Almir Cardoso, por indicação da Liderança do PT), membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Bilac Pinto, declara aberta a reunião e esclarece que ela se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente, designar o relator e programar os trabalhos. A Presidência determina a distribuição das cédulas de votação e convida a Deputada Elbe Brandão para atuar como escrutinadora. Apurados os votos, são eleitos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, os Deputados Almir Cardoso e Bilac Pinto, ambos com 3 votos. Na ausência do Presidente eleito, o Deputado Bilac Pinto convoca os membros da Comissão para a próxima reunião preparatória, a ser realizada no dia 26/10/95, às 14h45min, com a finalidade de empossar o Presidente e o Vice-Presidente, designar o relator e programar os trabalhos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 1995.

Almir Cardoso, Presidente - Elbe Brandão - Bilac Pinto.

ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e cinco de outubro de mil novecentos e noventa e cinco, comparecem na Sala das Comissões os Deputados José Henrique, Dílzon Melo, José Maria Barros, José Braga e Bilac Pinto (substituindo este ao Deputado Sebastião Costa, por indicação da Liderança do PFL), membros da Comissão supracitada. Estão presentes também os Deputados Simão Pedro Toledo, Elbe Brandão, Jorge Eduardo de Oliveira e Sebastião Navarro Vieira. Havendo número regimental, o Deputado José Henrique declara aberta a reunião e solicita ao Deputado José Maria Barros que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A seguir, o Deputado José Braga, por solicitação

do Presidente, procede à leitura da seguinte correspondência: Ofício nº 40/95, do Sr. Eurípedes Paulista, Secretário Executivo da Associação dos Municípios da Microrregião do Planalto do Araxá - AMPLA -, encaminhando manifesto daquela entidade, em que denuncia a caótica situação em que se encontram as finanças dos municípios mineiros; Ofício nº 1.761/95, do Sr. Santos Moreira da Silva, Secretário da Segurança Pública, solicitando seja franqueado a peritos daquela Secretaria o acesso aos originais das relações de eleitores que instruíram o processo de emancipação do Distrito de Taparuba, no Município de Ipanema; Ofício nº 1.341/95, do Desembargador Fernandes Filho, encaminhando segunda via do Mandado de Segurança nº 57.740-3, impetrado pelo Município de Igarapé contra a emancipação do Distrito de São Joaquim de Bicas; Ofício do Sr. Gilberto Alves de Faria Morato, Presidente da Comissão Emancipacionista do Distrito de Carvalho de Brito, apresentando contra-argumentos à representação protocolada pelo Prefeito Municipal de Sabará; Ofício nº 1.414/95, do Desembargador Alves de Melo, encaminhando, para conhecimento e providências cabíveis desta Casa, cópia de decisão exarada nos autos do Mandado de Segurança nº 56.793-3, impetrado pelo Município de Santa Luzia; Ofício nº 5/95, do Sr. João Nogueira Neto, Presidente da Comissão Emancipacionista do Distrito de Flor de Minas, do Município de Gurinhatã, encaminhando cópia autenticada da Lei Municipal nº 634/95, que redefiniu o perímetro urbano do mencionado distrito e possibilitou a contagem de mais de 400 moradias; recurso administrativo apresentado pela Comissão Emancipacionista do Distrito de Serra Azul, do Município de Mateus Leme, solicitando a recontagem das moradias do núcleo urbano daquele distrito; ofício dos Vereadores da Câmara Municipal de Santa Bárbara, requerendo a apreciação da documentação que apresentam, na qual demonstram que houve erro material do Juiz da 245ª Zona Eleitoral, o que implicaria na impossibilidade de muitos eleitores votarem no plebiscito do dia 22 p.p. e inviabilizaria o processo de emancipação do Distrito de Catas Altas, localizado naquele município; ofício da Prefeitura Municipal de Barbacena, solicitando que os eleitores dos Distritos de Mantiqueira e São Sebastião, do Município de Barbacena, fossem excluídos do plebiscito de 22/10/95. A seguir, a Presidência comunica que se encontram à disposição dos Deputados, na secretaria da Comissão, os avulsos dos Projetos de Lei nºs 503 e 504/95, do Governador do Estado, que tratam, respectivamente, da proposta orçamentária para o exercício de 1996 e do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - para o quadriênio 1996-1999. Esgotada a matéria destinada à 1ª parte da reunião, a Presidência passa à 1ª fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Com a palavra, o Deputado José Maria Barros procede à leitura do relatório de aferição numérica das moradias do núcleo urbano do Distrito de São Pedro de Caldas, do Município de Caldas, mediante o qual informa à Comissão a existência de 405 moradias e conclui pela apresentação de requerimento em que solicita seja encaminhado ofício ao Presidente da Assembléia pedindo o envio de ofício ao TRE-MG para a realização de consulta plebiscitária no distrito supracitado. O Deputado Bilac Pinto apresenta requerimento solicitando seja feita a recontagem das moradias do núcleo urbano do Distrito de Tocos do Moji, do Município de Borda da Mata. Prosseguindo, o Deputado Dílzon Melo apresenta requerimento solicitando a reconsideração da decisão desta Comissão que excluiu o Distrito de Glaucilândia, do Município de Juramento, da listagem dos distritos em que foi realizada consulta plebiscitária em 22 p.p., uma vez que declaração do Prefeito Municipal de Juramento, referente ao número de moradias do núcleo urbano do mencionado distrito, não deixa margem de dúvida quanto ao equívoco daquela decisão. Colocados em votação, são os requerimentos aprovados por unanimidade. O Presidente designa os Deputados Dílzon Melo e Ivair Nogueira para procederem à vistoria das moradias do núcleo urbano do Distrito de Tocos do Moji. A seguir, o Presidente redistribui ao Deputado Dílzon Melo requerimento do Deputado Cléuber Carneiro, em que faz indagação sobre o objetivo e a validade da recontagem, feita por esta Comissão em alguns distritos, do número de moradias de seu núcleo urbano e solicita seja encaminhada consulta à Comissão de Constituição e Justiça sobre a pertinência da matéria e a competência desta Comissão para tomar tal medida. O relator, em seu parecer, opina pela rejeição do requerimento. Colocado em votação, é o requerimento rejeitado por unanimidade. A seguir, o Presidente decide pelo não-recebimento de requerimento do Deputado Geraldo Rezende, solicitando o arquivamento do processo de emancipação do Distrito de Taparuba, do Município de Ipanema, uma vez que a matéria já foi objeto de deliberação nesta Comissão. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece o comparecimento dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de novembro de 1995.

José Henrique, Presidente - Dílzon Melo - Dimas Rodrigues - Ivair Nogueira - João Batista de Oliveira - Paulo Piau - José Maria Barros.

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO

Às quinze horas e dez minutos do dia sete de novembro de mil novecentos e noventa e

cinco, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Elbe Brandão, Álvaro Antônio, Antônio Andrade e Arnaldo Penna (substituindo este ao Deputado José Maria Barros, por indicação da Liderança do PSDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Deputada Elbe Brandão assume a direção dos trabalhos, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Arnaldo Penna que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. Em seguida, a Presidente distribui os Projetos de Lei n°s 212, 300, 311, 352 e 394/95 ao Deputado Álvaro Antônio; 333, 334, 347, 381 e 393/95 ao Deputado Arnaldo Penna; 322, 324 e 353/95 ao Deputado Antônio Andrade. Passa-se a seguir à fase de apreciação do Projeto de Lei n° 311/95, matéria sujeita à deliberação conclusiva do Plenário da Assembléia. Com a palavra, o Deputado Álvaro Antônio emite parecer mediante o qual conclui pela aprovação do projeto. Submetido a discussão e votação, fica aprovado o parecer. Em seguida, são apreciadas as matérias de deliberação conclusiva das comissões. O Deputado Álvaro Antônio emite pareceres mediante os quais conclui pela aprovação das proposições. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, ficam aprovados os pareceres sobre os Projetos de Lei n°s 300, 311, 352 e 394/95. O Deputado Antônio Andrade emite pareceres mediante os quais conclui pela aprovação das proposições. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, ficam aprovados os pareceres sobre os Projetos de Lei n°s 322, 324 e 353/95. O Deputado Arnaldo Penna emite pareceres mediante os quais conclui pela aprovação das proposições. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, ficam aprovados os pareceres sobre os Projetos de Lei n°s 333, 334, 347, 381 e 393/95. A Presidência suspende os trabalhos por tempo indeterminado. Às 20h30min, estando presentes os Deputados Arnaldo Penna e Elbe Brandão, o Presidente, Deputado Paulo Schettino, designa o Deputado Arnaldo Penna para relatar o Projeto de Lei n° 426/95. Com a palavra, o relator emite parecer mediante o qual conclui pela aprovação da proposição. Submetido a discussão e votação, fica aprovado o parecer. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca-os para a próxima reunião, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de novembro de 1995.

Paulo Schettino, Presidente - José Maria Barros - Elbe Brandão.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 98ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA, A REALIZAR-SE EM 14/11/95

1ª Parte (Pequeno Expediente)

(das 14 às 15 horas)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência. Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15 às 16 horas)

Discussão e votação de pareceres e votação de requerimentos.

2ª Fase

(das 16 às 18 horas)

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar n° 8/95, do Deputado Raul Lima Neto, que altera a redação do § 4º do art. 5º da Lei Complementar n° 37, de 18/1/95, alterada pela Lei Complementar n° 39, de 23/6/95 (fixação de limite de distritos, por município, para emancipação).

Incluído em ordem do dia para os fins do art. 288 do Regimento Interno.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição n° 14/95, do Deputado Marcelo Gonçalves, que suprime o § 2º do art. 15 da Constituição do Estado de Minas Gerais (determinação de limite máximo de valor para modalidade de licitação). A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição n° 11/95, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que assegura direito de percepção de adicionais por tempo de serviço a servidor público. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda n° 1, que apresenta.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Resolução n° 349/95, da Mesa da Assembléia, que dispõe sobre a nomeação de Conselheiro do Tribunal de Contas pela Assembléia Legislativa. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei n° 506/95, do Governador do Estado, que aprova o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI - e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação

do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO E LAZER, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 14/11/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei n°s 502/95, do Deputado Álvaro Antônio; 208/95, do Deputado Ailton Vilela; 515/95, do Deputado Alencar da Silveira Júnior; 386/95, do Deputado Ermano Batista; 338/95, do Deputado Jairo Ataíde; 494/95, do Deputado José Bonifácio; 384/95, do Deputado Paulo Schettino; 510/95, do Deputado Sebastião Costa; 513/95, do Deputado Wanderley Ávila.

Requerimentos n°s 818 a 821/95, 830 a 833/95 e 842/95, do Deputado Wanderley Ávila; 824/95, do Deputado Wilson Trópia.

ORDEM DO DIA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 14/11/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei n°s 157/95, do Deputado Bonifácio Mourão; 473 e 517/95, do Deputado Miguel Martini; Projeto de Lei Complementar n° 9/95, do Governador do Estado; Projeto de Resolução n° 539/95, da Comissão de Agropecuária e Política Rural.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei n°s 131 e 534/95, do Deputado Bonifácio Mourão; 509/95, do Deputado Carlos Murta; 543/95, do Deputado Geraldo Nascimento; 523/95, do Deputado Gil Pereira; 525/95, do Deputado Hely Tarquínio; 262/95, do Deputado Irani Barbosa; 519/95, do Deputado José Bonifácio; 529/95, do Deputado Kemil Kumaira; 518/95, do Deputado Luiz Antônio Zanto; 526/95, do Deputado Paulo Schettino; 245 e 542/95, do Deputado Sebastião Helvécio; 409/95, do Deputado Sebastião Navarro Vieira; 511/95, do Deputado Toninho Zeitune; 522 e 533/95, do Deputado Wanderley Ávila.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA PROCEDER A ESTUDOS QUE VENHAM CRIAR MELHORES CONDIÇÕES DE COMUNICAÇÃO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 14/11/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir o Sr. Guy de Almeida; a Sra. Elizabeth Pestana, professora da Faculdade Newton Paiva; os Srs. Ney Junqueira e Fabiano Fidélis, de Uberaba; Elias Siuf, de Montes Claros; Wallace Lara e Oswaldo Podestar Navarro Vieira, de Poços de Caldas; Juracy Azevedo Neves, de Juiz de Fora; Ivanor José de Tassis, de Governador Valadares, e Ottorino D'al Moro Neto, de Januária.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 20, parágrafo único, I, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 14/11/95, destinada a discussão e votação de pareceres, a votação de requerimentos e à apreciação das Propostas de Emenda à Constituição n°s 11/95, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que assegura direito de percepção de adicionais por tempo de serviço a servidor público, e 14/95, do Deputado Marcelo Gonçalves, que suprime o § 2º do art. 15 da Constituição do Estado de Minas Gerais, dos Projetos de Lei n°s 5/95, do Deputado Marcos Helênio, que dispõe sobre incentivo fiscal para o apoio à realização de projetos de geração de postos de trabalho no âmbito do Estado de Minas Gerais, 56/95, do Deputado Raul Lima Neto, que dispõe sobre o respeito aos direitos mínimos dos cidadãos brasileiros e estrangeiros que viajam de ônibus e usam as estações rodoviárias e paradas obrigatórias no Estado, e 506/95, do Governador do Estado, que aprova o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI - e dá outras providências, e do Projeto de Resolução n° 349/95, da Mesa da Assembléia, que dispõe

sobre a nomeação de Conselheiro do Tribunal de Contas pela Assembléia Legislativa; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 13 de novembro de 1995.

Agostinho Patrús, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Audiência Pública da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Leonídio Bouças, Miguel Barbosa, Antônio Roberto e José Braga, membros da Comissão supracitada, para a audiência pública a ser realizada às 10h30min do dia 14/11/95, no Auditório, com a finalidade de se promoverem debates sobre a comemoração dos 300 anos de Zumbi dos Palmares e a criação do Dia Estadual da Consciência Negra, 20 de novembro.

Sala das Comissões, 10 de novembro de 1995.

João Leite, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Arnaldo Penna, Bonifácio Mourão, Carlos Murta, Jairo Ataíde, Durval Ângelo e Elbe Brandão, membros da referida Comissão, para a reunião extraordinária a ser realizada às 11 horas do dia 14/11/95, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem o parecer sobre as emendas apresentadas em Plenário, no 1º turno, ao Projeto de Lei nº 235/95, do Tribunal de Contas, que dispõe sobre o reajustamento dos símbolos e dos padrões de vencimentos dos servidores do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Contas e dos integrantes do Quadro Especial de Pessoal, inclusive os inativos, e dá outras providências; os pareceres para o 1º turno do Projeto de Lei Complementar nº 10/95, do Deputado Gilmar Machado, que altera dispositivo do estatuto dos funcionários públicos e dá outras providências, e dos Projetos de Lei nºs 391/95, do Deputado Alencar da Silveira Júnior, que dispõe sobre o ingresso nos estádios de esportes sob a administração do Estado; 459/95, do Deputado José Bonifácio, que dispõe sobre a publicação de matéria no "Minas Gerais", órgão oficial dos Poderes do Estado, e 492/95, do Deputado Leonídio Bouças, que dispõe sobre o atendimento prioritário às pessoas que menciona nas repartições públicas do Estado.

Sala das Comissões, 13 de novembro de 1995.

Ajalmar Silva, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Constituição e Justiça, de Assuntos Municipais e Regionalização e de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Simão Pedro Toledo, Antônio Genaro, Leonídio Bouças, Arnaldo Penna, Geraldo Nascimento e Marcelo Gonçalves, membros da Comissão de Constituição e Justiça; José Henrique, Dimas Rodrigues, Sebastião Costa, Dílzon Melo, Ivair Nogueira, José Maria Barros e João Batista de Oliveira, membros da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; Miguel Martini, Romeu Queiroz, Geraldo Rezende, Glycon Terra Pinto, Clêuber Carneiro, Marcos Helênio e Alencar da Silveira Júnior, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para a reunião a ser realizada no dia 14/11/95, às 11 horas, na Sala das Comissões, destinada à apreciação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 562/95, de autoria da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, que cria municípios e dá outras providências.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 1995.

Geraldo Santana, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Geraldo Rezende, Glycon Terra Pinto, Romeu Queiroz, Clêuber Carneiro, Marcos Helênio e Alencar da Silveira Júnior, membros da supracitada Comissão, para a reunião extraordinária a ser realizada no dia 14/11/95, às 14h30min, no Plenarinho III, com a finalidade de se apreciarem as matérias constantes na pauta.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 1995.

Miguel Martini, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Proceder a Estudos para Implantação, através dos Órgãos e Programas de Atuação do Governo do Estado, da "Plataforma de Ação", Documento Reivindicatório, Resultado da IV Conferência Internacional da Mulher

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Bilac Pinto, Elbe Brandão, Bonifácio Mourão e Alberto Pinto Coelho, membros da referida Comissão, para a reunião extraordinária a ser realizada às 14h30min do dia 14/11/95, no Plenarinho I, com a finalidade de tratar de assuntos de interesse da Comissão.

Sala das Comissões, 13 de novembro de 1995.

Almir Cardoso, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Total à Proposição de
Lei nº 12.751

Nos termos do Regimento Interno, convoco os Deputados Simão Pedro Toledo, Bonifácio Mourão, Ivo José e Álvaro Antônio, membros da Comissão supracitada, para a reunião a ser realizada no dia 14/11/95, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente, de se designar o relator e, de, se possível, se apreciar a matéria.

Sala das Comissões, 10 de novembro de 1995.

Jorge Hannas, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº
12.756

Nos termos do Regimento Interno, convoco os Deputados Anderson Aduato, Alberto Pinto Coelho, Carlos Pimenta e Dílzon Melo, membros da Comissão supracitada, para a reunião a ser realizada no dia 14/11/95, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente, de designar o relator e, de, se possível, se apreciar a matéria.

Sala das Comissões, 10 de novembro de 1995.

Aílton Vilela, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Geraldo Rezende, Glycon Terra Pinto, Romeu Queiroz, Clêuber Carneiro, Marcos Helênio e Alencar da Silveira Júnior, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; e nos termos do art. 216, § 1º, do Regimento Interno, convoco os Deputados Carlos Murta e José Henrique, membros da Comissão de Administração Pública; Paulo Piau e Arnaldo Canarinho, membros da Comissão de Agropecuária e Política Rural; Dílzon Melo e João Batista de Oliveira, membros da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; Raul Lima Neto e Kemil Kumaira, membros da Comissão de Ciência e Tecnologia; Geraldo Santanna e Antônio Genaro, membros da Comissão de Constituição e Justiça; Dinis Pinheiro e Almir Cardoso, membros da Comissão de Defesa do Consumidor; João Leite e Antônio Roberto, membros da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais; Gilmar Machado e José Bonifácio, membros da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Turismo e Lazer; Ronaldo Vasconcellos e Wilson Trópia, membros da Comissão de Meio Ambiente; Álvaro Antônio e Sebastião Helvécio, membros da Comissão de Política Energética; Marco Régis e Jorge Hannas, membros da Comissão de Saúde e Ação Social, e Paulo Schettino, membro da Comissão de Defesa Social, para a reunião extraordinária a ser realizada no dia 14/11/95, às 15 horas, no Plenarinho III, com a finalidade de se apreciar, em turno único, o parecer sobre o Projeto de Lei nº 505/95, de autoria do Governador do Estado, que acresce o limite fixado para o Poder Executivo realizar operações de crédito.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 1995.

Miguel Martini, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Meio Ambiente e de Fiscalização Financeira e
Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ivo José, Ronaldo Vasconcellos, Antônio Roberto, Wilson Trópia e Marcelo Cecé, membros da Comissão de Meio Ambiente; Romeu Queiroz, Geraldo Rezende, Glycon Terra Pinto, Clêuber Carneiro, Marcos Helênio e Alencar da Silveira Júnior, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para a reunião a ser realizada no dia 14/11/95, às 15h30min, no Plenarinho III, com a finalidade de se apreciarem as emendas apresentadas em Plenário ao Projeto de Lei nº 368/95, do Governador do Estado.

Sala das Comissões, 13 de novembro de 1995.

Miguel Martini, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº
16/95

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Mauri Torres, Elbe Brandão, Ajalmar Silva, Anderson Aduato, Bonifácio Mourão, Antônio Genaro, Gil Pereira, Bilac Pinto, Simão Pedro Toledo, Gilmar Machado, Durval Ângelo, Alencar da Silveira Júnior, Carlos Pimenta e Paulo Schettino, membros da Comissão supracitada, para a reunião a ser realizada no próximo dia 14, às 16 horas, no Plenarinho IV, com a finalidade de se reabrir, no 1º turno, a discussão sobre o parecer do relator, Deputado Simão Pedro Toledo.

Sala das Comissões, 10 de novembro de 1995.

Clêuber Carneiro, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER SOBRE AS EMENDAS APRESENTADAS NO 1º TURNO AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 349/95

Mesa da Assembléia

Relatório

De autoria da Mesa da Assembléia, o Projeto de Resolução nº 349/95 disciplina a escolha de Conselheiros do Tribunal de Contas para as vagas reservadas à indicação da Assembléia, nos termos dos arts. 78, § 1º, II, e 62, XXI, da Constituição do Estado.

Ao Substitutivo nº 1, da Mesa, foram apresentadas, no decorrer da discussão, no 1º turno, as Emendas nºs 1 a 3, do Deputado Bonifácio Mourão, bem como o Substitutivo nº 2, do Deputado Almir Cardoso.

Nos termos do § 2º do art. 195, c/c o parágrafo único do art. 80, do Regimento Interno, cabe à Mesa emitir parecer sobre as mencionadas proposições.

Fundamentação

Mediante o Substitutivo nº 2, imprime-se ao mencionado procedimento de escolha o caráter de disputa próprio de concursos públicos, o que afasta o exercício da parcela de poder discricionário que é atribuída à Assembléia Legislativa no tocante à matéria. Concurso público é exigência constitucional para o ingresso em cargo público de provimento efetivo; não se aplica à hipótese de que se trata. Ao conferir à Assembléia competência para nomear cinco dos Conselheiros do Tribunal de Contas, o art. 78, § 1º, II da Constituição do Estado não subordina o ato de nomeação a nenhum processo seletivo; portanto, dispõe o Legislativo de poder discricionário para estabelecer o procedimento de escolha que lhe pareça mais conveniente. É de observar, por ser oportuno, que no § 3º do mencionado artigo, a Constituição do Estado estabelece os critérios a serem adotados para provimento, pelo Governador, de duas das referidas vagas de Conselheiro. Se não o faz em relação às vagas cujo provimento se dá pela Assembléia, isso significa que esta dispõe de liberdade de escolha, adstrita, apenas, aos requisitos gerais previstos no art. 78 do aludido texto constitucional. Por essa razão, opinamos pela rejeição do Substitutivo nº 2.

A Emenda nº 1 propõe nova redação para os arts. 5º e 6º do projeto.

No que se refere ao art. 5º, "caput", a alteração proposta resulta em texto que melhor atende à norma constitucional, por permitir a aferição do cumprimento dos requisitos nela previstos. Todavia, a matéria tratada no parágrafo único acrescido ao art. 5º já se acha contemplada no art. 6º do projeto na redação dada pelo Substitutivo nº 1, a qual deve prevalecer, pois, suficientemente clara e adequada.

A alteração proposta pela Emenda nº 1 ao art. 6º não deve ser acolhida. No que se refere ao "caput", a matéria já se acha disciplinada pelos arts. 6º e 7º do Substitutivo nº 1. Quanto ao parágrafo único, é de observar que não há utilidade ou conveniência na previsão do prazo de cinco dias para deliberação do Plenário, pois o procedimento está sujeito a incidentes que podem tornar a norma inexecutável. Por outro lado, não há razão que determine a convocação de reunião secreta para a citada deliberação. O art. 264 do Regimento Interno inclui a matéria entre as hipóteses de voto secreto.

Assim, para se aproveitar a parte da Emenda nº 1 que consubstancia a alteração considerada conveniente e necessária, é que se propõe a Subemenda nº 1 à Emenda nº 1.

Quanto à Emenda nº 2, propõe acréscimo desnecessário, uma vez que é própria das certidões negativas a declaração de ausência de fatos desabonadores dos antecedentes do interessado: trata-se, por conseguinte, da ausência de ações em que este figure como réu.

A Emenda nº 3 merece ser acolhida, pois dá redação mais adequada ao parágrafo único do art. 4º, de forma a fortalecer o poder da Mesa para avaliar eventual incompatibilidade entre a posição de réu, na qual figure o candidato, em determinado processo e o mister de Conselheiro.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela rejeição do Substitutivo nº 2 e da Emenda nº 2 e pela aprovação da Emenda nº 3 e da Subemenda nº 1 à Emenda nº 1, a seguir redigida.

SUBEMENDA Nº 1 À EMENDA Nº 1

Dê-se ao art. 5º a seguinte redação:

"Art. 5º - Recebidos os requerimentos pela Mesa da Assembléia, esta analisará os documentos e, atendidos os requisitos do art. 78 da Constituição do Estado, definirá aqueles cuja documentação esteja completa."

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 7 de novembro de 1995.

Agostinho Patrús, Presidente - Antônio Júlio, relator - Wanderley Ávila - Sebastião Navarro Vieira - Rêmoló Aloise - Maria José Haueisen - Ibrahim Jacob - Ermano Batista.

**PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI
Nº 338/95**

Relatório

De autoria do Deputado Jairo Ataíde, o projeto em análise objetiva declarar de utilidade pública a Associação da Creche Recanto Feliz em Monte Azul - ACRFMA -, com sede no Município de Monte Azul.

Depois de publicado, o projeto foi submetido à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade e lhe apresentou a Emenda nº 1.

Agora, vem a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva no 1º turno, nos termos regimentais.

Fundamentação

É de amplo conhecimento a difícil situação em que se encontram as crianças em nosso País. A referida Associação visa à melhoria das condições de vida das crianças da comunidade e trabalha com o objetivo de resgatá-las para a vida em sociedade, fazendo jus, assim, à declaração de utilidade pública.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 338/95 no 1º turno, com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 10 de novembro de 1995.

Gilmar Machado, relator.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI

Nº 461/95

Comissão de Saúde e Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Durval Ângelo, o Projeto de Lei nº 461/95 objetiva declarar de utilidade pública a Ação Social Operária Cristo Redentor - ASOCRE -, com sede no Município de Belo Horizonte.

Publicado, foi o projeto encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabendo agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria, conforme prescreve o Regimento Interno.

Fundamentação

A entidade em apreço tem por objetivo a prática de assistência social educativa, ajudando na solução de problemas de pessoas carentes.

Mantendo uma escola profissionalizante que oferece cursos sem ônus para os alunos, a ASOCRE contribui de maneira significativa para o aperfeiçoamento moral, social e intelectual da coletividade.

Pelo êxito que a entidade vem alcançando no desempenho de suas atividades estatutárias, justa e meritória se mostra sua pretensão de ser declarada de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 461/95 no 1º turno, na forma proposta.

Sala das Comissões, 10 de novembro de 1995.

Marco Régis, relator.

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE

RESOLUÇÃO Nº 349/95

Mesa da Assembléia

Relatório

O Projeto de Resolução nº 349/95, de autoria da Mesa da Assembléia, estabelece o procedimento de escolha de Conselheiros do Tribunal de Contas para as vagas reservadas à indicação da Assembléia Legislativa, nos termos do art. 78, § 1º, II, e 62, XXI, da Constituição do Estado.

No parecer para o 1º turno, a Mesa da Assembléia apresentou o Substitutivo nº 1 ao projeto, ao qual, no decorrer da discussão em 1º turno, foram apresentadas as Emendas nºs 1 a 3 e o Substitutivo nº 2. Rejeitado este, foi o projeto aprovado, em 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1 e com as Emendas nºs 1 e 3, a primeira aprovada parcialmente.

Vem a proposição novamente à Mesa, a fim de receber parecer para o 2º turno, consoante o disposto no art. 196, c/c o parágrafo único do art. 80, do Regimento Interno.

Fundamentação

A competência da Mesa para emitir parecer sobre o projeto em exame advém do caráter regimental da matéria versada. Com efeito, com o advento da Constituição do Estado de 1989, passou a ser de competência privativa da Assembléia a escolha de parte dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado. Conquanto a Carta Estadual tenha previsto os requisitos a serem preenchidos pelos candidatos a membro daquela Corte de Contas, a escolha está a depender da previsão dos mecanismos procedimentais próprios. Tratando-se de seqüência de atos necessária ao exercício de competência

constitucional da Assembléia, fica claramente delineada a natureza regimental do procedimento, o que justifica o seu tratamento por via de resolução.

A proposição, tal como neste passo aprovada, prevê as etapas de escolha do nome de Conselheiro, em consonância com as regras constitucionais e regimentais sobre a matéria, garantindo, ainda, amplo e democrático acesso ao cargo por parte daqueles que pretendam ter seu nome submetido ao processo de escolha.

O Substitutivo nº 1, apresentado no parecer para o 1º turno, bem como as emendas aprovadas aperfeiçoam a proposição, imprimindo clareza ao seu texto e sistematizando o procedimento, de modo a garantir-lhe regularidade.

Conclusão

Pelo exposto, nosso parecer é pela aprovação, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 349/95 na forma do vencido em 1º turno.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 9 de novembro de 1995.

Agostinho Patrús, Presidente - Antônio Júlio, relator - Wanderley Ávila - Sebastião Navarro Vieira - Rêmoló Aloise - Maria José Haueisen - Ibrahim Jacob - Ermano Batista.

Redação do Vencido no 1º Turno

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 349/95

Dispõe sobre a nomeação de Conselheiro do Tribunal de Contas pela Assembléia Legislativa.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - A escolha pela Assembléia Legislativa de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado a que se refere o art. 78, § 1º, inciso II, da Constituição Estadual obedecerá ao procedimento estabelecido nesta resolução.

Art. 2º - Ocorrida a vaga no Tribunal de Contas, caberá ao Presidente anunciar sua existência até 5 (cinco) dias após a ocorrência do fato, por meio de publicação no órgão oficial de imprensa dos Poderes do Estado.

Art. 3º - A indicação de candidato dar-se-á por intermédio de requerimento assinado por, no mínimo, 20% (vinte por cento) dos Deputados, até 10 (dez) dias úteis contados a partir da publicação de existência de vaga, instruída com a documentação exigida nesta resolução.

§ 1º - O Deputado poderá subscrever até duas indicações.

§ 2º - Para efeito do cumprimento do § 1º serão desconsideradas as assinaturas em mais de duas subscrições.

§ 3º - Na hipótese em que a aplicação do parágrafo anterior resultar na insuficiência do número de assinaturas da indicação, conceder-se-á prazo de 24 horas para recomposição do apoio.

Art. 4º - Será deferida a inscrição do candidato que preencher as condições estabelecidas no art. 78, incisos I a IV, da Constituição do Estado, mediante entrega do "curriculum vitae" simplificado e dos seguintes documentos:

I - cópia autenticada da carteira de identidade;

II - certidões negativas de ações criminais da justiça comum e da justiça federal do domicílio e da residência do candidato;

III - certidões negativas dos cartórios de protestos ou distribuidor do domicílio e da residência do candidato;

IV - estudos, publicações técnicas, títulos, dentre outros, relativos à área de conhecimento do candidato ou comprovante de atuação como agente público em qualquer esfera do poder público e por prazo igual ou superior a 10 (dez) anos.

Parágrafo único - A existência de ações ou protestos previstos nos incisos II e III deste artigo poderá, a critério da Mesa da Assembléia, inabilitar o candidato indicado.

Art. 5º - Recebidos os requerimentos pela Mesa da Assembléia esta analisará os documentos e, assegurando-se do atendimento ao disposto no art. 78 da Constituição do Estado, deferirá aqueles cuja documentação esteja completa.

Art. 6º - Os requerimentos analisados e deferidos pela Mesa da Assembléia serão encaminhados à Comissão Especial, estendendo-se-lhe o disposto no art. 112, inciso I, alínea "c", e no art. 150 da Resolução nº 5.065, de 31 de maio de 1990.

Art. 7º - Publicado o parecer da Comissão Especial, a matéria será colocada em ordem do dia, para a deliberação do Plenário.

§ 1º - Havendo mais de dois candidatos, os dois mais votados em primeiro escrutínio submeter-se-ão ao segundo escrutínio, decidindo-se a eleição por maioria simples de votos.

§ 2º - A hipótese de empate será resolvida em favor do candidato mais idoso.

Art. 8º - O candidato eleito será nomeado pelo Presidente da Assembléia Legislativa, nos 10 (dez) dias que se seguirem à eleição, e empossado pelo Presidente do Tribunal de Contas do Estado, de acordo com o art. 7º da Lei Complementar nº 33, de 28 de junho de 1994.

Art. 9º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 - Revogam-se as disposições em contrário.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO N° 795/95

Mesa da Assembléia

Relatório

De autoria do Deputado Miguel Martini, o requerimento em apreço tem por finalidade solicitar ao Presidente do DER-MG o envio a esta Casa das propostas apresentadas pela Construtora Triunfo, pela Torc Terraplanagem e pela Road Indústria e Construções, na concorrência internacional para a execução das obras de duplicação da Rodovia Fernão Dias, da qual essas empresas foram vencedoras.

Publicada em 12/10/95, vem a proposição à Mesa para receber parecer, nos termos dos arts. 246 e 80, VIII, "d", do Regimento Interno.

Fundamentação

A matéria em exame insere-se no âmbito da competência privativa da Assembléia Legislativa, por força do disposto no art. 62, XXXI, da Constituição do Estado, "in verbis":

"Art. 62 - Compete privativamente à Assembléia Legislativa:

I -

XXXI - fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;"

Trata-se, ainda, de matéria sujeita à apreciação do Plenário, conforme estatui o art. 245, XII, do Regimento Interno.

O requerimento em análise visa obter informações referentes ao procedimento licitatório realizado pelo DER-MG para a execução das obras de duplicação da Rodovia Fernão Dias. É notória a importância de que se reveste o assunto, devendo a Assembléia Legislativa acompanhar e fiscalizar o procedimento da licitação, especialmente no que tange às propostas apresentadas, a fim de verificar se elas foram julgadas regularmente.

Entretanto, verificamos que a proposição em tela, na forma como se encontra, tem comprometida a sua eficácia, uma vez que pede, apenas, o envio das propostas vencedoras, quando seria recomendável, para uma fiscalização mais completa e abrangente, solicitar o edital da concorrência, com seu texto completo e todas as propostas apresentadas. Assim, haveria a possibilidade de se verificar se o julgamento das propostas foi realizado em consonância com as normas legais pertinentes, com os termos do edital e com os princípios que regem a licitação.

Desse modo, optamos por apresentar o Substitutivo n° 1, com o qual se aprimora a proposição em apreço.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento n° 795/95 na forma do Substitutivo n° 1, a seguir redigido.

SUBSTITUTIVO N° 1 AO REQUERIMENTO N° 795/95

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O Deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 245, XII, do Regimento Interno, seja solicitado ao Diretor-Geral do DER-MG o envio a esta Casa de cópia do edital de concorrência internacional para a execução das obras de duplicação da Rodovia Fernão Dias (BR-381), com seu texto completo, e de todas as propostas apresentadas na referida concorrência.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 7 de novembro de 1995.

Agostinho Patrús, Presidente - Ermano Batista, relator - Wanderley Ávila - Sebastião Navarro Vieira - Rêmoló Aloise - Maria José Haueisen - Ibrahim Jacob - Antônio Júlio.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO N° 799/95

Mesa da Assembléia

Relatório

De autoria do Deputado Dinis Pinheiro, o requerimento em apreço tem por finalidade solicitar ao BDMG o envio a esta Casa de informações acerca de convênio firmado entre aquela instituição e o Município de Ibirité, relativo ao Programa SOMMA.

Publicada em 14/10/95, vem a proposição à Mesa para receber parecer, nos termos dos arts. 246 e 80, VIII, "d", do Regimento Interno.

Fundamentação

A matéria em exame insere-se no âmbito da competência privativa da Assembléia Legislativa, por força do disposto no art. 62, XXXI, da Constituição do Estado, "in verbis":

"Art. 62 - Compete privativamente à Assembléia Legislativa:

I -

XXXI - fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;"

Trata-se, ainda, de matéria sujeita à apreciação do Plenário, conforme estatui o art. 245, XII, do Regimento Interno.

O Programa de Saneamento Ambiental, Organização e Modernização dos Municípios - SOMMA - tem como objetivo fortalecer a capacidade institucional e financeira dos municípios para programas de desenvolvimento urbano, favorecer a descentralização dos

procedimentos de gestão urbana do Estado e financiar investimentos em infra-estrutura urbana, especialmente nas áreas de saneamento básico e meio ambiente. Sua execução está a cargo do Governo do Estado, por meio do BDMG, da COPASA-MG e da Fundação João Pinheiro - FJP.

Posteriormente, foi criado pela Lei nº 11.085, de 1º/5/93, o Fundo SOMMA, cujos recursos se destinam à implantação do Programa de igual denominação. Estabeleceu-se, no art. 7º desse diploma, que incumbe ao BDMG exercer, nos termos da Lei Complementar nº 27, de 18/1/93, as atribuições de gestor do Fundo e de agente financeiro de suas operações.

É importante ressaltar que, de acordo com o disposto no art. 8º da mesma lei, deve o BDMG enviar relatório semestral à Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária da Assembléia Legislativa, com informações sobre os financiamentos concedidos pelo Fundo, especialmente as relativas aos seguintes itens: número de financiamentos contratados; projetos ou componentes; condições de financiamento, tais como taxas, prazos de carência e amortização; contrapartida dos beneficiários; e outras informações relativas ao volume dos recursos financiados.

Com relação a esses relatórios semestrais, constatamos que o BDMG não os tem enviado a esta Casa, razão pela qual se torna de grande importância que a Assembléia Legislativa, a fim de dar cumprimento à sua função fiscalizadora, solicite àquela instituição financeira oficial o envio tanto das informações referentes à matéria objeto do requerimento em análise como dos relatórios semestrais com informações sobre os financiamentos concedidos pelo Fundo SOMMA, conforme o disposto no art. 8º da Lei nº 11.085, de 1º/5/93.

Dessa forma, optamos por apresentar, na conclusão deste parecer, o Substitutivo nº 1, com o qual se aprimora a proposição em apreço.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 799/95 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir transcrito.

SUBSTITUTIVO Nº 1 AO REQUERIMENTO Nº 799/95

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O Deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 245, XII, do Regimento Interno, seja solicitado ao Presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. - BDMG - o envio a esta Casa de todos os dados referentes ao convênio firmado entre aquela instituição financeira e o Município de Ibitiré, relativo ao Programa SOMMA, bem como o envio à Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária da Assembléia Legislativa de relatórios semestrais que contenham informações sobre os financiamentos concedidos pelo Fundo SOMMA, conforme o disposto no art. 8º da Lei nº 11.085, de 1º/5/93.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 7 de novembro de 1995.

Agostinho Patrús, Presidente - Wanderley Ávila, relator - Sebastião Navarro Vieira - Rêmoló Aloise - Maria José Haueisen - Ibrahim Jacob - Ermano Batista - Antônio Júlio.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 823/95

Mesa da Assembléia

Relatório

De autoria do Deputado Wilson Trópia, o requerimento em apreço tem por finalidade solicitar à Secretaria da Saúde o envio a esta Casa de informações detalhadas acerca do acondicionamento, da coleta, do transporte e da destinação final dos dejetos hospitalares no Estado.

Publicada em 27/10/95, vem a matéria à Mesa para receber parecer, nos termos dos arts. 246 e 80, VIII, "d", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em exame insere-se no âmbito da competência privativa da Assembléia Legislativa, por força do disposto no art. 62, XXXI, da Constituição do Estado, "in verbis":

"Art. 62 - Compete privativamente à Assembléia Legislativa:

I -

XXXI - fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;"

O requerimento submete-se, ainda, ao comando do art. 54, § 2º, da Carta Estadual, transcrito a seguir:

"Art. 54 -

§ 2º - A Mesa da Assembléia poderá encaminhar ao Secretário de Estado pedido escrito de informação, e a recusa, ou o não-atendimento no prazo de trinta dias, ou a prestação de informação falsa importam crime de responsabilidade".

Trata-se, ainda, de matéria sujeita à apreciação do Plenário, conforme estatui o art. 245, XII, do Regimento Interno.

O lixo hospitalar, pelo alto risco de contaminação que representa, é, atualmente, um dos temas que mais preocupam o Estado e a sociedade. Desde o local onde é acondicionado inicialmente até a coleta e a destinação final que lhe é dada, devem-se

observar todas as formalidades higiênicas e sanitárias exigidas pelas normas legais pertinentes.

Versa a proposição, conforme o exposto, sobre matéria de grande importância, tendo em vista que objetiva solicitar informações que subsidiarão a ação fiscalizadora da Assembléia em questão de interesse público.

Entretanto, com o propósito de aprimorar a redação do requerimento, apresentamos o Substitutivo nº 1, que integra este parecer.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 823/95 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir redigido.

SUBSTITUTIVO Nº 1 AO REQUERIMENTO Nº 823/95

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O Deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 245, XII, do Regimento Interno, seja solicitado ao Secretário de Estado da Saúde o envio a esta Casa de informações detalhadas sobre o acondicionamento, a coleta, o transporte e a destinação final dos dejetos hospitalares no Estado.

Sala das Reuniões da Mesa da Assembléia, 7 de novembro de 1995.

Agostinho Patrús, Presidente - Ibrahim Jacob, relator - Wanderley Ávila - Sebastião Navarro Vieira - Rêmoló Aloise - Maria José Haueisen - Ermano Batista - Antônio Júlio.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos dos arts. 51, III, § 2º, e 52, parágrafo único, do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao Deputado Hely Tarquínio no período de 9/11/95 a 24/11/95.

Mesa da Assembléia, 10 de novembro de 1995.

Agostinho Patrús, Presidente.

Inexigibilidade de Licitação nº 47/95

Em 9/11/95, despacho do Sr. Presidente, autorizando, nos termos do art. 25, I, da Lei nº 8.666, de 1993, a assinatura do jornal "Hoje em Dia", pelo período de 6 meses - R\$4.176,00.
